

Luiz Antonio Ferreira
organizador

ARTIMANHAS DO DIZER

Retórica, oratória e eloquência

Blucher Open Access



Grupo ERA

*Grupo de Estudos Retóricos
e Argumentativos*

Artimanhas do dizer

retórica, oratória e eloquência

2017

Blucher

Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência

© 2017

Editora Edgard Blücher Ltda.

Revisão Técnica:

Luana Ferraz

Conselho Editorial:

Ana Cristina Carmelino – UNIFESP

Ana Lúcia Magalhães – FATEC

Ana Paula Pinto – Universidade Católica de Portugal

Cândido Oliveira Martins – Universidade Católica de Portugal

Eliana Magrini Fochi – FATEC

João Hilton Sayeg-Siqueira – PUC-SP

Lia Cupertino Duarte Albino – FATEC

Luiz Antonio Ferreira – PUC-SP

Maria Cecília de Miranda N. Coelho – UFMG

Maria Flávia Figueiredo – UNIFRAN

Orlando R. Kelm – Universidade do Texas

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Artimanhas do dizer : retórica, oratória e eloquência
[livro eletrônico] / organizado por Luiz Antonio
Ferreira. -- São Paulo : Blucher, 2017.
3 Mb ; ePUB

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-288-3 (e-book)

ISBN 978-85-8039-287-6 (impresso)

Open Access

1. Linguística 2. Análise do discurso 3. Oratória
4. Fala em público I. Ferreira, Luiz Antonio

17-1482

CDD 410

Índice para catálogo sistemático:
1. Linguística

PREFÁCIO

Em 409 a.C., Sófocles resumia, numa fala de Ulisses em Filoctetes, um aforismo que merece reflexão: “Veja que na vida dos homens é a palavra, e não a ação, que conduz tudo”. De fato, no mostra-esconde do universo do dizer-se, os homens se digladiam e se abraçam com a palavra. Sempre foi assim: muitos e muitos livros foram e são escritos para nos ensinar fórmulas de bem dizer, pois, sabemos todos, a palavra impressiona, impacta, consolida o *ethos* e, em retórica, como na vida, somos considerados ou desconsiderados principalmente por aquilo que dizemos e como dizemos. Nesse sentido, é impossível negar a força magnânima da oratória e da eloquência como componentes fundamentais da arte de construção do discurso.

Essa preocupação com a relação retórica, vista como um fenômeno que consagra a aproximação e o afastamento intelectual e afetivo no seio social, fez os autores do Grupo ERA e seus convidados debruçarem-se, no presente volume, sobre os baluartes da construção oratória. Embora haja vasta literatura sobre os assuntos aqui tratados, o objetivo é revisitar, num tempo de tantas publicações de natureza pragmática sobre a arte oratória, os ensinamentos que geraram a contemporânea “técnica” de bem dizer. Nesse sentido, este é um livro para iniciantes no estudo da retórica e, por isso, possui um espírito didático muito necessário para reavivar na mente e no coração dos interessados um pouco dessa arte que, desde o século V a.C., distingue um homem do outro por suas qualidades elocutivas e capacidade de exortar as paixões mais significantes na incessante busca da revelação do humano em nós.

Com esse propósito, os textos traçam um panorama da oratória grega e latina, iniciam o estudante no pensamento de Cícero e Quintiliano e, a seguir, abordam aspectos fundamentais da arte de pronunciar bons discursos: o protagonismo oratório, o papel do retor, do orador e do declamador, os gêneros do discurso oratório, efeitos retóricos da prosódia, a função da memória e do humor no dis-

curso, a oratória do Brasil no século XIX e uma reflexão sobre como os livros de autoajuda recolhem dos clássicos suas orientações na contemporaneidade.

Este, enfim, é um livro sobre a palavra feito para pessoas que a praticam no dia-a-dia e analisam sua potencialidade expressiva e sua eficácia encantatória. Além disso, como é objetivo do Grupo ERA, é um livro escrito para todos aqueles que muito seriamente se divertem com os efeitos persuasivos obtidos por meio da articulação da linguagem no discurso.

Luiz Antonio Ferreira

SUMÁRIO

Capítulo 1	Oratória grega e romana: algumas considerações	7
	<i>Ana Lúcia Magalhães</i>	
Capítulo 2	Cícero: o orador romano	25
	<i>Joelma Batista dos Santos Ribeiro</i>	
Capítulo 3	Quintiliano e a formação do orador	43
	<i>Cláudia Mastromauro Cerveira Quintas</i>	
	<i>Luiz Antonio Ferreira</i>	
Capítulo 4	A oratória no Brasil do século XIX	57
	<i>Éber José dos Santos</i>	
	<i>Mariano Magri</i>	
	<i>Tiago Ramos e Mattos</i>	
Capítulo 5	Protagonismo oratório	77
	<i>Cláudia Abuchaim</i>	
	<i>Maria de Lourdes e Silva Pereira</i>	

Capítulo 6	Gêneros do discurso oratório	89
	<i>Adilson Ferreira dos Santos</i>	
	<i>Claudia Abuchaim</i>	
	<i>Elaine Aparecida dos Santos Estracieri</i>	
	<i>Elioenai Piovezan</i>	
	<i>Elizabeth Rizzi Lyra</i>	
	<i>Maria Julia Santos Duarte</i>	
	<i>Priscilla Harka Wroblewski</i>	
	<i>Roberta Souza Piovezan</i>	
Capítulo 7	“Autoajuda” para bem falar em público	107
	<i>Acir de Matos Gomes</i>	
Capítulo 8	Nuances do dizer: efeitos retóricos da prosódia	125
	<i>Maria Flávia Figueiredo</i>	
	<i>Alan Ribeiro Radi</i>	
Capítulo 9	A memória nos atos do orador	139
	<i>Leonardo Tavares</i>	
	<i>Márcia Pituba</i>	
	<i>Ricardo Ugeda Mesquita</i>	
Capítulo 10	Retor, orador, declamador	149
	<i>João Hilton Sayeg-Siqueira</i>	
Capítulo 11	Sobre o papel do humor na oratória	159
	<i>Ana Cristina Carmelino</i>	
	<i>Luana Ferraz</i>	

1

CAPÍTULO

ORATÓRIA GREGA E ROMANA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ana Lúcia Magalhães

Ao depararmo-nos com a palavra oratória, é possível que nos venham à mente, de pronto, os modernos cursos divulgados nas diversas mídias e as centenas de livros que tratam do assunto. E, como estudantes da Retórica, a primeira pergunta que nos surge é se oratória e retórica seriam sinônimos ou estariam em instâncias diferentes, uma vez que, na Grécia antiga e Roma, falava-se em Oratória e Retórica.

Os estudos de retórica têm início com os sofistas, passam por Isócrates e Górgias, encontram crítica em Platão, para quem somente a Filosofia apresentava valor, continuam com Aristóteles e, com o declínio grego, têm estudiosos romanos

importantes como Cícero e Quintiliano. Continuam, de certa forma, na Idade Média, com o Trivium, embora restritos à retórica religiosa, e entram em decadência com o Iluminismo, que culmina no final do século XIX, início do século XX, restringindo-se ao estudo das figuras de linguagem.

O que nos incentivou a tentar um tratamento diferenciado da oratória em relação à retórica foram algumas pistas observadas em Górgias, Cícero e Quintiliano, além de conceitos modernos de que retórica seria a arte de argumentar por meio da persuasão, com finalidade, enquanto oratória seria a arte de falar em público.

Refletir sobre tais afirmações conduziu a mais dúvidas do que propriamente esclarecimentos. Dessa forma, algumas questões são colocadas: retórica e oratória, afinal, são semelhantes, diferentes ou complementares? A obra de Quintiliano, *Instituições Oratórias*, considerada relevante para a retórica, trata desta ou da oratória? E o que pensa esse autor sobre oratória e retórica? Cícero trata sobre o orador e suas obras trazem técnicas de bem falar, mas também são consideradas como verdadeiros tratados de Retórica...

Diante de tais questionamentos, torna-se necessário traçar um percurso histórico conceitual da oratória, mais precisamente até Cícero, embora possamos estender até os dias atuais, caso apropriado para verificar, tentativamente, possíveis diferenças ou semelhanças com a retórica, que ainda persistam.

Assim, as investigações terão início com os sofistas, seguirão o pensamento de Sócrates (por meio de algumas obras de Platão), Górgias, Platão, Isócrates, Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

ORATÓRIA E PRÉ-SOCRÁTICOS: OS SOFISTAS

Os pré-socráticos, primeiros filósofos gregos, viveram entre os séculos VII e VI antes de Cristo e contribuíram para a ruptura entre o pensamento mítico e o racional. São assim denominados não porque tenham precedido a Sócrates, considerado o grande filósofo, mas porque transmitiam uma tendência de pensamento. Estavam também relacionados com filósofos que viveram na mesma época de Sócrates e até mesmo após. Embora a maior parte da obra dos pré-socráticos esteja perdida, os fragmentos que chegaram até a atualidade, associados aos comentários dos filósofos posteriores a eles, os mostram como pioneiros na busca pela explicação lógica e racional (*logos*) do mundo, das ideias, da razão de existir do homem, em contrapartida à crença sobrenatural, anterior, que contabilizava aos deuses os acontecimentos naturais, os sentimentos, as catástrofes, as guerras.

Destacam-se, entre eles, Anaxímenes, Anaximandro, Heráclito, Parmênides, Demócrito, Tales de Mileto, Pitágoras, Xenóvanes, Zenão, Epicuro, Empédocles, que buscavam o fundamento de todas as coisas, o princípio que rege a existência das coisas. Sem preocupação com a cronologia ou associação com o pensamento de cada autor citado, o princípio ora era o fogo, ora a água, ora os quatro elementos – água, ar, fogo e terra –, ora o átomo. Tais pensadores pertenceram a diferentes escolas, cada uma delas relacionada a uma pesquisa específica. Assim, na Escola Eleática, por exemplo, a pesquisa voltava-se ao espaço, movimento e eternidade. Embora esses filósofos tenham escrito sobre a natureza das coisas, Demócrito é o primeiro a escrever sobre ética e a Pitágoras atribui-se a responsabilidade pela criação da palavra filosofia como amizade à sabedoria, ao chamar a si mesmo como filósofo.

Além desses, havia os denominados professores itinerantes, que percorriam as cidades ensinando retórica aos interessados. Essa retórica possuía, como finalidade principal, introduzir o aluno na vida política e jurídica. O que mais se conhece a respeito deles está na obra de Platão e Aristóteles, principais adversários dos sofistas.

A palavra sofista significava originalmente sábio, mas adquiriu o sentido de desonestidade intelectual, principalmente por Aristóteles, que definia sofística como “sabedoria aparente mas não real”, pois os sofistas ensinavam a argumentar sobre qualquer tema, mesmo a partir de argumentos não válidos, ou seja, não buscavam a verdade. Segundo o estagirita, os sofistas pretendiam vencer as discussões a qualquer custo, pelo refinamento da arte da palavra, sem preocupação com a verdade que, segundo eles, é relativa conforme lugar e tempo em que o homem esteja inserido.

Como não havia um sistema de ensino superior, os jovens recorriam aos sofistas, que não eram e nem pertenciam a uma determinada escola filosófica: a sofística era, portanto, uma prática.

O pensamento sofístico incluía algumas características comuns: oposição entre natureza (imutável) e cultura (mutável); relativismo: tudo que se referia à vida prática – religião e política, por exemplo – poderia ser modificado; agnosticismo: certa descrença nos deuses; rejeição a questões metafísicas: estavam mais preocupados em solucionar questões da vida prática das cidades; antilógica: estratégia para defender uma posição e, depois, a posição contrária; habilidade em argumentar, essa última a que interessa mais a este trabalho.

Apesar da crítica efetuada principalmente por Aristóteles e Platão, o trabalho dos sofistas foi útil à época, pois era imprescindível desenvolver a habilidade de ar-

gumentar em público, defender os pontos de vista e convencer o interlocutor, o auditório, a respeito daquilo em que cada um acreditava ou a respeito, principalmente, da utilidade atribuída à determinada atividade que seria benéfica ao indivíduo.

Nesse contexto Protágoras é considerado por Platão um dos mais conhecidos sofistas. É dele a máxima: “o homem é a medida de todas as coisas, das que são como são e das que não são como não são” e o registro da técnica argumentativa utilizada pelos sofistas: é preciso aprender a argumentar pró e contra determinada posição, pois todas são verdadeiras.

PRÁTICA ORATÓRIA ATENIENSE

Quebrando um pouco a linha histórica, difícil de manter em um texto desta natureza, é preciso lembrar que, se a literatura é nosso melhor veículo de acesso à cultura e civilização gregas, essa literatura foi grandemente moldada pela retórica. Em Homero já aparece o gosto pela força da palavra. Desde então, a Grécia se preocupa com a arte de bem falar. *Ilíada* e *Odisseia*, obras literárias, contemplam conselhos, assembleias, discursos, assuntos de que trata este texto.

Quintiliano, mais tarde, se refere sem reservas a essa eloquência da Grécia heroica, reconhecendo, nela, a própria perfeição da oratória já a desabrochar.

Se falamos em literatura moldada pela retórica, retornamos à oratória. E Manuel Alexandre, em sua introdução à *Retórica*, de Aristóteles, afirma:

É a oratória antes da retórica; o que naturalmente supõe uma pré-retórica, uma ‘retórica antes que o conceito existisse’ bem anterior à sua definitiva configuração como ciência do discurso oratório. O mesmo se passa com os poemas elegíacos e líricos, que se nos apresentam impregnados de estruturas discursivas de inspiração retórica e intenção persuasiva (ALEXANDRE JR., 2005, p. 16).

Ainda segundo Alexandre Jr. (2005), é Péricles que estabelece a transição entre o período da eloquência espontânea e aquele da erudita, adulta, simultaneamente dialética e filosófica. É a ponte que liga o passado literário – Homero, Hesíodo, Safo, Ésquilo – espontâneo e poético, à Grécia reflexiva, da prosa, da história, da eloquência política, da filosofia e da ciência.

Foi na Sicília, no entanto, que a retórica teve sua origem como “metalinguagem do discurso oratório”, e aqui temos uma primeira e efetiva diferenciação entre oratória e retórica, palavras utilizadas indiscriminadamente em muitas circunstâncias. A partir da deposição de dois tiranos sicilianos (Gélon e Hierão, por volta de 485 a.C.), houve necessidade da utilização de grandes júris populares a partir do uso das faculdades orais de comunicação.

Tal ocorrência mostrou a necessidade de se criar uma “arte” que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a se defenderem e lutarem por seus direitos. Surgiram aí os primeiros professores do que se chamaria, mais tarde, retórica, cuja base podemos afirmar, sem preocupação maior, era a oratória.

A prática oratória grega desenvolveu-se, portanto, principalmente nas áreas política e jurídica. Era comum que partes interessadas defendessem pessoalmente seus casos nos tribunais, ou seja, não eram representadas por advogados. Não existia um ministério público. Havia, sim, um juízo privado, em que se apresentava a parte prejudicada e o juízo público, em que se manifestavam os demais cidadãos, ou seja, os indivíduos eram os próprios defensores e acusadores. Dessa maneira, quando não se sentiam seguros, podiam solicitar ajuda de algum amigo ou parente que preparasse um discurso mediante remuneração. Eles decoravam o texto e o utilizavam em sua defesa – ou em acusações.

Na área política, conforme Pernot (2016), o principal órgão era a assembleia, que exercia o poder executivo ao votar os decretos e eleger os magistrados e o conselho. Era composta por todos os cidadãos adultos e se reunia para decidir o que fosse necessário, após os discursos que apresentavam o assunto a ser votado. Em princípio, todos podiam tomar a palavra e o debate consistia de uma sucessão de discursos seguidos de uma votação.

Dessa forma, as próprias instituições atenienses fomentavam a atividade retórica. Era uma atividade quase cotidiana, se considerarmos a frequência com que as assembleias e tribunais se reuniam. Falar em público, na Atenas do século IV, constituía uma situação de comunicação que dificilmente se pode imaginar na atualidade. As condições materiais e acústicas eram precárias e as decisões precisavam ser imediatas e reais. A oratória era considerada atividade séria e importante, pois os indivíduos a exerciam sob juramento, normalmente acompanhada de ritos religiosos, e era essencial ao funcionamento da cidade-estado.

Persuadir, para os oradores, era uma necessidade. No tribunal, conforme mencionado por Pernot (2016), os debates não eram conduzidos por profissionais e não existia a noção de precedência, assim como não havia possibilidade de comunicação entre os jurados antes da votação (ARISTÓTELES, 1975). O veredito era determinado pela impressão produzida pelos discursos e pelas opiniões prévias dos ouvintes. Em outras palavras, os discursos condicionavam, em grande parte, a votação.

Outro tipo de rito oratório ocorria nos cemitérios: a oração fúnebre, pronunciada normalmente por ocasião dos funerais nacionais em homenagem aos soldados atenienses. Esse discurso também era considerado ato oficial, efetuado por

orador escolhido pelo povo. O conteúdo quase sempre se compunha de elogio aos mortos, seus ancestrais, e palavras de exortação e consolo aos familiares. Era comum celebrar a história grega por meio dos ancestrais e suas obras, além dos benefícios, das conquistas militares que o homenageado, de alguma forma, havia trazido para o país. Pernot (2016) afirma que é interessante perceber que, ao homenagear seus mortos, a cidade celebrava a si mesma, criava sua própria lenda e afirmava seus valores por meio de um discurso institucional e cívico: a oração fúnebre.

Górgias

Filósofo niilista, orador e retórico, viveu de 485 a 380 a.C. e pregou a descrença como razão principal, ou seja, nada existe de absoluto. Assim, não há verdades morais e nem hierarquia de valores. Embora seja interessante a forma como ele construiu seu niilismo, não vamos nos ater à filosofia, apenas ao que diz sobre a palavra: uma vez que não existe verdade absoluta, o homem apenas é capaz de, por meio das palavras, analisar uma mesma atividade que pode ser boa ou ruim, dependendo de quem a pratica ou da situação em que se encontra. As palavras, assim, são independentes e podem ser utilizadas para qualquer finalidade, e um de seus principais usos é a retórica, com objetivo de sugerir, fazer crer, persuadir os cidadãos, o que lhe garante grande utilidade política. É útil também na poesia, que não tem finalidade prática, mas artística.

É interessante notar que, segundo Górgias, a palavra adquire valor próprio porque não exprime a verdade, mas a aparência, e é capaz de criar, pela lógica (composição de fatos – *logos*) ou pela paixão e emoção (*pathos*), um mundo perfeito.

Sua obra *Elogio a Helena* pode ser lida em vários níveis, mas principalmente sob o ponto de vista retórico, a respeito de um tema particular, que interessa a este trabalho, e sob a ótica filosófica, que não vamos explorar.

O próprio Górgias, no parágrafo 21 do *Elogio*, ao dizer que seu texto é um jogo, assume o lado retórico sofístico, associado à não verdade:

Afastei pelo discurso a ingloria da mulher, e permaneci na regra que estabeleci no princípio do discurso: tentei destruir a injustiça da censura e a ignorância da opinião; quis escrever o discurso, por um lado, como um *elogio* de Helena, por outro lado, como um *jogo* meu (GÓRGIAS, 1978, p. 3, grifos nossos).

No momento em que Aristóteles, na *Retórica*, afirma que Górgias dizia – e corretamente – que é preciso destruir a seriedade dos adversários pelo riso, e o riso pela seriedade, trata justamente da construção e desconstrução de argumentos

pela palavra. Naturalmente é preciso conhecer a história de Helena para entender o que diz Górgias ou o que afirma Aristóteles. De qualquer forma, a personagem é criada pelo discurso e, por meio dele, Helena se torna inocente ou culpada. Para os sofistas, e particularmente para Górgias, não importa a verdade, mas a construção discursiva dela, ou seja, a verdade é a conformidade aos fatos. No grifo, percebe-se que, para o sofista, a verdade é estabelecida pela palavra, no discurso:

Ornamento, para a cidade: coragem; para o corpo: beleza; para a alma: sabedoria; para a ação: virtude; *para o discurso: verdade*. Os contrários dessas coisas: falta de ornamento. Homem, mulher, discurso, obra, cidade, ação, deve-se honrar com elogio o que for digno de elogio, e depor uma censura aos indignos. Com efeito, é um erro igual e uma ignorância censurar as coisas elogiáveis e elogiar as censuráveis (GÓRGIAS, 1978, p. 4, grifo nosso).

Devemos lembrar que Górgias possuía um estilo tão pessoal que os gregos criaram o termo “gorgianizar” para designar aqueles que falavam “à maneira de Górgias”. Esse estilo conquistou vários cidadãos de alta classe social, entre eles, Isócrates, que fundou a Academia, escola responsável por ensinar retórica ou oratória aos atenienses.

Platão, Sócrates e Górgias¹

O pensamento de Platão perpassa toda sua obra, naturalmente. Em *Górgias*, diálogo entre sofistas e Sócrates, Górgias é mostrado como o grande orador. Assim ele se define. É interessante acompanhar a construção do pensamento de cada um deles e, mais uma vez, vamos nos ater ao ponto de vista da retórica ou da oratória, conforme possa ser entendido.

O diálogo atinge o ponto nevrálgico deste artigo: o criador da maiêutica pergunta a Górgias o que ele é, qual sua profissão, qual sua arte. Inicialmente ele se define como orador (excelente orador, especificamente) e ao ser perguntado “por que modo deves ser designado, como profissional de que arte” (PLATÃO, [s.d.], p. 3), responde: “de retórica”. O próprio Sócrates solicita respostas mais específicas, pois faz certa distinção entre retórica e oratória: “[...] já que te apresentas como entendido na arte da *retórica* e também como capaz de formar *oradores*”. À pergunta “A respeito de que assunto ficaremos capazes de aconselhar a cidade se passarmos a estudar contigo, Górgias”, ele responde:

¹ Aqui, o artigo refere-se à obra de Platão, ou seja, à visão desse filósofo sobre o pensamento de Górgias, alguns sofistas e Sócrates.

Então, Sócrates, vou tentar revelar-te toda a força da oratória, pois tu mesmo indicaste o caminho com muita precisão. Creio que deves saber que os arsenais e as muralhas dos atenienses, e as construções do porto, em parte são devidas aos conselhos de Temístocles, em parte aos de Péricles, não a sugestões de construtores (PLATÃO, 1975a, p. 15).

A resposta anterior mostra que as palavras, a oratória, como chamada pelo orador, é mais poderosa que os fatos.

O diálogo entre Sócrates e Górgias pretende definir o que é retórica e, em alguns momentos, confunde o leitor, atribuindo a ela não a característica de arte, mas a conceitua como tática (de adulação) e chega a afirmar que os oradores, “tal como os tiranos, podem matar quem bem quiserem, confiscar os bens alheios ou banir qualquer pessoa” (PLATÃO, [s.d.], p. 19). Complementa que os oradores não têm bom senso e que a retórica é uma arte, não simples bajulação. A discussão do que seria retórica e oratória se estende por toda a obra, mas não vamos nos estender.

Górgias era célebre também por seu estilo. Guiado pela ideia de que o *logos* deve encantar e embelezar, escrevia uma prosa artística e com efeitos, embora não utilizasse a métrica do texto poético nem a música como acompanhamento. De qualquer modo, os textos antigos ressaltam o caráter poético do estilo de Górgias, com o uso de metáforas e antíteses, batizadas de figuras gorgianas. Embora ele não tivesse intenção de criar os termos técnicos que servem para designar as figuras de linguagem, é considerado o criador da prosa artística e o inventor do estilo gorgiano, caracterizado por efeitos audaciosos e vistosos.

Não vamos nos estender aos outros oradores (Tucídides, Antifonte, Cálicles, Polo), que aparecem em *Górgias*, mas há, nessa obra, uma discussão importante entre eles e Sócrates sobre oratória e retórica.

Considerando que a todo momento e nas suas demais obras Platão reforça o caráter de verdade como preocupação da Filosofia, percebe-se que ele não apreciava a retórica justamente pelo caráter de não preocupação com a verdade, a justiça, o bem.

Segundo Kennedy, Platão é considerado o maior escritor da prosa grega, “um mestre da estrutura, caracterização e estilo” (KENNEDY, 1980, p. 42). Embora os diálogos de Platão mostrem uma formação retórica bem cuidada, para ele, a verdadeira retórica seria aquela digna dos próprios deuses, ou seja, com princípios filosóficos, tendo em vista o estabelecimento da verdade. Esse era o grande conflito: retórica x filosofia.

Platão está, assim, na origem da aparente ambiguidade da retórica: a do *Fedro*, uma retórica filosófica; a do *Górgias*, uma retórica sofística.

Isócrates

Discípulo de Górgias, dedicou sua vida à retórica e ficou famoso por não pronunciar seus discursos, uma vez que sua voz era fraca e não possuía as características – garbo, apurmo, elegância – necessárias para falar a multidões. Não participava dos debates políticos, limitava-se então a ler sua obra em alguns espaços e publicá-las.

Começou como escriba e, alguns anos mais tarde, fundou uma escola de retórica, que dirigiu até sua morte. Escreveu discursos, entre os quais: *Contra os Sofistas* e *Elogio a Helena*, nos quais criticou seus rivais filósofos e outros professores de retórica. Mostrou ainda que era capaz de vencer os sofistas em seu próprio terreno. O *Panegírico* é sua obra mais famosa, espaço em que encontra seu estilo, o dos discursos helênicos e políticos que se ocupam dos grandes temas de interesse geral para Atenas e os gregos.

Além de tratar de assuntos políticos, sua obra constitui importantes buscas e inovações retóricas, principalmente problemas teóricos do discurso oratório, elaborados em discursos fictícios. Formula conselhos sobre política exterior e interior e publica discursos sobre fortunas, onde expõe seus conceitos sobre cultura intelectual.

Viveu quase cem anos e, ao final da vida, concluiu seu último discurso, o *Panatenáico*, obra completa e sutil com concepções políticas e retóricas que, segundo Pernot, são mostradas

por meio de dissonâncias, ambiguidades intencionais, digressões calculadas e da introdução de um personagem anônimo que o contradiz e concede a este testamento oratório um caráter polifônico inesperado (PERNOT, 2016, p. 56).

É, dessa forma, considerado o grande orador grego, sem ter exatamente executado a oratória.

Aristóteles

Aristóteles, filósofo grego que sistematizou a retórica, afirma ser ela a “faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão” e reforça que “nenhuma outra arte possui esta função, porque as demais têm, sobre o objeto que lhes é próprio, a possibilidade de instruir e de persuadir”

(ARISTÓTELES, 2005, p. 33). Ao utilizar a expressão “nenhuma outra arte”, deixa claro que a considera também como arte, assim, podemos inferir que retórica, segundo o estagirita, é a arte de persuadir, embora seja necessário certo cuidado nas conclusões precipitadas, pois, mais à frente, ao citar as provas empregadas pela retórica, ele enfatiza que, dentre elas, “umas há que não dependem da arte, ao passo que outras dependem”:

Chamo provas independentes da arte todas as que não foram fornecidas por nós, mas que já preexistiam, por exemplo, os testemunhos, as confissões obtidas pela tortura, as convenções escritas e outras de igual espécie. Constituem provas dependentes da arte todas as que podem ser fornecidas pelo método e por nossos próprios meios (ARISTÓTELES, 2005, p. 33).

Temos estudado a retórica quase como sinônimo de oratória, mas conforme vimos, a oratória é anterior e Aristóteles a coloca em uma visão parecida à de Fedro: ela é semelhante à dialética no campo da demonstração, mas é também filosófica. A sua função, nesse aspecto, “não é persuadir, mas ver os meios de persuasão de que dispomos para cada caso” (ARISTÓTELES, 2005, p. 35).

É preciso perceber que não existem duas retóricas, uma sofística (Górgias, Platão) e uma filosófica (Fedro, Platão), mas um uso correto ou incorreto de suas técnicas. Aí se distingue o bom ou o mau orador.

Um parêntesis: ao praticamente “reescrever” a *Retórica* de Aristóteles, Perelman une os conceitos de valor da retórica em Platão (tudo é filosófico) com o valor para Aristóteles (âmbito retórico) e “insere a verbalização do próprio discurso filosófico no campo da retórica” (ALEXANDRE JR., 2005, p. 29).

Aristóteles, que aspirava ao universal, raciocina por meio das formas oratórias da Atenas do século IV a.C. e privilegia a fala dirigida aos cidadãos, na qual observa o discurso mais belo, mais político e mais difícil, em conformidade com o modelo institucional e ideológico da época.

Ao analisarmos a *Retórica*, podemos verificar que a obra está dividida em: Livro I: introdução e definições (capítulos 1 e 2); gêneros discursivos: deliberativo, judiciário e epidítico, temas e argumentos (capítulos 3 a 15). Livro II: provas lógicas e objetivas de cada gênero; provas subjetivas e morais, paixões (capítulos 1 a 11); adaptação ao auditório (capítulos 12 a 17); provas lógicas comuns aos três gêneros (capítulos 18 a 26). Livro III: estilo (capítulos 1 a 12); partes do discurso – exórdio, narração, argumentação, peroração (capítulos 13 a 19), ou seja, uma sistematização da retórica.

É possível dizer que a primeira parte do livro III da *Retórica* aborda muito proximamente a oratória, uma vez que trata sobre a expressão. Segundo o estagirita,

“não basta possuir o que é preciso dizer, mas torna-se também forçoso expor o assunto de forma conveniente: e isto contribui em muito para mostrar de que tipo é o discurso” (ARISTÓTELES, 2005, p. 241).

Após a análise da persuasão e do convencimento, das provas (*ethos*, *pathos* e *logos*) e da emoção, Aristóteles trata da disposição dos elementos no enunciado e, o que considera mais importante, dos aspectos referentes à pronúncia, que somente muito tarde foi observada na tragédia e na rapsódia.

O filósofo, ao tratar da retórica no livro III, faz questão de mencionar a importância das formas de emprego da voz – característica específica da oratória dos dias atuais – os tons utilizados (agudos, graves ou médios) e o ritmo. Dessa forma, considera três aspectos: volume, harmonia e ritmo.

Aqueles que, entre os competidores, empregam estes três aspectos arrebatam quase todos os prêmios; e tal como os atores têm agora mais influência nas competições poéticas do que os autores, o mesmo se passa nos debates deliberativos devido à degradação das instituições políticas (ARISTÓTELES, 2005, p. 242).

Aristóteles, na *Retórica*, cita qualidades do enunciado ligadas diretamente à oratória. Assim, trata a *clareza* como expressão da virtude suprema, ou seja, se o discurso não for claro, não cumprirá sua função; a *correção gramatical* como princípio básico da expressão enunciativa, com escolha correta das palavras e dos elementos de ligação entre as classes gramaticais; a *adequação do estilo ao assunto*, de maneira a exprimir *pathos* e *logos* de forma adequada; o *ritmo*, que deve buscar o equilíbrio e, por fim, certa *elegância*, caracterizada pela escolha da expressão adequada a cada gênero.

É preciso, porém, não esquecer que a cada gênero é ajustado um tipo de expressão diferente. Na verdade, não são a mesma a expressão de um texto escrito e a de um debate, nem, neste caso, oratória deliberativa é a mesma que a judiciária. Efetivamente é necessário conhecer ambas: uma para sabermos expressarmos-nos corretamente, outra para não sermos forçados a permanecer em silêncio se quisermos dizer algo aos outros, que é o que sucede aos que não sabem escrever (ARISTÓTELES, 2005, p. 275).

Uma das características da oratória grega, portanto, é o estilo ou expressão, retomados por Cícero e Quintiliano, mais tarde, respectivamente nas obras *Orador* e *Instituições Oratórias*, que comentaremos nas próximas seções.

O estudo do estilo implica um conhecimento dos meios do estilo, ou seja, os diferentes elementos que o constituem em seu conjunto e que contribuem para a qualidade global do discurso: a escolha das palavras, o ajuste delas entre si ou ritmo,

e as figuras a que correspondem no texto. O uso das figuras, aliás, retoma o campo da oratória conforme idealizada por Górgias, que primeiro utilizou essa forma discursiva, recuperada por Aristóteles na *Retórica* e na *Poética* (principalmente a metáfora). Outras figuras são utilizadas: metonímia, prosopopeia e anáfora.

Em resumo, conforme Pernot (2016, p. 101),

O marco principal da prática da oratória grega era a cidade, de onde a retórica era útil a todos os atos da vida política que se realizavam com o concurso do discurso público: deliberações, eleições, arbitragens, relações com as demais cidades, com as estruturas federais e com as superpotências. [...] os debates eram frequentemente acalorados e imprevisíveis.

A retórica, dessa forma, não era uma técnica desligada do mundo e, conforme visto, tinha o objetivo de preparar as elites para sua atividade pública.

Embora tenham sido vencidos pelos romanos em 146 a.C., sua retórica e oratória não morreram aí: *Graecia capta ferum victoriam cepit* (Horácio), a Grécia conquistada conquistou seu selvagem vencedor.

ORATÓRIA NO PENSAMENTO ROMANO

Cícero

Nos primeiros tempos da história romana, sob a Monarquia, o discurso tinha uma importância reduzida. Tratava-se de um regime austero, em que os senadores trabalhavam a terra, ou seja, eram agricultores. O regime da República desenvolveu o uso institucional da palavra diante dos principais auditórios: Senado, com 300 membros, inicialmente, e povo, bases do Estado. Embora o Senado tivesse pouco poder de decisão, exercia funções essenciais, como política externa e importantes competências religiosas e financeiras, e intervinha nas áreas legislativa e executiva. As sessões não eram públicas, ao contrário do que ocorria na Grécia.

Os oradores se sucediam de acordo com uma ordem determinada, seguiam uma lista hierárquica e não podiam ser interrompidos após iniciarem seus discursos. Com relação aos assuntos jurídicos, a jurisdição criminal era inicialmente exercida pelo povo e passou a ser delegada a jurados especiais ainda no século II a.C., grande cenário da eloquência judicial.

A principal figura da eloquência judicial era o chamado patrono, que possuía vínculo social com seus clientes. Dessa forma, todos os aspectos da vida política romana exigiam o domínio da palavra. A eloquência era uma das condições do poder e era exercida também nos discursos laudatórios, durante os elogios fúnebres, por ocasião do falecimento de pessoas importantes.

Cícero viveu entre 106 a 43 a.C. e tem seu nome associado ao esplendor da retórica helenística e romana. Não se contentou em ser político e orador, e seguiu o modelo de Aristóteles, grande retor grego. Foi, assim, teórico, historiador e filósofo da arte retórica e exerceu papéis importantes. Sua carreira oratória se estendeu por quase quarenta anos desde seu primeiro discurso até a morte.

A obra *O Orador* é um longo tratado, na forma de diálogo, sobre o orador ideal. Apresenta detalhes interessantes e também contém discussões úteis sobre a natureza e as relações entre direito, filosofia e retórica. Cícero coloca a retórica acima da lei e da filosofia, argumentando que o orador ideal é aquele capaz de dominar tanto a lei como a filosofia (incluindo a filosofia natural) e de acrescentar-lhes eloquência. Argumenta que a filosofia e a retórica foram anteriormente ensinadas em conjunto e que felizmente foram separadas. O melhor orador também seria o melhor ser humano, que compreenderia a maneira correta de viver, exerceria um papel de liderança na política e instruiria os outros por meio de discursos, do exemplo de vida e das boas leis.

Segundo Steel (2016), a reputação de Cícero esteve em baixa no início do século XX e mudou devido a uma série de novas abordagens de seus escritos, que revelaram sua profundidade e originalidade. Ao fazê-lo, iluminaram de forma mais ampla a cultura intelectual e social do que se costuma chamar de República romana tardia (146-27 a.C.).

Os discursos de Cícero mantiveram seu espaço de forma mais robusta do que seus outros escritos e vários trabalhos sobre esses discursos levaram à reavaliação desse autor. Existem os que exploram os contextos físico e social, os que mostram as práticas sociais dos cidadãos romanos e aqueles que se apropriam dos aspectos performativos da retórica de Cícero.

Seus tratados emergiram de um longo período como fontes de filosofia. A originalidade de Cícero como filósofo tem sido tema recorrente e suas cartas foram exploradas como exemplos de persuasão.

É preciso enfatizar os cinco cânones da retórica elaborados pelo autor e introduzidos pela primeira vez em *De Inventione*, importantes na organização e domínio da oratória (principalmente) e da retórica, vitais para o sucesso dos discursos, apresentações ou mesmo relatórios modernos no ambiente corporativo. Embora o estadista romano Marcus Cícero tivesse apenas dezenove anos quando escreveu seu trabalho original sobre o assunto, passou a vida remanescente reinventando as ideias sobre como dominar a retórica por meio dos cinco cânones que identificou nesse primeiro trabalho: Invenção, Disposição, Elocução, Memória e Ação.

Sua intenção, ao desenvolvê-los, foi a de facilitar o discurso, não torná-lo mais difícil. Antes da ideia de organizar discursos, escritores e oradores na sociedade romana não tinham um método para criar seu trabalho. Um poeta, por exemplo, não possuía estrutura em seus textos; discursos não apresentavam introdução ou conclusão. Os cânones de Cícero forneceram um padrão claro, facilmente seguido e reconhecido em muitas formas diferentes de oratória e de retórica.

Cícero apresentou opiniões importantes sobre o uso da retórica. Uma das suas ideias mais famosas foi a de que a língua (que representa a fala) e o cérebro (que representa análise e planejamento) devem se unir e agir como uma força, e não se separar em diferentes métodos de ensino com base em qual deles poderia apresentar melhor ou adquirir mais conhecimento. Como escritor, não pretendeu que os cânones resultassem em discursos empolados, mas mostrou que os esforços para organizar, definir estilo e entregar a prática resultam em um discurso retórico mais fluido e espontâneo do que teria sido sem cuidadoso estudo e igualmente criterioso emprego de cada cânone. Além disso, esses cânones forneceram método e organização para a retórica, características antes inexistentes.

A obra *Brutus*, diálogo com o filho, é exemplo de texto didático sobre retórica. As respostas a cada questão são muito claras e ensinam de forma fácil o que é perguntado, quase como se fosse um conhecimento trivial. Isso mostra a capacidade do orador, do retórico e do filósofo, sintetizadas na facilidade para o ensino. Trata da eloquência romana, a começar por Aristóteles, cita vários oradores romanos importantes e analisa em detalhe as características de suas eloquências.

É importante mencionar que o trabalho de Cícero foi publicado durante a época dourada do Império Romano. Nesse período, os estudiosos romanos procuraram emprestar mais peso ao estilo e ao arranjo do seu trabalho, a fim de envolver plenamente o público e controlar os discursos por eles proferidos.

Não se pode desconsiderar que a figura do orador ideal, conforme o pensamento de Cícero, em retórica, precisa sobreviver não apenas no plano moral e intelectual (com sabedoria virtude), mas também político (dirige o Estado) e religioso (é “divino” e parece “quase um deus”).

As obras *O Orador* e *Orador* têm a intenção de superar a arte retórica para encarnar na figura de quem exerce a oratória. Fica a pergunta se existiria tal orador. O “orador supremo” de Cícero é um ideal no sentido das ideias platônicas, mas Cícero, que não era modesto, provavelmente pensava em si mesmo quando se referia a essa figura “suprema”.

Quintiliano

Durante os pouco mais de cem anos que decorreram entre a morte de Cícero e o nascimento de Quintiliano houve, em todo o Império Romano, grande expansão da educação, que teve como finalidade e clímax a retórica. No Império Romano tardio, a cultura era adquirida com a exclusiva finalidade de desenvolver habilidade em falar, a principal qualificação para uma carreira pública.

Em Roma e nas províncias, instrução sobre retórica e exercícios correspondentes, tanto sob o ponto de vista da retórica grega quanto da retórica latina, foram amplamente promovidos em todas as partes do Império, sempre financiados pelo poder público. As apresentações dos jovens oradores despertavam grande interesse popular. Na Gália, Espanha e África, essas atividades foram realizadas com intensidade ainda maior do que em Roma. A força da novidade fez com que a produção cultural nas províncias ocidentais fosse mais significativa que nas terras esgotadas da Itália e do Oriente. Durante a vida de Quintiliano, que era espanhol, os homens nascidos na Espanha dominavam as escolas e a literatura latina. Pouco tempo depois da sua morte, o trono imperial foi, pela primeira vez, ocupado por um espanhol: Trajano.

Como orador, professor e autor, Quintiliano trabalhou para conter a onda de gosto popular da chamada Era de Prata da literatura latina, criticada justamente pelo ensino um tanto confuso da retórica. Na sua juventude, a influência de Sêneca era dominante, mas o principal professor de Quintiliano era um homem de outra natureza, Domitius Afer, que se aventurou a classificar como de mesmo nível dos antigos oradores de Roma.

Quintiliano, no entanto, devia mais aos mortos do que aos vivos. Seu grande modelo foi Cícero, a quem sempre se referiu com admiração e cujas falhas ele raramente mencionava. No entanto, a reação contra a oratória de Cícero, que começou com ele ainda em vida, adquiriu força irresistível após sua morte. Quintiliano não conseguiu vencer tal tendência. O estilo antigo era condenado como fraco, por exemplo por Tácito, que em seu *Diálogo sobre Oradores* inclui Cícero entre os homens de antiguidade rude e “desordenada”.

Nos tribunais, juízes, jurados e público exigiam o que era surpreendente, pitoresco ou epigramático e os oradores praticavam truques para satisfazer essa demanda. A oratória tornou-se, acima de tudo, uma arte cujo objetivo principal era esconder. Não é estranho, então, que os esforços forenses de Quintiliano não tenham produzido, para ele, reconhecimento em vida.

A obra *Institutio Oratoria* é um longo protesto contra os gostos da época. Começando com a máxima de Catão, o Censor, de que o orador é “o bom homem

habilidoso em falar”, Quintiliano mostrava como tal bondade de caráter e habilidade em falar começava com o futuro orador ainda criança. Quintiliano sustentou que nenhum detalhe da educação e treinamento na infância ou juventude é insignificante — as partes do trabalho que se relacionam com a educação geral se tornam, assim, de grande interesse e importância. A *Institutio* foi publicada 140 anos depois de *De Oratore*. Baseava-se nas experiências de Quintiliano quanto à ocupação de uma “cadeira pública (*publicam scholam*)” em retórica latina. Ele costuma ser descrito como “Professor de Retórica”.

Devemos escrever não só de modo a que seja possível ao leitor nos entender, mas também para que a ele seja impossível não nos entender. [...] Em escrever estão as raízes, em escrever estão os fundamentos da eloquência. Quando se escreve, os recursos são armazenados como se estivessem em repositório sagrado, de onde podem ser alcançados em emergências ou quando as circunstâncias assim o requererem (QUINTILIANO, 1836, p. 325).

Quintiliano postulava a cultura mais ampla: não há forma de conhecimento a partir do qual algo não possa ser extraído para o propósito de formar um grande orador. Quintiliano foi um pioneiro do método na educação. Ridicularizava a moda da época, imediatista e que produzia a mediocridade a partir da declamação nas escolas, com a natureza e a realidade esquecidas. Ao mesmo tempo, desenvolveu todos os aspectos técnicos da retórica com uma plenitude que possivelmente não encontra paralelo na literatura antiga. A leitura de Quintiliano, para o homem moderno, apresenta-se mais fácil que a de Aristóteles e Cícero.

O título da *Institutio Oratoria*, que pode ser traduzido como “A Educação de um Orador”, o separa de manuais mais restritos voltados às artes retóricas. Para Quintiliano e Cícero, um orador não era simplesmente alguém versado na limitada arte da retórica, mas, nas palavras de Quintiliano, um homem dotado de instrumentos suficientes para levar:

uma vida reta e honrada [...] [um] cidadão ideal, apto a assumir sua parte na condução dos negócios públicos e particulares, capaz de governar cidades por meio do seu sábio conselho, de estabelecê-las sobre uma fundação segura de boas leis e de aprimorá-las através da administração imparcial da justiça (QUINTILIANO, 1938, p. 5).

Dessa forma, podemos entender o aspecto educativo da obra de Quintiliano que, diferentemente de Cícero, estava preocupado com o ensino da oratória para além do bem falar: incluía a justiça como forma de aprimoramento retórico, a exemplo de Aristóteles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que tecemos sobre retórica e oratória, acreditamos poder responder, ao menos em parte, nossas questões de pesquisa. À primeira delas, se oratória e retórica são sinônimos, pode-se ponderar que atuam no mesmo espaço, mas estão em campos diferentes. Enquanto a oratória é, nas palavras de Górgias, reveladora de toda a força discursiva, a retórica é mais abrangente, pois é arte. Foi na Sicília, na verdade, que a retórica teve sua origem como “metalinguagem do discurso oratório”, e aqui aparece uma efetiva diferenciação entre oratória e retórica: uma é linguagem; a outra vai além da linguagem.

Cícero, que viveu quase cem anos, ao final da vida concluiu seu último discurso, considerado testamento oratório de caráter polifônico. A resposta anterior mostra que a oratória, como chamada pelo orador, pode ser mais poderosa que os fatos. O tema central de sua obra *Orador* é a prosa rítmica, sistematizada no livro, em uma reflexão que começa no parágrafo 140 e vai até o final, no parágrafo 280.

O diálogo entre Sócrates e Górgias pretende definir o que é retórica e, em alguns momentos, confunde o leitor, atribuindo a ela não a característica de arte, mas a conceitua como tática (de adulação) e chega a afirmar que os oradores, “tal como os tiranos, podem matar quem bem quiserem, confiscar os bens alheios ou banir qualquer pessoa” (PLATÃO, [s.d.], p. 19). Complementa que os oradores não têm bom senso e que a retórica é uma arte, não simples bajulação. A discussão do que seria retórica e oratória se estende por toda a obra, e deixa a impressão de que a oratória é o exercício da retórica. Não se pode, contudo, afirmar.

Embora o título “Instituições Oratórias”, de Quintiliano, tenha explícita a palavra oratória, trata desta, mas é também um tratado de retórica. O mesmo se diz da obra de Cícero, considerado o gênio da oratória, o grande orador, mas também retor, uma vez que tratava da justiça.

A habilidade em falar, em discursar, em dar voz ao pensamento é do âmbito da oratória. O trato mais profundo desse discurso, todo o trabalho aristotélico, a sistematização teórica e o que subjaz à oratória é atribuído à retórica.

Importante salientar que existe um elo importante entre a oratória e a atividade docente, considerando que esta se utiliza daquela todo o tempo. Além do mais, tal elo é sugerido por um conjunto de resumos de declamações, geralmente atribuído a Quintiliano, conhecido como *Declamationes minores*. Mesmo desconsiderando-se a autoria, mais da metade das declamações ali constantes são acompanhadas por um *sermão* que, entre outras coisas, compreende sugestões práticas para a elaboração e apresentação de um argumento, ou seja, a forma de colocar em prática a retórica: o exercício da oratória.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE JR., Manuel. *Prefácio e Introdução à Retórica*. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2. ed. revista. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005. p. 9-64.
- ARISTÓTELES. Política. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1975.
- _____. *Retórica*. 2. ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- CÍCERO, Marcus Tullius. *De oratore*. Dulles, USA: Intl Pub Marketing, 2003.
- _____. *Brutus e A perfeição oratória*. Tradução de José R. Seabra Filho. Belo Horizonte: Nova Acrópole, 2006.
- GÓRGIAS. *Elogio a Helena*. Tradução de Maria Cecília Coelho. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1978.
- KENNEDY, George Alexander. *Classical rhetoric and its Christian and Secular Traditions from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill, USA: University of North Carolina Press, 1980.
- PERNOT, Laurent. *La Retórica en Grecia y Roma*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.
- PLATÃO. *Fedro*. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1975b. p. 57-126.
- _____. *Górgias*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Disponível em: <<http://www.100medo.com.br/documents/LIVROS/Gorgias.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.
- QUINTILIANO, Marcus Fabius. *Instituições Oratórias*. Tradução de Jeronymo Soares Barboza. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1836.
- STEEL, Catherine. Cicero and the power of Rhetoric. *History Today*, v. 66, issue 3, mar. 2016. Disponível em: <<http://www.historytoday.com/catherine-steel/cicero-and-power-rhetoric>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- VIEIRA, Brunno Vinicius Gonçalves; OLIVEIRA, Jane Kelly de. Alguns apontamentos sobre Cícero tradutor de poesia. *Scientia Traductionis*, n. 10, p. 133-140, 2011.

2

CAPÍTULO

CÍCERO

O ORADOR ROMANO

Joelma Batista dos Santos Ribeiro

Marco Túlio Cícero (106 a.C. a 43 a.C.) é, sem dúvida, uns dos grandes nomes da República romana. Suas obras demonstram a racionalidade no pensamento e uma linguagem singular. Essas características o revelaram como um dos mais fecundos escritores da Antiguidade. Sua educação helenística, seu talento literário, suas ambições pessoais, seu trabalho intelectual infatigável, sem dúvida foram fatores decisivos para o seu êxito nos ensaios, cartas, tratados e discursos que escreveu sobre ideias e conceitos políticos, filosóficos e literários.

A importância de Cícero, como pensador, na história do pensamento mundial, é reconhecida por estudiosos de todas as épocas. Sodré (1967, p. 141), por

exemplo, afirma que os pensadores gregos tiveram a originalidade da profundidade, sem limites do pensamento, mas, que “coube a Cícero a glória, não pequena, de ter sido um vulgarizador brilhantíssimo de todas as grandes ideias dominantes de seu tempo”.

Apesar de sua formação e conhecimentos abrangentes, percebe-se que o político e advogado romano tinha especial ardor pela arte oratória. Chegou a afirmar, em sua obra *De Oratore*, que “a oratória é superior a todas as artes, pois essas requerem apenas a agudeza de memória, enquanto a oratória exige do orador desde a desenvoltura dos atores, as palavras dos poetas até o conhecimento dos filósofos e dos juristas” (CICERO, 1948, p. 89, tradução nossa)¹. Por isso, Cícero atribuiu à eloquência o poder de transformar ou suscitar paixões, fazer mudar opiniões e até os escrúpulos daqueles que julgam as causas.

Para tanto, Cícero assinalava que o orador, além dos atributos naturais lapidados pela doutrina e treino, deveria se dedicar às demais artes, para que fosse capaz de falar sobre todos os assuntos de maneira variada, ornada e abundante. Nessa perspectiva, conceituou o orador perfeito, apresentado na sua obra *De Oratore*, sobre a qual faremos uma breve abordagem.

Cabe esclarecer que a biografia de Cícero está profundamente relacionada com suas obras, inclusive as que versam sobre a eloquência. No período em que viveu em Roma, a oratória estava, devido ao contexto político e econômico, no seu auge. Dessa forma, realizaremos um breve resgate de sua vida, observaremos a riqueza de sua formação e, principalmente, o quanto o uso da sua grandiosa eloquência foi decisivo durante toda a sua vida política.

Dentre as obras de Cícero dedicadas à retórica ressaltamos: *Brutus*, que trata de um diálogo sobre oradores ilustres; *Partições Oratórias*, constituinte de dois livros sobre a invenção; e *De Oratore*, que faz, por meio de diálogos, uma abordagem sobre o perfil do orador e conceitua a oratória romana.

BIOGRAFIA

Oriundo de uma família de cavaleiros, Cícero nasceu em Arpino, na Itália, e cedo já dominava a língua grega. Seu pai o confiou às mãos de mestres romanos, sob a direção dos oradores Crasso e M. Antônio. Praticava, por isso, exercícios

¹ No original: “[...] in an orator we must demand the subtlety of the logician, the thoughts of philosopher, a diction almost poetic, a lawyer’s memory, a tragedian’s voice, and the bearing almost of the consummate actor”.

da arte oratória, segundo o sistema da época. Além de trabalhar na tradução de várias obras gregas, também aprendia História, Geometria e Filosofia. Segundo Plutarco (1951), o garoto, já nos primeiros contatos com os estudos, demonstrou célebre talento e grande aptidão literária e filosófica, fato que o distinguia dos demais estudantes.

Depois de concluir os primeiros estudos, o futuro orador tomou lições com o acadêmico Fílon, muito admirado pelos romanos devido à sua eloquência e caráter. Também conviveu com Múcio Cévola, ilustre senador que lhe proporcionou profundo conhecimento sobre as leis. Aos dezesseis anos, Cícero vestiu a toga viril, a qual, na Roma antiga, simbolizava a condição de cidadão, além de poder para exercer cargos da República e, posteriormente, do Império romano. Passou a frequentar o fórum, onde vivenciou a prática da oratória e aplaudiu grandes oradores.

Quando o jovem romano contava com dezoito anos, eclodiu a guerra civil na qual Mário e Sila disputaram o poder sobre Roma. Nesse período, as escolas, tribunais e demais fontes de instruções foram fechadas. O jovem passou, então, a dedicar-se às meditações, às ciências e às conversações com sábios gregos até o encerramento do período de turbulência, quando retomou seus estudos, inclusive de Direito, com Quinto Múcio Cévola, o pontífice.

Foi aos vinte sete anos que estreou como advogado e, conseqüentemente, como orador, de maneira notória, ao defender Róscio Amerino, acusado de paricídio na época em que Sila governava Roma com poder absoluto, na qualidade de ditador perpétuo. O pai de Róscio não tinha ligação alguma com política ou com as proscricções de Sila, mas seu assassinato beneficiou o partidário do ditador, Crisógono, que confiscou todos os bens da vítima para o Estado e, em parceria com alguns parentes, arrematou esses bens por valores baixíssimos. O filho da vítima, vendo-se espoliado, levou o caso aos tribunais a fim de fazer valer os seus direitos. Crisógono, com receio de perder os bens e ainda comprometer Sila, convenceu os parentes a denunciarem Róscio Amerino como assassino do próprio pai.

Nesse período, Roma contava com longas listas de proscricções e de adversários políticos de Sila que deveriam ser eliminados. Como a causa de Róscio envolvia um partidário e amigo íntimo do governador, nenhum advogado quis defender o jovem acusado, pois todos temiam pela própria vida. Afinal, desagradar o governador, naquele momento, não era recomendável. Por outro lado, Cícero vislumbrava, na situação, a oportunidade, talvez a única de sua vida, de fazer seu talento conhecido de toda a gente.

O jovem orador preparou-se silenciosamente para a defesa. A acusação estava certa da vitória, pois acreditava que o pobre Róscio seria abandonado à própria sorte; porém se surpreendeu quando o advogado de vinte e sete anos se levantou para marcar a história da eloquência de Roma. Cícero assumiu a defesa e, ao fazê-la, desmascarou toda a trama sinistra, refutou todos os argumentos de acusação e, com grandíssima eloquência, triunfou na tribuna ao conquistar a absolvição unânime do Róscio Amerino.

No entanto, na defesa de Róscio, o jovem Cícero fez muito mais do que livrar um inocente de uma morte terrivelmente injusta. Ele imobilizou uma manobra política torpe e gananciosa, além de, por meio do despertar da humanidade dos romanos, outrora adormecida, imunizar a si e ao acusado de futuras represálias de Sila ou Crisógono. Essa estreia foi, sem dúvida, um dos acontecimentos mais marcantes na vida do jovem advogado e o coroou como excepcional orador, fato muito rememorado durante sua vida.

Depois do caso de Róscio não houve registro de que o jovem advogado tenha sofrido alguma ameaça do ditador e, antes de viajar pela Grécia e Ásia Menor, permaneceu dois anos em Roma exercendo a advocacia.

Ainda nesse tempo, Cícero era franzino, fraco e tinha o estômago delicado. Sua voz, apesar de forte e sonora, era dura e pouco flexível. Como insistia em declamar com calorosa veemência, a ponto de atingir os tons mais altos, temia-se por sua saúde. Embora tivesse recebido conselhos de médicos e amigos para deixar a oratória, se recusara a desistir da glória que a eloquência poderia lhe trazer (ZAMA, 1896, p. 288).

Iniciou sua viagem pela Grécia e, em 79 a.C., chegou em Atenas, onde teve aulas com o filósofo Antíoco, Zenão, e conheceu Fedro, além de exercitar-se na arte da eloquência na escola de Demétrio. Antes, no entanto, de voltar para Roma, partiu para a Ásia, onde acompanhou lições dos retóricos: Xenocles de Adramite, Denis de Magnésia e Menipo da Cária. Em Rodes, presenciou a ação do retórico Apolônio, filho de Mólón, e do filósofo Posidônio. Segundo Plutarco (1951), Apolônio, ao assistir a uma declamação de Cícero, não esboçou reação alguma, enquanto o auditório não cansava de louvá-lo. No entanto, ao se dirigir ao orador romano, pronunciou: “Cícero, eu te louvo e te admiro. Choro, porém, a sorte da Grécia, ao ver que as únicas vantagens que nos restavam, o saber e a eloquência, vão, por teu intermédio, passar para as mãos dos romanos” (PLUTARCO, 1951, p. 47).

Depois de dois anos de estudo e aperfeiçoamento, retornou para Roma. Então, o jovem orador ficou robusto, educou a voz e aprimorou sua gesticulação.

Dominava todas as regras da eloquência e estava culturalmente ainda mais enriquecido. Por conveniências sociais e econômicas, casou-se com Terência, moça de família nobre, com quem viveu cerca de 30 anos e teve dois filhos, Túlia e Marcos. No mesmo período concorreu à questura, cargo exercido por aqueles que almejavam galgar altas posições na República.

Cabia aos questores prover o abastecimento para Roma e seu exército por meio das arrecadações das rendas públicas das províncias que governavam. Tinham o respeito equivalente aos demais magistrados, contavam com *lictors*, funcionários públicos que lhes faziam escolta com chicotes, indo-lhes à frente com a finalidade de abrir o caminho e convocar o réu, se fosse o caso. O cargo, segundo uma lei de Sila, dava, posteriormente, o direito de poder fazer parte do Senado (ZAMA, 1896, p. 307).

Cícero foi eleito questor por unanimidade e direcionado para a Sicília, província responsável pelo abastecimento romano de trigo. Com o tempo, ganhou a estima e o respeito dos sicilianos, principalmente quando defendeu, como advogado, diante do pretor da Sicília, vários jovens de boas famílias acusados de insubordinação e conseguiu a absolvição de todos. Terminado o período da questura, pronunciou um acalorado discurso, colocou-se à disposição dos sicilianos, mesmo ao residir em Roma, e despediu-se. Estava certo de que havia cumprido com primor seu principal dever de não deixar faltar trigo em Roma, além de, mesmo em tempos de carestia, garantir bons negócios para os comerciantes. No entanto, ao retornar a Roma, percebeu que seu excepcional desempenho como questor não lhe rendeu elogios e nem sequer especiais reconhecimentos.

O orador romano era um homem suficientemente rico para viver entre os indivíduos mais instruídos da sociedade romana de seu tempo. Havia recebido o dote de sua esposa, Terência, e a herança de seu pai, o que constituiu uma pequena fortuna. Plutarco (1951) menciona que, de seu pai, herdara 90 mil dinheiros e, do dote, 120 mil dinheiros. Recebia constantemente pessoas ilustres em sua casa, que o procuravam por diversos motivos, fossem em busca de sua influência, de seus serviços como advogado ou, até mesmo, de seus conselhos (PLUTARCO, 1951, p. 51).

Seis anos depois de deixar a Sicília, Cícero foi eleito edil, cargo responsável pela preservação da cidade, do abastecimento, da polícia dos mercados e das ações penais correlatas. Zama (1986, p. 329) comenta que o cargo era oneroso, ao destacar que: “Os fundos públicos destinados, desde o princípio da República, para as festas e espetáculos eram insuficientes. Os edis tinham que dar de seu bolsinho – o que faltava”. O brilhante orador romano, ao contrário de César e

outros edis anteriores, não ostentou eventos grandiosos durante o período em que exerceu o cargo, antes o desempenhou com a mesma correção demonstrada no cargo de questor.

Dois anos após ter sido edil, Cícero apresentou sua candidatura à pretoria. Na hierarquia da Roma Antiga, o pretor era o magistrado abaixo do cônsul. A concorrência foi acirrada, disputou com muitas pessoas de prestígio na sociedade romana e, embora não tenha sido eleito unanimemente, como nas disputas para questor e edil, foi o mais votado dos oito candidatos. As sentenças proferidas durante o período de sua pretoria construíram uma sólida reputação de justiça e probidade.

Cícero entrou para a vida política com uma gama de conhecimento que poucos de seus contemporâneos tinham. Estudou com afinco a língua grega e contribuiu, por possuir esse conhecimento, para o enriquecimento da língua latina, até tornar-se, reconhecidamente, o supremo árbitro de termos e novas expressões. O jovem dedicado possuía universalidade de conhecimentos, e, mais tarde, em seus escritos, julgaria tais conhecimentos indispensáveis ao orador para ser perfeito. Era familiarizado com a jurisprudência, a Filosofia, a Matemática, a Astronomia, a Música e as demais artes de seu tempo (ZAMA, 1896, p. 292). No entanto, era *homo novus*, ou seja, um plebeu que galgava, na Roma Antiga, alto cargo público. A família de Cícero, embora fosse abastada e de boa reputação, era de cavaleiros e não possuía nenhuma tradição na vida pública romana.

Dessa forma, após a pretoria, Cícero iniciou sua campanha ao consulado até completar a idade exigida de 43 anos. Em Roma, eram eleitos, concomitantemente, dois cônsules para um mandato de um ano, que se revezavam mensalmente. Cabia, ao detentor do mais alto cargo romano, comandar o exército, convocar o Senado e administrar Roma e suas províncias. O jovem político foi eleito com total aprovação: há trinta anos nenhum *homo novus* havia passado pelo consulado romano. Disputou com mais seis candidatos, dentre eles Catilina, que mais adiante teria sua conspiração desmascarada. Cícero assumiu o consulado com Marco Antônio.

Quase no final do seu período consular, Cícero recebeu uma denúncia de que Catilina, senador que havia concorrido para o próximo consulado e, pela segunda vez, perdido, aliara-se aos ex-soldados do falecido governador Sila para conspirar contra a República. Segundo as informações, haveria dia e hora para o saque e o incêndio da cidade de Roma, assim como para os assassinatos dos senadores e do próprio Cícero (ZAMA, 1896, p. 367). Cícero enviou espiões por toda a cidade para obter mais informações e, enquanto isso, convocou o Senado e preparou seu primeiro discurso contra o conspirador.

O Senado foi reunido e Cícero proferiu seu primeiro discurso contra Catilina, revelando toda a conspiração. Iniciou o exórdio:

Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência? Quanto zombará de nós ainda esse teu atrevimento? Onde vai dar tua desenfreada insolência? É possível que nenhum abalo te façam, nem as sentinelas noturnas do Palatino, nem as vigias da cidade, nem o temor do povo, nem a uniformidade de todos os bens, nem este seguríssimo lugar do Senado, nem a presença e semblante dos que aqui estão? Não presentes manifestos teus conselhos? Não vês a todos inteirados da tua já reprimida conjuração? Julgas que algum de nós ignora o que obraste na noite próxima e na antecedente, onde estiveste, a quem convocaste, que resolução tomaste? (CICERO, 1856, p. 56, tradução nossa)².

Além da sua voz poderosa e de seus gestos impressionantes, o eloquente orador romano utilizou vários recursos oratórios, afinal já era experiente. Catilina, por sua vez, estava surpreso, pois não sabia como o acusador tinha tantos detalhes sobre a conspiração. Por isso, tentou negar, mas foi coibido. O orador exigiu a saída do traidor de Roma; o acusado apenas declarou, diante do Senado, que responderia à altura a acusação e deixou bruscamente o recinto. O conspirador saiu de Roma com trezentos partidários. Esse primeiro discurso faz parte das Catilinárias, uma série de discursos contra Catilina.

No dia seguinte, a população interpretou a saída de Catilina de Roma de maneira adversa, pois julgava que, se planejasse uma conspiração, teria, supostamente, ficado na cidade a fim de levar a cabo seu plano; como saiu, seria de fato inocente, logo, Cícero o teria acusado injustamente. No entanto, mal sabia a população que Catilina havia ido se juntar às tropas de seu partidário Mânlio.

Com o intuito de acalmar o povo, Cícero convocou um comício e pronunciou sua segunda Catilinária, na qual reiterou a conspiração de Catilina e seus comparsas e reafirmou suas intenções de salvar a República. Toda Roma ficou

² When, O Catiline, do you mean to cease abusing our patience? How long is that madness of yours still to mock us? When is there to be an end of that unbridled audacity of yours, swaggering about as it does now? Do not the nightly guards placed on the Palatine Hill—do not the watches posted throughout the city—does not the alarm of the people, and the union of all good men—does not the precaution taken of assembling the senate in this most defensible place—do not the looks and countenances of this venerable body here present, have any effect upon you? Do you not feel that your plans are detected? Do you not see that your conspiracy is already arrested and rendered powerless by the knowledge which every one here possesses of it? What is there that you did last night, what the night before— where is it that you were—who was there that you summoned to meet you—what design was there which was adopted by you, with which you think that any one of us is unacquainted?

indignada com tamanha traição de Catilina. O discurso inflamado de Cícero provou mais uma vez o poder da eloquência sobre o povo romano. Enquanto isso, o cônsul levou adiante seu plano, infiltrou homens entre os conspiradores, com o objetivo de conseguir esclarecimentos e reunir documentos. Dessa forma, conseguiu determinar a prisão imediata dos conspiradores que estavam em Roma.

Satisfeitíssimo com o resultado do seu plano, Cícero foi à praça pública e pronunciou a terceira Catilinária, um discurso exultante, por meio do qual colocou a sua eloquência contra Catilina e em benefício próprio, já que não economizou nos autoelogios e chegou, até mesmo, a se comparar a Rômulo, fundador de Roma.

Os acusados de conspirar contra a República foram levados perante o Senado, César discursou na tentativa de livrá-los da execução, Catão mostrou as consequências da benevolência para com os culpados. Cícero pronunciou a quarta Catilinária: com estilo grave e sério, mostrou seu respeito à decisão do Senado, mas afirmou que a posição de Catão era preferível. Decidiram pela execução. O cônsul acompanhou os condenados e os entregou ao carrasco, sem nenhum pesar pela falta de julgamento adequado.

Após a execução, houve uma marcha triunfal. Cícero desfilou pela cidade, foi ovacionado e impôs aos romanos que o reconhecessem como “Salvador da República”. Catilina, longe de Roma, foi atacado por forças de Cícero e pereceu na luta. O caso da conspiração de Catilina se deu nos últimos dias do consulado de Cícero. Catão, tribuno na ocasião, deu ao cônsul o título, ainda inédito, de “Pai da Pátria”.

Depois do caso de Catilina e do término do seu período como cônsul, Cícero, em todas as oportunidades, não economizava autoelogios e, repetidas vezes, mencionava seus atos heroicos, seus feitos como cônsul, como havia desfeito a conspiração. A vaidade havia tomado conta do orador romano, no entanto, ao referir-se aos outros, “ninguém escapava às suas zombarias, nem os magistrados, nem os mais ilustres cidadãos, nem os amigos” (ZAMA, 1896, p. 385). O admirado orador, sem dúvida, havia colecionado, no decorrer da carreira, uma gama de pessoas que não lhe estimavam pelos mais diversos motivos: pessoais e políticos.

Clódio, segundo Plutarco (1951), tinha especial sentimento de vingança contra Cícero devido a um possível mal entendido que envolveu a esposa de César, por quem nutria sentimentos amorosos. Clódio contava que Cícero testemunhasse a seu favor e afirmasse que ele estava fora da cidade na ocasião em que fora visto na casa de César, mas, em vez disso, o arpinate afirmou que, naquele dia, esteve com

o acusado. Clódio não encontrou no orador o mesmo apoio que dera no caso de Catilina e, por muito pouco, não sofreu uma condenação. Além disso, Clódio, César e outros oficiais romanos também haviam desaprovado a privação de julgamento dos conspiradores de Catilina na ocasião em que Cícero foi o cônsul.

Em 60 a.C., Clódio tornou-se tribuno e, sem delongas, decretou o exílio daqueles que julgaram qualquer cidadão romano sem o devido processo legal. Tribuno era o título dado para oficiais eleitos na Roma Antiga. Esses atuavam como um contrapeso à autoridade do Senado Romano e dos magistrados anuais e detinham o poder de *ius intercessionis*, ou seja, de intervir para vetar legislações consideradas desfavoráveis ou de propor novas leis.

O decreto de Clódio atingiu diretamente Cícero, pois remetia ao caso da conspiração de Catilina. O orador tentou apelar para os senadores e os cônsules, inclusive ao senador Pompeu, mas não teve sucesso e foi obrigado a exilar-se e abandonar sua casa, esposa e filhos. O orador romano viu-se obrigado a deixar a pátria que outrora orgulhara-se de salvar e, como fugitivo, procurou abrigo em Tessalônica, na Grécia. Clódio decretou o banimento de Cícero e o confisco de seus bens, além de pena para quem lhe desse água e fogo a uma distância de mil e quinhentas milhas da Itália. Suas casas foram incendiadas e, na sua habitação em Roma, ergueu-se o templo da Liberdade.

No entanto, Pompeu, ao tornar-se triúviro romano ao lado de Júlio César e Crasso, com apoio do Senado e do povo, exigiu a volta de Cícero a Roma. Clódio foi expulso em praça pública e os cidadãos, convocados para novas eleições. O Senado deliberou que se enviassem agradecimentos a todas as cidades que tivessem acolhido Cícero durante o exílio, também a devolução de suas casas já reconstruídas a expensas do tesouro público, além da restituição de seus bens (PLUTARCO, 1951, p. 78). Assim, o ex-cônsul retornou do exílio dezesseis meses depois de sua partida e foi recebido calorosamente por toda a população de Roma e circunvizinhança.

Em 51 a.C., Cícero assumiu o governo da província da Cilícia, uma vez que Pompeu, nomeado cônsul único pelo Senado, decretou um intervalo de cinco anos entre um consulado ou pretorado e um comando provincial. Devido à escassez de candidatos, Cícero, relutante, aceitou. Levou consigo um exército e a missão de reconciliar os capadócijs com o rei Ariobarzano, além de conduzi-los à submissão a Roma. Teve êxito na sua missão sem precisar empunhar arma.

Permaneceu um ano na Cilícia, período em que, segundo Plutarco (1951), repôs aos cofres da província as despesas de sua mesa; não aceitou presente algum,

não mandou castigar ninguém com varas, não impôs multas injuriosas ou pronunciou palavras ofensivas. Pelo contrário, fez recobrar os fundos públicos que haviam sido dilapidados. Houve uma ocasião em que teve que fazer uma guerra para expulsar os bandidos que estavam em Amanus. A vitória levou os soldados a darem a Cícero o título de *imperator* (PLUTARCO, 1951, p. 81). Tradicionalmente, na Roma Antiga, as tropas conferiam o título de *imperator* ao seu general, depois de uma batalha ou campanha bem-sucedida.

Retornou a Roma no momento em que a guerra civil estava para acontecer, quando César e Pompeu disputavam o poder e Crasso, o terceiro triúmviro, havia morrido na guerra com o Partos. Cícero, na ocasião, correspondia-se com César na tentativa de estabelecer a paz e a República, e não o confrontava publicamente. No entanto, apoiava Pompeu, pois acreditava que ele defendia o Senado Romano. Em 49 a.C., César invadiu Roma, Cícero e os demais senadores deixaram a capital e seguiram Pompeu.

Em 48 a.C., aconteceu a Batalha de Farsalos: as forças de César enfrentaram as de Pompeu e ganharam a batalha que marcou o final da República e o início do Império Romano. O orador, cautelosamente, voltou para Roma e obteve o perdão de César. Na ocasião, Quinto Ligário foi acusado de carregar as armas contra César na batalha, e Cícero assumiu a defesa, como descreveu Plutarco (1951):

Cícero, porém, desde as primeiras palavras do seu discurso comoveu singularmente César. E, à medida que avançava, empregando todos os recursos do patético, tudo quanto possuía a sua eloquência de sedução, viu-se muitas vezes César mudar de cor e tornar sensíveis os divedos afetos que lhe agitavam a alma. Enfim, quando o orador tocou na batalha de Farsália, César, fora de si, estremeceu todo o corpo e deixou cair os papéis que tinha nas mãos. Cícero, vencedor do ódio de César, conseguiu a absolvição de Ligário (PLUTARCO, 1951, p. 85).

O fato de Roma tornar-se império levou Cícero ao afastamento da vida pública. Por isso, passou a se dedicar à formação de jovens que desejavam se aplicar à Filosofia. Assim, o orador romano reconquistou grande prestígio na cidade. Ocupou-se de traduzir, para o latim, diálogos filosóficos e termos da física e da dialética.

Foi ele, afirma-se, quem naturalizou primeiramente, ou pelo menos com maior sucesso entre os romanos, as palavras gregas que significavam *imaginação*, *assentimento*, *suspensão de julgamento*, *átomo*, *invisível*, *vazio* e várias outras semelhantes, explicando, ou por metáforas ou por termos conhecidos e vulgares, as que se aproximam delas pelo sentido (PLUTARCO, 1951, p. 85, grifos do autor).

Segundo Zama (1896, p. 472), Cícero, nesse período, escreveu *Brutus* e *Partições Oratórias*, esta última dedicada a seu filho, que na ocasião contava com dezoito anos. O desejo do orador era que seu filho se tornasse filósofo, no entanto, ele não demonstrava interesse nessa atividade. Mais tarde, foi enviado para Atenas a fim de estudar, financiado pelo pai, porém entregou-se ao vinho.

Nesse período de ausência da vida pública, Cícero repudiou sua esposa Terência. Alegou que ela não dispensara cuidado a ele na época de sua partida por ocasião da guerra civil e não demonstrara atenção ou afeição no seu retorno, além de deixar sua casa vazia e cheia de dívidas. Apesar de Terência ter negado, pouco tempo depois, o orador romano desposou uma moça bem mais jovem que possuía bens em fideicomisso, ou seja, por testamento do pai. A morte, devido ao parto, de sua filha Túlia, em 45 a.C., afetou profundamente Cícero. Ele mencionou, em uma carta a Ático, que perdera a única coisa que o prendia à vida. O orador, inconsolável, acusou a nova esposa de ter se alegrado com o ocorrido e também a repudiou.

Apesar de ser um grande amigo de Bruto e dos demais conspiradores de César, Cícero não participou do assassinato do ditador, ocorrido em 44 a.C. Na ocasião, estava fora de Roma, mas, assim que soube, voltou e exaltou o amigo Bruto como o novo “Salvador da Pátria”. Segundo Sodré (1967), não houve episódio mais deplorável na vida de Cícero, pois revelou seus supostos interesses pessoais, já que, há pouco, havia recebido em sua casa o ditador e lhe proferido honras e tributos em público. Como prova disso, no episódio de Quinto Ligário, afirmou: “Quanto em tua presença, ó César, sinto-me esclarecido em face da copiosa luz que derrama tua liberalidade e tua sabedoria...” (PLUTARCO, 1951, p. 85). No entanto, ao saber da maneira brutal com que César fora assassinado, voltou-se para o lado que, supostamente, lhe traria mais benefícios.

Após a morte de César, a popularidade de Cícero aumentou muito em Roma, mas Marco Antônio, senador e também cônsul, buscava vingança para com os assassinos de César e vantagens para si. Estrategicamente, negociou com o Senado a anistia do crime com a não declaração de César como tirano, o que dava aos cesarianos suporte legal e manutenção das reformas políticas feitas pelo ditador. Bruto e os demais conspiradores receberam províncias para administrarem e, assim, deixaram Roma. Cícero não achou apoio político seguro em Roma e embarcou para a Grécia, no entanto, não deixava de receber notícias positivas das mudanças feitas por Marco Antônio, como, por exemplo, que não tomava uma decisão sem apoio do Senado. Assim, voltou a Roma.

No dia seguinte ao de sua chegada, Marco Antônio convocou o Senado e chamou Cícero, que mandou dizer que estava doente. Ocorreria que Cícero

soubera, durante seu retorno, de uma provável cilada. Devido a sua ausência, Marco Antônio mandou soldados conduzi-lo à força e queimar sua casa, mas revogou a ordem em seguida. Depois desse acontecimento, a ruptura entre os dois tornou-se explícita e incontornável. Nesse período, Cícero produziu uma série de discursos contra Antônio, as Filípicas.

Otávio, filho adotivo e herdeiro de César, voltou para Roma e solicitou a Cícero que utilizasse a sua eloquência e prestígio diante do Senado e do povo a seu favor. Em troca dar-lhe-ia recursos para a proteção de sua vida. O orador romano não resistiu à ambição e esperava realmente pôr o rapaz a serviço da República. Infelizmente, quando o jovem César, Otávio, viu-se parte em um segundo Triunvirato, juntamente com Marco Antônio e Lépido, foi obrigado a permitir que o nome de Cícero, por exigência de Antônio, fosse para lista de proscritos, sentenciado à morte, desconsiderando seu acordo com o orador romano em favor do pacto com Antônio e Lépido.

O orador romano estava em sua casa em Tusculum e, assim que soube da lista das proscricções do novo Triunvirato, iniciou sua fuga. No entanto, foi pego perto de Formias pelos partidários de Antônio, que cumpriram cabalmente as ordens: decapitaram-no, cortaram-lhe a mão direita e levaram para o fórum romano, onde as partes ficaram expostas no local em que tantas vezes triunfara.

O LEGADO CICERONIANO

Cícero foi o escritor mais produtivo e o orador mais renomado de seu tempo. A racionalidade de seu pensamento e a peculiaridade da sua linguagem influenciaram pensadores e estudiosos no decorrer da História. Escreveu sobre temas filosóficos, literários e políticos, além dos discursos e das mais belas páginas da Antiguidade sobre a oratória. Sodré (1967, p. 145) afirmou que ninguém, antes ou depois de Cícero, discorreu com tanta clareza e entusiasmo sobre a eloquência.

O vasto conhecimento cultural do orador romano era notável. Desde jovem, dominava a língua grega e aprendera sobre a cultura helenística. Assim, buscou e implementou os artifícios da retórica e da eloquência. Suas contribuições foram inegáveis na tradução de vários vocábulos do grego para o latim e, também, na disseminação de conhecimentos por meio de seus registros. Cabe ressaltar que, apesar da forte influência grega, Cícero julgava a cultura e a política romana superiores.

Sem dúvida, Cícero dedicou-se muito à Filosofia e, realmente, ela o seduzia. Também se esmerou nos campos do Direito, estudou com afinco História e as demais artes, porém é inquestionável o tremendo ardor que possuía pela oratória.

Desde sua juventude, mergulhou nos estudos sobre eloquência e, mesmo com a saúde precária para o esforço exigido na tribuna, não abriu mão do que considerava o caminho para as glórias (SODRÉ, 1967, p. 152). Estudou, praticou e tornou-se um renomado orador e, conseqüentemente, pôde galgar a alta posição de cônsul e obter o título ainda inédito de “Pai da Pátria”.

A retórica passou a ser utilizada em V a.C., no entanto, como Cícero afirmou “a eloquência não descende da arte, mas a arte da eloquência” (CICERO, 1948, p. 101, tradução nossa)³, isto é, a eloquência já era praticada há muito tempo por homens hábeis. Porém, foi em I a.C., período em que Cícero viveu em Roma, que a oratória atingiu seu auge, em razão das condições políticas que propiciavam os debates e do pouco acesso da população à escrita. Além disso, as causas judiciais, as quais eram representadas eloquentemente pelos oradores, faziam de Roma um campo fértil para o florescimento da arte oratória latina.

O brilhante orador foi forjado no contexto romano da valorização e prática da oratória. Sua obra *De Oratore*, datada de 55 a.C., é composta por diálogos de Crasso com seus amigos, que debatem sobre a oratória romana e, principalmente, sobre o perfil do orador. Crasso, personagem central dos diálogos, enaltece a oratória romana e seus oradores. Torna-se nítida a voz, ou seja, as concepções de Cícero por meio de Crasso:

Na minha opinião, não há mais coisa excelente do que o poder, por meio de oratória, para obter as assembleias de homens, ganhar sua boa vontade, dirigir suas inclinações, onde quer que os oradores desejem, ou desviá-las de tudo o que ele quiser. Em todas as nações livres e, acima de tudo, em comunidades que alcançaram o gozo da paz e da tranquilidade, essa arte sempre floresceu acima do resto e sempre reinou suprema. Para o que é tão maravilhoso quanto isso, da inumerável companhia de fazer, um único ser deve surgir, quem sozinho ou com alguns outros pode tornar efetiva uma faculdade promovida por natureza sobre cada homem? Ou o que tão agradável ao entendimento e ao ouvido como um discurso adornado e polido com reflexões sábias e linguagem digna? Ou que realização tão poderosa e gloriosa que os impulsos da multidão, as consciências dos juizes, a austeridade do Senado, devem sofrer transformação através da eloquência de um homem? (CICERO, 1948, p. 23 e 25, tradução nossa)⁴.

³ No original: “thus eloquence is not the offspring of art, but the art of eloquence”.

⁴ No original: “there is to my mind no more excellent thing than the power, by means of oratory, to get a hold assemblies of men, win their good will, direct their inclinations wherever the speakers wishes, or divert them from whatever he wishes. In every free nation, and most of all in communities which have attained the enjoyment of peace and tranquility, this one art has always flourished above the rest and ever reigned supreme. For what is so marvelous as that,

Na concepção de Cícero, o orador, por meio da oratória, desempenha um papel de grande importância e influência. Para tanto, ele deve ter conhecimento de inúmeros assuntos e das paixões humanas, sabendo como incitá-las e acalmá-las, assim também, com o pensamento dos ouvintes. Deve-se, ainda, ser gracioso, rápido para atacar e para responder, também refinado e urbano (CICERO, 1948, p. 46)⁵. Além de ter a perspicácia de encontrar o que é adequado a cada caso, o *decorum*.

Cícero traça o perfil do orador perfeito, caracterizado pelo seu vasto conhecimento em todas as áreas e a capacidade de transmiti-los docilmente. Nesse ponto, o orador é diferenciado do filósofo, que realiza seu trabalho de maneira árida, e é assemelhado ao poeta, sem, no entanto, carregar o jugo da métrica. Assim acrescenta: “há de ser educado nas artes do homem livre para ser contado entre os oradores” (CICERO, 1948, p. 53)⁶. Pois, o orador, se bem instruído, seja qual for a causa do cliente ou o gênero, poderá falar melhor que o próprio especialista no assunto:

[...] no orador, devemos exigir a sutileza lógica, os pensamentos do filósofo, uma dicção quase poética, a memória de um advogado, a voz de um ator de tragédia e os gestos dos grandes atores. Consequentemente, não há nada mais raro do que encontrar um *orador perfeito* entre os filhos dos homens. Se os representantes das demais artes possuírem tais atributos, mesmo que medianamente, são aceitos. Mas o orador deve possuir todos (CICERO, 1948, p. 89 e 91, tradução e grifos nossos)⁷.

out of the innumerable company of making, a single being should arise, who either alone or with a few others can make effective a faculty bestowed by nature upon every man? Or what so pleasing to the understanding and the ear as a speech adorned and polished with wise reflections and dignified language? Or What achievement so mighty and glorious as that the impulses of the crowd, the consciences of judges, the austerity of the Senate, should suffer transformation through the eloquence of one man?

- ⁵ No original: “To this there should be added a certain humour, flashers of wit, the culture befitting a gentleman, and readiness and terseness alike in repelling and in delivering the attack the whole being combined with delicate charm and urbanity”.
- ⁶ No original: “That no one should be numbered with the orators who is not accomplished in all those arts that befit the well-bred”.
- ⁷ No original: “[...] in an orator we must demand the subtlety of the logician, the thoughts of philosopher, a diction almost poetic, a lawyer’s memory, a tragedian’s voice, and the bearing almost of the consummate actor. Accordingly no rarer thing than a finished orator can be discovered among the sons of men. For attributes which are commended when acquired one apiece, and that in but modest degree, by other craftsmen in their respective vocations, cannot win approval when embodied in an orator, unless in him they are all assembled in perfection”.

Em parte de um diálogo travado em *De Oratore*, Sulpício, um dos personagens, comenta sobre o estudo preparatório para a oratória. Então, Crasso discorre sobre como ela é tradicionalmente dividida:

[...] primeiramente, encontrar o que dizer, organizá-lo não apenas seguindo a ordem, mas também a importância, selecionar a linguagem apropriada, depois comprometer-se com a memória e, finalmente, entregá-lo com a devida ação e elocução. Uma tarefa, sem dúvida, que não requer muito empenho (CICERO, 1948, p. 301, tradução nossa)⁸.

Cícero, por meio de Crasso, aponta que os homens eloquentes já seguem esses passos de maneira espontânea, pois a eloquência antecedeu a retórica. Da mesma forma, comenta sobre os exercícios de voz e recomenda que o orador separe algum tempo para discursar de maneira preparada e precisa, mas não desmerece o discurso de improviso, se realizado como exercício. Assinala a escrita, dentre os exercícios, como a melhor e mais realizadora mestra do discurso. Também exalta a importância da memória para aprender de cor os escritos, que podem ser tanto os de autoria própria como os de outros.

Se, por um lado, Cícero não despreza os exercícios de oratória e ainda defende a importância da vasta cultura e da formação teórica do orador, princípio que fundamenta seu conceito do orador perfeito, por outro, revela que, em alguns casos, esses fatores, embora fundamentais, não podem garantir a eloquência:

Sei que as boas habilidades podem ser aperfeiçoadas e, as que se mostram débeis, podem ser muito melhoradas por meio da instrução, mas há alguns homens de tão péssima dicção, de trímbr vocal tão desarmonioso, ou de características e gestos tão rudes e grosseiros que, mesmo que tenham talento e arte, ainda não conseguem entrar para o rol dos oradores. Enquanto outros, são tão aptos nestes mesmos aspectos, tão naturalmente dotados, que parecem não terem nascido, mas sido moldados por alguma divindade. (CICERO, 1948, p. 81, tradução nossa)⁹.

⁸ No original: “[...] to invent what you are to say, to arrange what you have invented, to clothe it in proper language, then to commit it to memory, and at last to deliver it with due action and elocution; a task, surely, requiring no very abstruse study.

⁹ No original: “[...] I know that good abilities may thorough instruction become better, and that such as are not of the best can nevertheless be, in some measure, quickened and amend -, but there are some men either so tongue-tied, or so discordant in tone, or so wild and boorish in feature and gesture, that, even though sound in talent and in art, they yet cannot enter the ranks of the orators. While others there are, so apt in these same respects, so completely furnished with the bounty of nature, as to seem of more than human birth, and to have been shaped by some divinity”.

O orador romano admite que, apesar de a instrução ser fundamental para o orador, ainda mais se esse busca a perfeição, a eloquência requer pré-requisitos inatos, os quais, infelizmente, não podem ser simplesmente aprendidos ou teorizados, por se tratarem de atributos naturais. De maneira alguma Cícero desmerece a formação intelectual do orador, mas reconhece que algumas características, se demasiadamente acentuadas, quando se trata de oratória, não podem ser sanadas ou sequer melhoradas suficientemente.

Segundo Cícero, mesmo o orador eloquente teme, além da dificuldade da oratória, os diversos resultados de um discurso e as expectativas dos homens. Ele mesmo admitiu: “muitas vezes, eu mesmo experimentei palidez no início do discurso e o tremor por toda mente e por todos os membros” (CICERO, 1948, p. 85)¹⁰. A humanidade do brilhante orador é revelada acerca do enfrentamento da tribuna, onde tantas vezes fora aclamado, mas que também lhe trouxera certo temor quando jovem. O temor, segundo Aristóteles, consiste em um “certo desgosto ou preocupação resultantes da suposição de um mal eminente, ou danoso ou penoso” (ARISTÓTELES, 2003, p. 31). O brilhante orador não estava ileso às paixões.

Sem dúvida, a eloquência inata de Cícero fora lapidada pela riquíssima instrução adquirida e somada à sua mente brilhante. Infelizmente, o ideal do orador perfeito, aquele bem instruído de toda a cultura global e do bom senso, ficara na obra *De Oratore*, como o próprio Cícero registrou: “não há nada mais raro do que encontrar um orador perfeito entre os filhos dos homens” (CICERO, 1948, p. 89, tradução nossa)¹¹. Se Cícero não o era, com certeza, chegou bem perto.

O grande orador viveu em meio às conspirações e às controvérsias da política da República romana, porém produziu um legado que tem perpassado a História da humanidade. Prova disso são seus escritos que influenciaram estudiosos da igreja cristã, pensadores da Idade Média e colaboraram para o surgimento do Renascimento. Muitos dos seus livros foram adotados nos currículos e, durante muito tempo, seus textos foram sinônimos do latim clássico. No entanto, a principal marca do brilhante orador romano foi sua eloquência que, apesar de pomposa para concepções atuais, era adequada a seu tempo e às exigências de sua época.

¹⁰ No original: “I very often prove it in my own experience, that I turn pale at the of speech, and quake in every limb and in all my soul”.

¹¹ No original: “no rarer thing than a finished orator can be discovered among the sons of men”.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CICERO, Marcus Tullius. *The Orations of Marcus Tullius Cicero*. London: George Bell and sons, 1856.

_____. *On the Orator Books I-II*. London: Harvard University Press, 1948.

PLUTARCO. *Vidas dos homens ilustres*. Traduzido do grego por Amyot. São Paulo: Editora das Américas, 1951.

SODRÉ, Hélio. *História universal da eloquência*. v. 1. São Paulo: Forense, 1967.

ZAMA, Cezar. *Traços biographicos e politicos dos tres grandes oradores da antiguidade: Pericles, Demosthenes e Cicero*. Salvador: Litho-Typ. e Enc. Wilcke Picard, 1896. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242544>>. Acesso em: 8 set. 2017.

3

CAPÍTULO

QUINTILIANO E A FORMAÇÃO DO ORADOR

Cláudia Mastromauro Cerveira Quintas

Luiz Antonio Ferreira

PALAVRAS NO DISCURSO: RETÓRICA, ORATÓRIA E ELOQUÊNCIA

Uma das maiores escritoras brasileiras, em um inspirado momento de reflexão sobre o cerne de nossa diferença significativa nesta terra, resolveu, por meio dela, dialogar com suas companheiras e algozes: “Ai, palavras! Ai, palavras! Que estranha potência a vossa!” (MEIRELES, 1967, p. 500). Assim é: a palavra, vista sob qualquer ângulo, é forte, pujante, impetuosa, vigorosa, violenta, robusta, ternamente poderosa... Mas é, também, potentemente estranha! Entre outras acepções semânticas, *estranha* é sinônimo de excêntrica, especial, extravagante,

extraordinária, singular. Por congregar em si tantas nuances significativas, a palavra é tudo isso mesmo: uma entidade mágica, fugidia, que toma conta dos sentidos para nos arrebatara, encantar, enraivecer, enternecer, envolver em laços doloridos ou suaves. Quando precisamos de silêncio, ela se cala profundamente em nós, mas continua significando. Quando precisamos de barulhos, ela nos envolve num ritmo irresistível de colorações sonoras e, sempre, de um jeito ou de outro, amiga, nos ajuda a persuadir, a demover, a encantar, a fazer amar, odiar, gritar pela razão, chorar emocionadamente e, assim, convencer. É a palavra que dá valor ao discurso, que propaga a dialética ou imprime autoridade amedrontadora ao dizer. Sempre é energia e, por isso, revela, com seu jeito maroto, os sisudos ou eloquentes seres humanos. Quando articulada, é texto e se mostra-esconde para provocar o discurso. De algum modo, nos preserva sempre: torna-nos verossímeis, mas não necessariamente verdadeiros: a palavra tecida em nós é retórica. Por isso, precisa ser atentamente estudada.

A retórica é teoria do discurso construída a partir do estudo e reflexão sobre duas propriedades humanas: a oratória¹ e a eloquência². Por isso, é uma organização maior, um sistema de estudos da linguagem humana que se organiza por um conjunto de princípios teóricos e possui um fim claramente delimitado: gerar um efeito prático, eficaz, imediato e previamente estabelecido que resulte em persuasão.

Nesse sentido, oratória e eloquência são realizações da retórica. A oratória vincula-se à produção do discurso; a eloquência incumbe-se de a ele dar um valor muito necessário, pois o ato retórico não nasce pronto, não é uma unidade positiva: sempre congrega, em sua natureza dialética, perspectivas diferenciadas diante de uma mesma questão. Por essas razões, a retórica é tradicionalmente conhecida como objeto de disposição argumentativa, como uma técnica compositiva que possui intencionalidade: estabelecer acordos, mover o outro pela exaltação da razão, da emoção ou, simultaneamente e como é mais comum, da razão e da emoção. A retórica, então, por ocupar-se dos estudos teóricos, é considerada como um **saber**. A oratória, por nortear a construção dos discursos escritos e pronunciados, é uma **faculdade**. A eloquência, por explorar a excelsa faculdade de dizer (*sapientia et ornate*), é uma **habilidade**. Em qualquer de suas classificações, a palavra no discurs-

¹ Oratória: adjetivo que se refere a orador e significa a palavra em ação, que sai da boca (*os, oris*). Termo latino que substituiu o helenismo *rethorica*.

² Eloquência: do latim *eloquentia* (*eloquens + tia*). *Eloquens* significa falar, exprimir. *Tia* forma nomes abstratos e indica propriedade de algo. A eloquência é atributo do orador que, por utilização dos meios artísticos, consegue convencer, comover, agradar e ensinar.

so retórico pretende sensibilizar o auditório e, como já afirmava Cícero em *O Orador*, no primeiro século antes de Cristo: “Tendo encontrado o que dizer, e em que ordem, o mais importante é de que modo transmitir” (CÍCERO, 2001, p. 51).

Bem antes de Cícero (106-43 a.C.), na Grécia Antiga, a palavra era o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade do Estado e um meio de domínio e de controle do outro (VERNANT, 2002, p. 53-54). Quando, em 146 a.C., a Grécia, depois do saque de Corinto na guerra Aqueia, comandada pelo general romano Lúcio Múmio, se transformou numa província romana, sob o nome de Acaia, exerceu, não sem suscitar resistência, fecunda influência literária e filosófica sobre os dominadores e fez de Roma “um centro de irradiação de sua arte oratória” (SENGER, 1955, p. 22). Em Roma, então, a palavra, pautada nos gregos, ganhou corpo numa oratória artística e funcional do discurso persuasivo. Dentre os expoentes da oratória romana encontra-se Quintiliano, aquele que dá voz e corpo à oratória, que ensina como o discurso pode ser construído com eficiência e garbo oratório. Tanto Cícero quanto Quintiliano (30-96 d.C.) são os responsáveis por acrescer à teorização da *ars bene dicendi* alguns aspectos pedagógicos fundamentais para valorizar o encantamento da oratória e o prazer que pode proporcionar ao auditório. Neste texto, iremos voltar nosso olhar para a produção de Quintiliano, justamente para posicionar como a influência do contexto sociopolítico se interpõe potentemente nas formas de conceber o ensino de crianças e jovens em momentos tensos e autoritários da Roma Antiga.

UM CONTEXTO E UM RETOR

Falar sempre inspirou cuidados. A influência do contexto político, em qualquer época, conduz a Pedagogia. Na Roma antiga, o caráter bélico e tirânico dos governantes, além de estimular o espírito competitivo de seus governados, tornava-os oradores cuidadosos, meticolosos na articulação dos discursos e escolha das palavras, dos argumentos e das figuras argumentativas. Como afirma Rezen-de (2009), as condições sociopolíticas do tempo de Quintiliano estão representadas com agudo senso crítico em sua obra maior, a *Instituição Oratória*, ainda que não discuta explicitamente questões sociais, políticas, filosóficas ou ideológicas. Essa ideia explica a observação de Senger (1955, p. 21) sobre as origens da eloquência latina vista como arte: “o povo romano é um povo de guerreiros, disciplinados e respeitosos da lei; prefere a ação pronta e resoluta à discussão estéril e aos vãos discursos”. Nesse contexto, os primeiros retores romanos ensinavam a seus alunos a eloquência grega e maneiras de bem exprimir-se com elegância, correção e inclinação artística.

Porque precisamos dizer-nos em diversos contextos, falar ou calar tornam-se fundamentos de uma arte fecunda de representação de si e dos outros no mundo. Clamamos por isegoria, o conceito, promulgado pela democracia grega, que se sustenta no princípio igualitário de manifestação a todos os cidadãos quando o que se discute diz respeito aos assuntos da cidade. Ao mesmo tempo, ao reivindicar a liberdade de dizer, valemo-nos de um conceito, também grego, que remete à isonomia (igualdade de todos perante a lei) e, como era característica da poesia oriunda da Grécia, ao de parrésia (direito de tomar a palavra com liberdade, franqueza e destemor).

Incitado pelo desejo de valer-se livremente das palavras, Gregório de Matos também nos faz refletir sobre o valor do silêncio, sobre o que não falar ou a arte de calar-se e suas implicações positivas ou negativas. Falar, por sua vez, requer consciência acurada de si e da natureza do auditório, e isso implica dois elementos fundamentais que se espalham pelas obras de Cícero: decoro e conveniência. Essa ideia se propagou nos conselhos de Albertano de Brescia (1195-1251), em *Ars Loquendi et Tacendi* (1873): *Quis, quid, cui, dicas, cur, quomodo, requiras*³, para conclamar a prudência ao orador e ressaltar a necessária atenção aos componentes essenciais do discurso oratório: *prépon* (o que convém), *kairós* (no momento oportuno). A consciência do orador, desse modo, torna-se fundamental para captar a benevolência dos ouvintes e os *loci* em que se encontra o que convém.

Entre a palavra e o silêncio clamado por Gregório de Matos, há, pois, toda uma história sobre o uso do verbo no mundo. No contexto da Roma do século primeiro do Império, Quintiliano (35-95 d.C), movido por sua profissão de advogado e propensão incontestável para a educação, dedicou boa parte de sua experiência para apresentar um modelo de formação e de eloquência muito refletido e, depois, secularmente bem aceito. Cícero (106-43 a.C), com quem se alinha na arte oratória, cultivava a simplicidade e a objetividade na arte de falar, postura aceita por Quintiliano, pois, “certamente influenciado por seu mestre, Domício Afer, grande orador e disposto a preservar a tradição ciceroniana em Roma, sempre menosprezou a nova tendência” (BASSETO, 2015a, p. 11), que tinha em Sêneca o maior representante. Quintiliano, então, buscou o orador ideal no conceito de *vir bônus dicendi*⁴ e, assim como Cícero, contribuiu sobremaneira para elevar e ampliar a respeitabilidade da arte retórica na civilização romana.

³ Quem, o quê, a quem digas, procure realmente saber o porquê, de que maneira, quando.

⁴ Homem de bem, perito na arte de falar. De acordo com Quintiliano, o perfeito orador deve aliar o saber e a honestidade em seu viver à perfeição oratória.

O florescimento intelectual e afetivo de um homem se vincula, de muitas formas, ao contexto social e político em que se situa. Nos dois últimos séculos a.C., Roma vivia um período de crise da República e, portanto, de grande instabilidade política. O modelo centrado na supremacia do Senado e instrumento de poder da elite patrícia⁵ sofria contestação de toda ordem. O contexto político romano, da mesma forma, moldou o contexto oratório e duas características são substancialmente importantes: a) a eloquência política dos senadores, homens cultos e refletidos (SENGER, 1955) que se reuniam para debates acalorados e sóbrios para chegar a uma decisão; b) a eloquência do fórum, ao pé do Capitólio, em que o povo se aglomerava para aceitar ou não as leis. Nesse espaço público, à frente de multidão tumultuosa, o orador exercia seu poder oratório, expunha seus argumentos em arengas que, como afirma Senger (1955, p. 22), caracterizavam-se pela “grosseria da linguagem e brutalidade das injúrias. Não convém falar de eloquência ou de arte oratória a propósito desses debates apaixonados, marcados pelo caráter de rudeza dos costumes da época”. A influência cultural grega, porém, emprestou rumos mais elaborados à retórica romana. Nesse sentido, a linguagem incisiva de Quintiliano (Instituição Oratória, XII, 9, 9) é bastante clara: não se deve persuadir por meio de uma eloquência canina. Cícero, nas *Tusculanae Disputationes* (1971), também exorta: Não convém de modo algum que o orador sinta ira: convém que a simule⁶.

Ressalte-se, por conseguinte, a necessidade de competência oratória e das sutilezas do que se considera eloquência eficaz: o orador deve gerir – com arte, técnica, vigor e brevidade – as palavras para, desse modo, imprimir sua personalidade e angariar confiança (*fides*) do auditório. Por si, a palavra não desperta um juízo de valor, mas, se atrelada à voz de quem a emite, torna-se potentemente confiável ou digna de desprezo. Na sociedade de Cícero e Quintiliano, como afirma Pernot (2016), a palavra publicamente pronunciada era “performativa” e, sobretudo, séria. Exigia, por isso, estudos acurados. Associava a imitação à criação e propagava meios de construir um orador muito competente e respeitável. Nesse contexto, surgiram os primeiros retores romanos, que lecionavam o que recolhiam da eloquência grega e, por meio de exercícios de declamatória sobre

⁵ Patrícios: do latim *patres* (pais), constituíam a aristocracia da Roma Antiga desde o período régio até a queda de Roma. Formavam uma espécie de nobreza hereditária, eram grandes proprietários de terras e gozavam de privilégios como a isenção de tributos e a exclusiva possibilidade de governarem a cidade, ao se tornarem senadores e magistrados.

⁶ *Oratorem vero irasci minime decet, simulare non dedecet.*

temas amplos e gerais, introduziam os jovens no caminho da oratória e da valorização da língua latina.

Pelo contexto político, também é possível entender a importância da palavra: de 753 a.C a 509 a.C., Roma viveu um período monárquico e teve sete reis que se incumbiram dos poderes executivo, judicial e religioso. O Senado (Conselho de anciãos) cuidava do poder legislativo e aprovava ou não as leis criadas pelos reis. A monarquia iniciou-se em 509 a.C e encerrou-se em 27 a.C. Nesse período o Senado ganhou poderes: cuidava das finanças públicas, da administração e da política externa. O poder executivo, por sua vez, era exercido pelos cônsules e tribunos da plebe. As principais personagens da oratória romana nasceram já no Império, período contido entre 27 a.C e 476 d.C.

Pouco antes de Quintiliano nascer, Roma era governada pelo Imperador Augusto (27 a.C. a 14 d.C.), o fundador da dinastia júlio-claudiana. Quando Marcus Fabius Quintilianus veio ao mundo, entre 30-35 d.C., em Calagurris, hoje Calahorra, na comunidade autônoma de La Rioja, na Espanha atual, Roma era governada por Tibério (14-37 d.C), segundo imperador de Roma, um ser excêntrico, dominado por preocupações ligadas a conspirações e golpes de Estado e causador de um clima de instabilidade generalizada no Império ao mandar matar grande parte de sua família e senadores destacados.

Roma não se sentiu mais segura com o sucessor de Tibério, Caio Júlio César Augusto Germânico, também conhecido como Caio César ou Calígula (37-41 d.C), o terceiro imperador romano pertencente à dinastia júlio-claudiana. Quintiliano tinha aproximadamente dois anos quando Calígula assumiu o governo. O Imperador, que fora criado no ambiente hostil do Império de Tibério, mostrou-se igualmente instável, tomou a perseguição como norma e mandou matar muitas famílias tradicionais romanas. Essa atitude ameaçadora provocou uma conspiração. No ano 41 d.C., aos vinte e nove anos de idade, depois de estar no poder por três anos e dez meses, Calígula foi assassinado pelos membros de sua Guarda Pretoriana e deixou para a História um legado de extravagância e crueldade.

Nesse tempo, Quintiliano ainda vivia na Espanha, já que fora educado até os doze anos em casa por seu pai. Retor e filho de retor, foi, para seguir a tradição familiar, enviado a Roma no início de sua juventude para, de acordo com alguns historiadores, ser aluno do gramático Rêmio Palêmon e dos retores Servílio Numânio e Domício Afer. O contexto político romano, conduzia a pedagogia dos mestres romanos: imbuir seus alunos do espírito de competição e, dessa forma, torná-los oradores cuidadosos com a gramática e a constituição do discurso persuasivo.

Todo o contexto romano, por certo, exigia atenção dos retores quanto à prudência e adequação do discurso. Calígula, o imperador conhecido por sua natureza extravagante e cruel, fora assassinado em 41 d.C. Seu sucessor, Tibério Cláudio César Augusto Germânico (41-54 d.C.), o quarto da dinastia júlio-claudiana, fora alçado ao posto de imperador por algumas conveniências julgadas positivas para os propósitos da Guarda Pretoriana: colocar no poder alguém que fosse facilmente controlável. Cláudio era ideal nesse sentido: um ser débil e inexperienced politicamente. Por possuir deficiências físicas (coxeadura e tartamudez), fora estigmatizado até pela mãe que, como muitos, o julgava tolo. O Imperador, porém, mostrou-se um brilhante estudante, historiador muito competente, excelente estrategista militar ao expandir o Império com a conquista da Britânia e, quando morreu por envenenamento, em 54 d.C., ganhara inteiramente o carinho e respeito de seu povo.

Com a morte de Cláudio, assumiu o governo, aos dezessete anos, Lucius Domitius Ahenobarbus, que adotou o nome de Nero Claudius Caesar Augustus Germanicus (54-68 d.C.). Nero é uma das figuras históricas mais polêmicas de todos os tempos e alguns fatos colaboraram para a fama de imperador violento e desequilibrado: no ano de 55 d.C., matou o filho do ex-imperador Cláudio. Em 59 d.C., ordenou o assassinato de sua mãe Agripina. Depois de alguns erros estratégicos graves e de ter arruinado as finanças do Estado em aventuras como a construção do seu palácio dourado, Nero foi declarado um inimigo do Estado e fora da lei. Suicidou-se, em Roma, no dia 6 de junho de 68 d.C. Desaparecia, assim, a dinastia júlio-claudiana e Roma, finalmente, encontraria alguma estabilidade política com os governos de Oto, Galba e Vitório (68-69 d.C.), Vespasiano (69-79 d.C.), Tito (79-81 d.C.) e Domiciano (81-96 d.C.).

Em 61 d.C., quando Nero governava, Quintiliano retornou à terra natal e iniciou sua carreira pública, na Hispânia, como advogado e professor de retórica. Dedicou-se ao ensino por vinte anos e especializou-se no aperfeiçoamento dos oradores nos tribunais. Foi reconduzido a Roma por Galba (68-69 d.C.), governador da província Terraconense, e, levado ao cargo de pretor no Tribunal Superior Terraconense (SIHLER, 1920), vivenciou o cenário de conflitos e as ações de Vespasiano (60-79 d.C.) para apaziguar as turbulentas e alvoroçadas relações políticas causadas pelos governos anteriores, popularmente rechaçados por suas atitudes autoritárias e conduta desonrosa. Basseto (2015a) recolhe as informações de São Jerônimo para traçar a rota percorrida por Quintiliano:

Foi o primeiro a abrir uma escola pública de retórica em Roma, no oitavo ano do imperador Domiciano; essa instituição foi oficialmente reconhecida, pelo que seu

retor passou a receber um salário do Estado de 100 mil setércios por ano, quantia estabelecida anteriormente pelo imperador Vespasiano para os retores romanos e gregos (BASSETTO, 2015a, p. 8).

Enquanto gestava sua obra maior, praticava sua profissão com muita competência e instruía discípulos como Plínio, o Moço, o historiador Tácito, os sobrinhos de Domiciano e os filhos da Imperatriz Domitila (BASSETTO, 2015a). Quintiliano conquistou, assim, prestígio público e, segundo nos informa Bassetto (2015a, p. 8), foi considerado por Marcial, um autor satírico (40-104 d.C.), o “guia da mocidade desorientada” e a “glória da nacionalidade romana”. Senger (1955, p. 32) também recolhe em Marcial outra antonomásia atribuída a Quintiliano: “a glória da toga romana”. Uma de suas obras, que não chegou até nós, já anunciava essa preocupação fundamental com os caminhos da oratória e da educação: *Causas da Eloquência Corrompida (De causis corruptae eloquentie)*.

Roma já completara o primeiro século da consolidação do Império e Cícero já morrera há quase 150 anos, mas deixara marcas profundas no pensamento romano. Atento às demandas de seu tempo, Quintiliano gestava um corajoso projeto de reviver a eloquência já desacreditada e de restaurar as Letras. Em sua época, o cidadão não podia mais atuar efetivamente nas decisões políticas como ocorria em tempos mais antigos, não havia mais debates acirrados nas assembleias, e os embates entre oradores eram uma forma de espetáculos de autoelogio e de prática do discurso laudatório. Como afirma Rezende (2009, p. 17-18):

A retórica enquanto invenção grega se desenvolveu, dentre outros, com o propósito de oferecer um ensino intelectual, que se identificasse com cultura geral. Sabemos, ainda, que a retórica se prestava a uma finalidade prática, já que podia voltar-se para o mundo objetivo, na medida em que, através dela, se podia fazer a defesa de uma causa. Essa retórica, no entanto, transplantada para o território romano, agora investida de toga, transcendeu os limites do saber para se tornar uma oratória essencialmente do poder, não apenas de poder político em sentido estrito, mas de todas as relações sociais em que possa ocorrer alguma forma de poder consubstanciado em um discurso linguístico. É preciso notar, sobretudo, que a retórica pode prestar-se como recurso primordial, especialmente quando a demonstração objetiva não é mais possível e, por isso mesmo, se demandam juízos de valor.

Quintiliano não era favorável à prática dessa oratória essencialmente “do poder”, embora lhe causasse preocupação a relação de proximidade que mantinha com a família imperial, devido às atribuições ligadas à formação dos jovens futuros governantes. Ainda assim, o mestre de retórica reavivou o pensamento ciceroniano por meio de argumentos muito consistentes (Livro X da *Instituição Oratória*): a obra de Cícero demonstrava profundo conhecimento teórico e

habilidade técnica e sensibilidade poética muito propícias para constituir o modelo a ser seguido nas escolas romanas. Conforme esclarece Brink (1989), foi graças a esses argumentos, ligados à moralidade intelectual e pública da retórica e à nobreza classicizante do estilo ciceroniano, que o modelo de Quintiliano conseguiu, enfim, a aprovação do Imperador.

Enquanto os governos se sucediam e a oratória encontrava-se em declínio, Quintiliano sofria duros reveses na vida privada. De acordo com Bassetto (2015a, p. 8):

Ao que tudo indica, casou-se bastante tarde e provavelmente em 89 perdeu a esposa de apenas dezenove anos; no ano seguinte, morreu-lhe o filho mais novo, aos cinco anos; enquanto redigia a *Institutio*, faleceu o mais velho, aos dez. Foram fatalidades muito sentidas, tanto mais que seus escritos o mostram uma pessoa afetuosa, sensível e de um extraordinário bom senso. Sua figura humana é delineada por Juvenal como um homem sério, de postura grave.

Entre as atribuições políticas e dramas pessoais, esse homem “talentoso e belo e enérgico; abençoado pelos deuses e sábio e nobre e generoso” (JUVENAL, apud BASSETTO, 2015a, p. 8) ensinava a juventude romana e, acumulado de honrarias como *ornamenta*: títulos honoríficos; *consularia*: poderes próprios de cônsul e *laticlavia*: toga especial com bordas de cor púrpura, característica da nobreza romana (BASSETTO, 2015a), a pedido dos amigos, resolveu, por fim, quando se aproximava dos sessenta anos de idade, escrever aquela que é, na opinião de muitos estudiosos, uma verdadeira enciclopédia sobre retórica e educação: a *Instituição Oratória*, publicada provavelmente em 96 d.C. e dividida em doze livros.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E UMA OBRA IMORTAL

Já no prefácio do Livro I, capítulo 9 de sua *Instituição Oratória*, Quintiliano resume suas intenções de forma muito clara e didática: “Mas estabelecemos que somente o homem bom pode ser o orador perfeito: por isso, exigimos nele não só exímia habilidade de falar, mas todas as virtudes do espírito” (QUINTILIANO, 2015a, p. 23). Nesse sentido, acentuou, em toda a obra, a exaltação da dignidade humana, das qualidades morais irreprensíveis (*bônus*), e a ampliação da capacidade técnica (*peritus*) do orador e da teoria oratória por meio da *gravitas*⁷ romana. Os aspectos éticos e o bem-estar moral foram privilegiados em indicações técnicas, sobretudo na formação do orador, paralelamente às indicações práticas

⁷ *Gravitas* (peso. Em português, gravidade.): liga-se à personalidade ética, seriedade, honra, apego ao dever. Aproxima-se do *areté* dos gregos.

para a constituição de uma formação moral irrepreensível. Os resultados de sua doutrina, quer retóricos quer pedagógicos, ecoam ainda na contemporaneidade, principalmente porque se baseiam na reflexão sobre condições perenes da natureza humana e sobre questões pedagógicas práticas. Quintiliano realçava a ideia de que o orador não se forma apenas por seu talento, mas, sim, pela imitação de estratégias utilizadas por outros oradores, pela assimilação e reelaboração de outros discursos. Valorizou, assim, com seu perspicaz senso crítico e experiência pedagógica, a *imitatio*, não sem ressaltar, já nas primeiras páginas do livro X, que verdadeiramente nada cresce por força apenas da imitação (cf. QUINTILIANO, 2016b, p. 13-17).

Para Quintiliano, a arte retórica é o ideal máximo a ser alcançado, e já no prefácio do Livro I, ele afirma ser necessário reconhecer que nada é indiferente à retórica. Por isso, deseja “descer às coisas menores” e iniciar a orientação desde a infância para assegurar o espaço para as coisas maiores (QUINTILIANO, 2015a, p. 21). Minucioso e atento a todas as etapas de formação do orador, afirma, no primeiro livro, no parágrafo 5, que “não se pode modelar o orador, a não ser seguindo os degraus iniciais” (QUINTILIANO, 2015a, p. 21). Desse modo, faz uma breve reflexão sobre a aquisição da linguagem pelas crianças e recomenda que as mães não tenham um falar vicioso, para que não se acostume a criança a praticar uma “linguagem que não deve ser sabida, mesmo enquanto for criança” (QUINTILIANO, 2015a, p. 35). Além disso, aconselha que o ensino do grego preceda o do latim e que, ao completar doze anos, a criança seja encaminhada aos gramáticos para que aprenda o uso da língua de maneira eficiente, correta, adequada ao assunto, concisa, elegante e persuasiva. De qualquer modo, é importante sublinhar que a concepção de Quintiliano é acompanhada por uma exigência muito enfática, que se encontra no parágrafo 9 do livro I: “estabelecemos que somente o homem bom pode ser o orador perfeito; por isso, exigimos nele não só exímia habilidade de falar, mas todas as virtudes do espírito” (QUINTILIANO, 2015a, p. 23). Senger (1955) resume bem o conteúdo dos dois primeiros livros:

As ideias gerais que constituem os dois primeiros livros são excelentes preceitos de educação para os pais e mestres. Quintiliano conduz seu discípulo através de todos os gêneros de instrução que devem tomar os primeiros anos que precedem o estudo da eloquência. Encontram-se a cada passo observações simples, mas luminosas, que a experiência confirmou por meio de exercícios tocantes. É difícil pensar com mais justeza, instruir com mais exatidão, ter razão com mais espírito. Longe dele a teimosia cega e supersticiosa que pretende sujeitar tudo às mesmas regras; sabe sublinhar as restrições convenientes; nele a razão jamais se torna pedante nem a severidade tirânica (SENGER, 1955, p. 32).

A visão de educação de Quintiliano liga-se ao concreto, ao prático, à realidade enfim. No parágrafo 8 do capítulo II do livro II, por exemplo, faz recomendações aos mestres com as seguintes palavras: “O próprio mestre enuncie diariamente, uma ou até mais vezes, algo que os ouvintes relacionem com a própria vida. Embora as lições forneçam exemplos suficientes para serem imitados” (QUINTILIANO, 2015a, p. 237). Com seu estilo muito didático, discorre, então, sobre aspectos fundamentais que devem ser praticados pelo mestre de retórica e a metodologia a ser empregada para a construção do bom orador (*vir bonus*). Sempre com o intuito de aproximar o ensino da realidade, censura veementemente os excessos das habituais práticas de declamação por considerar que eram, em geral, exercícios sobre temas de pouca ou nenhuma relação com a vida real. Nos últimos capítulos do livro se ocupa de definir a disciplina e limitar seu objeto de estudo. Consegue, assim, estabelecer os fundamentos da educação da infância e da juventude por meio de valores pedagógicos de caráter universal.

Embora Quintiliano exorte que apenas pretende aconselhar, o livro II discute o papel do mestre de retórica e declina etapas para a boa condução do ensino da oratória. Tece críticas à prática dos exercícios declamatórios, ineficientes para a formação do bom orador por não passarem de treinos de casos fictícios, desvinculados da vida política. Sua intenção, pois, centrava-se num ensino que formasse tanto para as atividades públicas forenses quanto para causas particulares. A partir do capítulo XI do livro II, posiciona-se sobre a necessidade da instrução retórica e os méritos e deméritos de oradores sem e com formação acadêmica. Reflete sobre a dimensão da retórica científica e fornece conceitos, argumenta sobre a retórica vista como arte e como virtude e estabelece relação entre retórica e artes afins. No capítulo XII, parágrafo 10, depois de criticar oradores que bradam em todos os lugares, “batem palmas, metem o pé na terra, batem nas coxas, no peito e na cabeça” para causar encantamento, deixa uma concepção ampla do bom orador: “o orador culto, ao contrário, prefere ser e parecer modesto e sabe usar um tom simples, diversificar o estilo e ordenar as ideias, como também, ao expor, adequar a expressividade a cada gesto” (QUINTILIANO, 2015a, p. 311).

No primeiro parágrafo livro III, o autor resume seus passos e intenções no livro II:

Com as investigações do segundo livro, mostramos o que é a retórica, qual é seu objetivo e também que se trata de uma arte que tem utilidade e requer uma virtude; submetemos-lhe todos os assuntos como matéria, sobre os quais for preciso se pronunciar (QUINTILIANO, 2015a, p. 405).

No mesmo parágrafo, anuncia os demais livros:

A partir daqui, exporei suas origens, seus elementos constituintes e de que modo devem eles ser investigados e desenvolvidos: a maioria dos autores de tratados sobre as artes não se aprofundou nesse aspecto, a ponto de Apolodoro se declarar satisfeito apenas com os assuntos judiciais (QUINTILIANO, 2015a, p. 405).

Do livro III ao VII, expõe, então, com muito acuro, cada uma das partes do discurso. Trata da invenção e da disposição nos gêneros demonstrativo, deliberativo e judiciário para demonstrar características do exórdio, exposição, digressão, narração, divisão, proposição, confirmação, provas, argumentação e o silogismo retórico. Bassetto (2015b) assim os resume:

Nos três livros em questão (IV, V e VI), expõe com minúcias as partes do discurso dentro da ordem lógica para conseguir a vitória no julgamento, Não omite assuntos correlatos, como ao dissertar sobre o inicial estabelecimento dos fatos, trata das digressões, úteis ou dispensáveis; tendo apresentado a preparação para a comprovação, aponta a respectiva divisão (Livro IV). A comprovação é longamente desenvolvida no livro V; distingue as provas “artificiais” e “não artificiais” [...], as de opinião pública, o valor das obtidas mediante tortura, a aceitação ou a rejeição de juramento, provas documentadas de testemunhas, circunstanciais e outras (BASSETTO, 2015b, p. 9).

O livro V é dedicado à argumentação e o VI demonstra a importância dos aspectos patéticos nos julgamentos (*pathos*, disposição dos juízes, a importância do sorriso e o apelo à emoção). O empenho para expor a teoria do modo mais completo possível é visível nos livros VII, VIII e IX. O livro VII explora a divisão, a partição, a ordem e a disposição. O livro VIII exalta as características do estilo do orador e chama atenção para a simplicidade, sobriedade e concisão. Exorta para os cuidados no emprego dos tropos e aponta para os valores e vícios no uso das figuras. A reflexão sobre as figuras se espraia para o livro IX, quando Quintiliano trata minuciosamente das figuras de pensamento e do elemento rítmico na estrutura da peça oratória.

No mais estudado de todos os livros da *Instituição Oratória*, o X, ressalta-se o aspecto prático: estuda-se as fontes do orador para informar e influenciar o juiz: amplo conhecimento lexical, correção da linguagem e muita leitura de obras que serviram, ao longo do tempo, para o estudo da literatura clássica. O livro XI explora a emissão do discurso de modo adequado às pessoas, ao assunto e aos objetivos pretendidos (a quarta propriedade da elocução demonstrada por Cícero). Para ampliar o “tesouro da eloquência”, disserta sobre a importância da memória e indica técnicas de memorização. Ademais, reflete sobre aspectos importantes da *actio* ao discorrer sobre a boa emissão de voz, postura do corpo e vestimenta condizente com o evento.

O último livro traça um retrospecto de toda a obra ao enfatizar o aspecto prático da formação do orador perfeito. Nesse livro, o autor reforça a necessidade absoluta da integridade moral, abordada ao longo de toda a obra, e indica meios para atingi-la. Aponta, ainda, vários tipos de oratória e as compara com a escultura e a pintura. Por fim, aconselha os oradores a se conscientizarem do instante propício para se retirar das lides forenses, a fim de aproveitar o tempo disponível para ampliar os conhecimentos.

Retidão de caráter e conhecimento aprofundado da arte de dizer estão sobejamente explorados na *Instituição Oratória*. Qualquer orador, em qualquer tempo, deveria ler Quintiliano. Sua obra, exatamente como ele a construiu, deveria ser lida por todos os interessados na palavra: com tempo, calma, meticulosidade e espírito altruísta.

REFERÊNCIAS

BASSETTO, Bruno Fregni. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo I. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015a.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo II. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015b.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo III. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016a.

_____. Apresentação. In: QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo IV. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016b.

BRESCIA, Albertano de. *Ars loquendi et tacendi*. In: BRIXIENSIS, Albertani. *Liber consolationis et consilii*. Editado por Thor Sundby. Londres: [s.n.], 1873. Disponível em: <<https://archive.org/details/albertanibrixien00albe>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRINK, Charles Oscar. Quintilian's de causis corruptae eloquentiar and Tacitus Dialogus de Oratoribus. *The Classical Quarterly The Classical Associations*, 1989, v. 39, n. 2, p. 472-503, 1989.

CICERO, Marcus Tullius. *El Orador*. Traducción, introducción y notas de E. Sanchez Salor. Madrid, España: Alianza Editorial, 2001.

_____. *Tusculanae Disputationes*. With a English translation by E.J. King. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1971.

_____. *On the Orator Books I-II*. (With an English translation by E. W. Sutton – Completed, with an introduction, by H. Rackham). London/England, Harvard University Press, 1948.

MEIRELES, Cecília. *Obra Poética*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1967.

PERNOT, Laurent. *La retórica en Grecia y Roma*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição Oratória*. Tomo I. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015a.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo II. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015b.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo III. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016a.

_____. *Instituição Oratória*. Tomo IV. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016b.

REZENDE, Antônio Martinez de. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. 2009. 280 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2009.

SENGER, Jules. *A arte oratória*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1955.

SIHLER, Ernest Gottlieb. Quintilian of Calagurris. *The American Journal of Philology*, v. 41, n. 3, p. 205-222, 1920.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

4

CAPÍTULO

A ORATÓRIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Éber José dos Santos

Mariano Magri

Tiago Ramos e Mattos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho toma o século XIX como período de referência para abordar a oratória no Brasil e opta por dois enfoques, que entendemos serem contextualizadores para o leitor sobre o aprendizado e o uso social dessa disciplina na época oitocentista. O primeiro se refere à Educação, sob o ponto de vista histórico. Assim, é importante, ainda que breve, o retorno aos séculos anteriores para a introdução dos métodos pedagógicos aplicados pelos Jesuítas, os quais contribuíram de forma significativa para a presença da oratória na escola formal

do século XIX. O segundo diz respeito à presença da oratória nos eventos sociais, como nas igrejas e na vida política, pois, como a escola formal era um bem de poucos abastados, os sermões dos padres e os discursos políticos eram os principais atos que permitiam o contato da população com essa arte.

O SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

Como demonstra Saviani (2006), os séculos organizados por um pesquisador para representar momentos significativos nem sempre coincidem com a contagem cronológica estabelecida em um calendário, portanto, o objetivo é situar a pesquisa em períodos significativos sob a ótica do assunto estudado, não no tempo cronológico. No caso deste artigo, partimos do trabalho realizado pelo grupo HISTEDBR¹, que divide a história da educação brasileira da seguinte forma: o período colonial recebeu recorte de 1500 a 1759, representado pelos Jesuítas, e de 1759 a 1822, por Marquês de Pombal; o período monárquico, representado pelas instruções da própria Coroa, foi considerado entre 1822 e 1889; e o período republicano, pelos diversos presidentes desde a Proclamação da República. Interessa a este trabalho os períodos colonial e monárquico.

Embora o recorte adotado inicie em 1500, foi em 1549 que os Jesuítas chegaram ao Brasil. Nas primeiras décadas, não há que se falar em Educação como um sistema, pois é consenso afirmar que “nos trinta primeiros anos da colonização do Brasil, Portugal dedicou-se exclusivamente à exploração das riquezas sem efetivo projeto de povoamento” (FONSECA, 2017, p. XX).

De acordo com Menezes (1999), a vinda dos Jesuítas ao Brasil se dava por dois movimentos distintos, mas de interesse único da Coroa portuguesa: o primeiro foi motivado pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548,² que “continha as diretrizes básicas e as instruções minuciosas da nova política de colonização” (MENEZES, 1999, p. 12), e o segundo, pelos movimentos da Contrarreforma, que exigiam da Igreja Católica uma ação para barrar as ideias protestantes, principalmente em lugares em que elas não haviam chegado. Nas palavras de Menezes:

¹ Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História, Sociedade e Educação no Brasil, sediado na Faculdade de Educação da Unicamp. Maiores informações podem ser encontradas no site <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/index.html>>. Consultado em abr. 2017.

² Disponível em: <http://leamad.fflch.usp.br/sites/leamad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Souza_0.pdf>. Consultado em abr. 2017.

A Nova política colonizadora consistia em defender o litoral contra as invasões estrangeiras, policiar a colônia internamente, administrando as relações entre colonos e tribos pacificadas e autorizando a guerra com as rebeldes, fundar núcleos seguros de colonizadores e investir na conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (MENEZES, 1999, p. 12-13).

O objetivo dos Jesuítas, portanto, estava atrelado à necessidade de proteger as ideias católicas do movimento dos protestantes e, ao mesmo tempo, levar instrução ao povo local para interesse da Coroa. Vale ressaltar que Jesuíta era o nome dado aos membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa que criou métodos de ensinamento para combater as ideias protestantes. O mentor dessa ordem era Inácio de Loyola, que, segundo Fonseca (acesso em 7 maio 2017), recomendava aos Jesuítas a adaptação aos costumes e à diversidade local para obter sucesso no processo de catequização.

Como demonstram Henrique, Maia e Freitas (2016), Inácio de Loyola solicitou que um método de ensino fosse criado na tentativa de padronizar o ensino por onde a Companhia de Jesus se instalasse. Entretanto, em face da grande expansão dos Jesuítas pelo mundo, versões isoladas de projetos pedagógicos foram produzidas, sem muitos pontos de contato e de caráter provisório. Coube a Cláudio Aquaviva, quinto superior geral da ordem, a função de formatar um método definitivo e único. Cinquenta anos depois, entre debates e reformulações, publicou-se o método pedagógico denominado *Ratio Studiorum* (plano de estudos), um conjunto de regras que abarcava toda a estrutura escolar criada pela Companhia de Jesus. A esse respeito, Henrique, Maia e Freitas (2016), baseados em Neto, Maciel e Lapolli (2012), explicam que:

[...] a administração de seus membros, [sic] era dividida em cinco categorias: a figura do Provincial, representante do posto de máxima autoridade, responsável pela a [sic] província; o Reitor, representante dos colégios da ordem Jesuíta; o Prefeito de Estudos, responsável pelas orientações pedagógicas e estava diretamente subordinado ao Reitor; e, por último os professores (HENRIQUE; MAIA; FREITAS, 2016, p. 6).

Ao consultar esse plano de estudos, elaborado em suporte digital por Silva (acesso em 23 abr. 2017), constata-se que havia regras para todos os envolvidos no sistema escolar. Do provincial ao reitor, do prefeito de estudos ao professor, todos tinham a filosofia de suas tarefas catalogada e um plano de ação a seguir. Todavia, iremos nos ater ao que interessa a este artigo: as regras do professor de retórica. É pertinente, portanto, trazer, na íntegra, qual era a concepção dada ao estudo da retórica:

O nível científico desta aula não pode ser definido com facilidade dentro de limites fixos; pois compreende a formação perfeita para a eloquência [sic] que abraça as

duas mais altas faculdades, a oratória e a poética (e entre as duas se deve dar sempre preferência à primeira); e atende não só ao que é útil senão também à beleza da expressão. De modo geral, contudo, pode dizer-se que abrange três pontos principais: regras de oratória, estilo e erudição. Quanto às regras, ainda que se possam procurar e observar em todas as fontes, não se deve, contudo explicar, na preleção quotidiana, senão nos livros retóricos de Cícero, na Retórica de Aristóteles, e, se parecer conveniente, também na sua Poética. No que concerne ao estilo, ainda que se devam percorrer os melhores historiadores e poetas, deverá ser formado quase exclusivamente em Cícero; para esse fim se adaptam perfeitamente todos os seus livros, mas as orações deverão ser só explicadas afim de que nelas se vejam a aplicação dos preceitos da oratória. A erudição deverá ser recolhida da história e dos costumes dos povos, dos autores mais abalizados e de toda espécie de conhecimentos, mas com parcimônia proporcionada à capacidade dos alunos (SILVA, acesso em 23 abr. 2017).

Como pôde ser observado, o ensino da oratória inicia-se no Brasil por meio dos Jesuítas, com planos de estudos formalizados pela Companhia de Jesus. É importante salientar que o sucesso do *Ratio* se deu pelo uso da pedagogia, de acordo com as especificidades locais, ou seja, o professor tinha opções de escolha, pois a própria Igreja estava em fase de adaptação à nova realidade de mundo, com o advento da Contrarreforma (HENRIQUE; MAIA; FREITAS, 2016). Esse processo durou até 1759, quando os Jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal.

A história da educação brasileira se mistura com a própria história dos interesses dos colonizadores. Segundo Seco e Amaral (acesso em 23 abr. 2017), Marquês de Pombal é nomeado ministro de D. José I para recuperar a economia portuguesa com vistas a colocá-la em pé de igualdade com a Inglaterra, uma vez que era um país industrializado. Para atingir esse objetivo, Pombal aplica uma série de reformas de ordem econômica, que se estenderam às colônias. No plano educacional, a reforma, “como outra qualquer de Pombal, era lógica, prática e centrada nas relações econômicas anglo-portuguesas” (SECO; AMARAL, acesso em 23 abr. 2017). Dado que os Jesuítas implantaram uma educação comprometida com valores da Igreja e não do Estado, Pombal os expulsou do Brasil.

Através do Alvará Régio de 28 de julho de 1759, o Marquês de Pombal, suprimia as escolas jesuítas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas das colônias e, ao mesmo tempo, criava aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas (SECO; AMARAL, acesso em 23 abr. 2017).

O Estado, portanto, toma a educação para si e desmantela o sistema criado pelos Jesuítas. Contudo, o ensino era precário, tanto pela inexperiência dos professores quanto pela falta de recursos financeiros. Barbosa (1988, p. 61) afirma que o Estado não teve competência para “colocar algo no lugar do vazio criado” com a expulsão dos Jesuítas.

Do período comandado por Pombal ao longo de todo o século XIX, com a Coroa já instalada no Rio de Janeiro, o Brasil teve várias tentativas de reformas para obter um ensino público com o mínimo de qualidade. Para Nunes (acesso em 9 maio 2017, p. 12), os principais períodos no século XIX destinados a ações na educação foram: de 1822 a 1831, com a criação das escolas de primeiras letras; de 1831 a 1840, com a descentralização das decisões sobre o ensino; de 1840 a 1889, com a organização das escolas primárias e normal da província e criação de regulamentos, dentre os quais a padronização do conteúdo e a boa formação de professores para ministrá-los. Contudo, a universalização dos estudos não aconteceu na era imperial no Brasil.

Embora o ensino com valores religiosos, mas funcional, tenha sido substituído por um ensino laico, com valores de interesse da Coroa, o ensino da retórica continuou oficial; antes, incentivado pela Companhia de Jesus; agora, pelo próprio Estado.

OS MANUAIS DE RETÓRICA

O sistema educacional implementado desde meados do século XVI influenciou diretamente os manuais de retórica e poética do século XIX. Essa espécie de “cartilha”, tida como um livro didático por meio do qual se ensinava literatura, obedecia ao olhar apreciativo e à construção composicional do colonizador.

As lições, postilas ou sinopses – termos pelos quais eram reconhecidos os materiais didáticos –, assumem alguma popularidade dentre os manuais da época. Entre os mais conhecidos estão: as *Postilas de retórica e poética*, de Cônego Fernandez Pinheiro (1872); *Lições de eloquência nacional*, de Lopes Gama (1846); *Sinopses de Eloquência e Poética Nacional*, de Manuel do Sacramento Lopes Honorato (1861).

A definição dicionarizada de manual como substantivo masculino diz ser este um compêndio, um livro pequeno, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício: manual do agricultor, do carpinteiro etc. Os manuais de retórica eram compêndios de tamanho mediano, que avultavam um plano de estudo sobre o tema sob a casta de algumas ramificações conceituais: distinção entre eloquência e retórica; as qualidades de um bom orador; o homem digno, por ser, enquanto homem, um ser falante; além de problemas gerais, que compunham a parte introdutória e distinções entre gênio e arte. Complementavam as divisões canônicas da eloquência, amparada por toda sua tecnicidade: deliberativa, demonstrativa e judiciária, evidentemente herdadas da filosofia grega, mais precisamente da *Retórica*, de Aristóteles.

Ainda no plano das conceituações, os manuais tinham como objetivo definir e nomear as estruturas absolutamente relevantes para os estudos retóricos, as quais compunham, além dos elementos classificatórios invenção, disposição e elocução, a “natureza e arte, elocução gramatical, elocução oratória, estilo simples/temperado/florido, sublime etc.” (BRANDÃO, 1998, p. 46). Essa dualidade entre o sistema retórico (invenção, disposição, elocução, ação e memória) e a questão do estilo, sublime, florido etc. se dá pela composição dos manuais que, como os próprios nomes dos compêndios registram, privilegiavam a retórica e a poética. É necessário frisar que o estudo da literatura – da poética – também se dava segundo os moldes clássicos. Estudavam-se os conceitos de poesia, as técnicas de versificação, “as definições de vários gêneros, a definição de gosto, de razão, do belo, do sublime e alguns ensinamentos de crítica literária” (MELO, 2015, p. 127).

Os manuais perfilavam também gêneros de eloquência característicos da época: eloquência de púlpito, de foro, de política, militar, enaltecimentos fúnebres etc. Logo, estudava-se o momento de construção de determinado discurso e investigava-se a invenção, a disposição e a elocução (os manuais, em sua maioria, deixaram de lado a ação e a memória), e suas composições, como na disposição: o exórdio, a narração, a confirmação e refutação e a peroração; a elocução vai compor a parte mais significativa dos manuais com os ornamentos, as figuras retóricas de linguagem (tropos) e os estilos ático, ródio e asiático, que caracterizavam esses gêneros de eloquência.

O desenvolvimento estético e didático da eloquência, a apropriação substancial da retórica, assim como as rimas e as maneiras de versificação, temas estes fundamentais à proposta dos manuais, eram herdados de pensadores do passado, que eram absolutamente reconhecidos e continuavam a ser modelos seguidos no século XIX. Constata-se, daí, que o sustentáculo da retórica no século XIX tem seu aconchego na harmonização entre a literatura e a ciência e na estabilidade entre passado e presente. Salienta-se deveras a resistência a inovações e a predisposição em manter sempre nos manuais uma parcial inalterabilidade conceitual.

Brandão (1988) afirma que alguns manuais traziam referências ao belo e ao sublime, ou seja, à estética, a fim de delinear, ou melhor, caracterizar, o belo, o feio, o horrível e o sublime para definir estilo. Tratava-se de uma tentativa de categorizar o estilo de um discurso a partir dos contrastes bem definidos, entre a luz e as trevas, por exemplo, aos moldes do Barroco.

Todavia, Brandão (1988), no livro *O Ateneu: retórica e paixão*, resume muito acertadamente, em detalhes, uma estrutura bem marcada de determinadas peculiaridades dos manuais:

A simples leitura dos nossos manuais de retórica do século passado basta para que percebam alguns traços marcantes que, com pequenas diferenças, caracterizam todo o conjunto. Apresentam eles uma estrutura vasada nos processos de definição e repetição, instrumentos pedagógicos considerados ideais, pois satisfaziam a dois pressupostos básicos do ensino da época: a positividade dos princípios, o que lhes “conferia” existência e autoridade; e a saturação da informação, o que lhe “garantia” permanência e comunicação. Dogmatismo e, às vezes, ingenuidade, bem como uma sensação de mesmice é o que fica aos olhos de hoje daquilo que para o século passado representava “a verdade da doutrina” e “o papel pedagógico” da repetição (BRANDÃO, 1988, p. 45).

Nos manuais ecoam, certamente, as vozes dos antigos: Aristóteles, Horácio, Cícero e Quintiliano, o que permitiu, de alguma forma, justificar o seu engessamento, no sentido de que as ponderações desses filósofos tomavam forma, nos manuais do século XIX, de verdade absoluta, inquestionável, e mais, de verdades eternas e não apenas simples observações sobre o efetivo de uma época. Tratava-se de usar e reusar repetidas vezes o discurso autorizado pela filosofia grega.

Mesmos os autores intermediários dos manuais, que faziam valer a reescrita, a intertextualidade, a paráfrase e a heterogeneidade constitutiva desse gênero discursivo didático, atuavam muito pouco como autores; contudo, quando o faziam, mantinham certo enrijecimento às tradições, ou seja, aos antigos, mesmo estando dentre seus papéis a diluição da tradição, o que, de acordo com Brandão (1988, p. 45), tratava-se de nada mais nada menos que o bom e velho “artifício retórico”, em que conviviam plenamente, em uma disputa dialética, a obediência à tradição e a tendência à sua renúncia.

Padre Antônio Vieira, no século XVII, já havia percebido uma inconsistência. Conforme Serafim Leite, Vieira reivindicou que “o catecismo na Língua Brasileira fosse ensinado de maneira mais simples e em menor número de lições, levando-se em conta a cultura rudimentar dos brasileiros” (LEITE, tomo VII, p. 142 apud BRANDÃO, 1988, p. 47).

Ora, os autores/educadores dos manuais do século XIX perceberam as dificuldades de seus educandos e, nesse sentido, as incoerências de um manual massificante do ponto de vista do conteúdo. Emergiu daí, mesmo que de maneira ainda relativa, a reescrita, a autoria e a coautoria desse material didático.

Honorato, em *Synopses de Eloquência e Poética*, confessa que nada criou em diálogo com o clássico, mas reconhece, em seu manual, a importância da síntese, do texto objetivo e claro:

Confessamos ingenuamente, que não inventamos uma só ideia. E não podíamos fazê-lo quando vemos que já que em seu tempo o autor do livro da sabedoria dizia:

“nihil sub sole novum” (nada de novo sob o sol). Mas, logo em seguida, declara: “... procuramos quando estive em nossas forças, facilitar o estudo dos principiantes, que muitas vezes são obrigados a estudar longas e complicadas regras, e até páginas inteiras de autores prolixos e obscuros sem tirar utilidade alguma” (HONORATO, p. XIV apud BRANDÃO, 1988, p. 45).

Os autores portugueses vão além e reconhecem a relevância da paráfrase, por exemplo.

Figueiredo era um autor português tido como uma fonte intermediária, que levava em consideração, sobretudo, a questão da adequação ao despertar o intelecto dos alunos. Era favorável ao respeito pelo momento de aprendizagem de cada estudante e a uma argumentação que levasse em conta a clareza e o respeito pelo espírito do educando.

Vejamos Figueiredo, em seu trabalho *Instituições Elementares de Rhetorica*:

Cuidei pois em vos aplainar mais o caminho nessa parte do curso das boas-lettras. Sabido é que na inteligência dos alumnos, embora dóceis e engenhosos, não póde, a princípio, caber larga cópia de idéias. Seu espírito é, ainda, pequeno vaso que com pouco licor se enche, o que ‘lhe deita demais, transborda, perde-se’ (FIGUEIREDO, p. XIV apud BRANDÃO, 1988, p. 45).

Os autores perceberam a dificuldade dos seus alunos ao trabalharem com os manuais e tentaram de alguma forma diluir esse conteúdo para melhor compreensão. Por isso, Brandão (1988, p. 46) afirma que “a retórica surge com o ensino e nele tem sua última morada”.

Todavia, a influência de Aristóteles, Cícero e Quintiliano vai perpassar todo o século XIX. É importante reiterar que essa influência, embora pareça direta, teve uma mediação, não só dos autores portugueses como também dos teóricos franceses (Gibert, Crevier, Lamy, Le Clerc, Borges de Figueiredo, Freire de Carvalho etc.), que citaram, intertextualmente, a tradição instituída pela Retórica Antiga.

Cabe-nos a acertada inferência de Brandão (1998, p. 214) sobre o assunto:

Deve-se salientar que o processo de diluição e de enrijecimento que já vinha ocorrendo acentuou-se de tal modo entre nós, sobretudo em alguns autores, que o descompasso entre uma teoria oratória anacrônica, encastelada na tradição, e as novas necessidades expressivas decorrentes das transformações históricas e sociais não chega a ser percebido. Tal descompasso só aparece com clareza quando comparamos essa tendência com alguma da mesma época.

Na realidade, não necessariamente precisamos comparar efetivamente dois manuais do século XIX para constatarmos esse enrijecimento em detrimento da

diluição do pensamento tradicional. Podemos ir aos manuais de retórica do século XX para constatarmos essa hereditariedade, que leva muito pouco em conta transformações históricas e sociais.

Verifiquemos um recorte do *Manual de retórica*, de Plebe e Emanuelle, do século XX, sobre a interessantíssima invenção ou *inventio*, componente do sistema retórico. O capítulo do manual chama-se a arte de inventar:

Devemos aos retóricos latinos a elaboração completa da arte da invenção e de suas técnicas: Cícero escreveu um tratado *De inventione*, e a *inventio* ocupa sempre a primeira parte dos manuais latinos de retórica. Mas a invenção teorizada pelos latinos se refere preponderantemente às argumentações dos debates jurídicos; portanto, uma invenção em tom menor em relação à grande arte grega de inventar conceitos, temas e soluções, a *hêresis*, que constitui o orgulho de Górgias e de seu discípulo Isócrates. É à escola de Górgias que remontam as primeiras técnicas, destinadas a estimular, com meios apropriados, a invenção de conceitos.

Uma técnica inventiva típica da escola de Górgias foi a do antimodelo. Ela parte da convicção de que se, na invenção dos nossos conceitos, nos referirmos como ponto de partida a um modelo precedente, iremos espontaneamente imitá-lo e, portanto, será difícil dizer algo original (PLEBE; EMANUELLE, 1992, p. 35).

É evidente neste breve recorte a menção à escola tradicional grega. Górgias já havia previsto que os manuais latinos de retórica teriam não só dificuldade de diluir conceitos preexistentes como a *inventio* em Cícero, mas teriam também a dificuldade de criar ideias novas. Então, não é especificamente um crime o que fizeram os autores dos manuais do século XIX, que se apegaram aos antigos, proliferaram a tradição e propiciaram, evidentemente, um enrijecimento que os alunos do século XIX, vítimas da escola humanística dos Jesuítas, tinham dificuldade de compreender.

Melo (2015), em seu artigo *Os manuais de retórica e poética. “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista* vai traduzir muito bem a constituição e construção da identidade brasileira na época:

Por meio dos referidos livros e de seus usos e práticas, impôs-se um forte apego à cultura retórica e literária, principalmente clássica, como confirmação de que o uso da linguagem representou o status de uma sociedade elitizada que se quis reconhecer como civilizada diante dos olhos europeizados. O cultivo do pensamento de Aristóteles, Cícero e Quintiliano nos manuais, seja de forma direta ou adaptada, indica esse vínculo com a tradicional arte de linguagem rebuscada, pomposa e elegante. Nesse caso, essas circunstâncias possibilitaram o enraizamento forjado de valores culturais na memória dos brasileiros, na qual se construiu uma identidade nacional articulada a uma tradição retórica e literária de que se apropriava o sujeito à época (MELO, 2015, p. 122).

O teórico afirma que é no Colégio Pedro II, considerado um modelo na educação brasileira, um modelo oficial de ensino, onde eram utilizados os manuais de retórica e poética de maneira uniforme e didática, em aulas separadas ou de maneira conjunta. Temos um exemplo de um professor chamado José Maria Velho da Silva, do Colégio Pedro II. Tratava-se de um caso típico de um docente que dialogava com a tradição ou com o compromisso elitista aliado com os europeus:

Os antigos e primeiros ordenadores das regras e preceitos tiveram a intuição da verdade; estudaram muito acuradamente as leis eternas e imutáveis da inteligência humana e por isso irá sempre muito seguro aquelle que lhes for ao encaço (SILVA, 1889, p. VI apud BRANDÃO, 1988, p. 215).

Silva, em 1889, não estava certo? Afinal, não é exatamente isto que continuamos fazendo na academia em pleno século XXI? A irrefreável busca pelo discurso cada vez mais autorizado? A tranquilidade do eterno e do imutável? Entretanto, é nessa relação de enrijecimento e renovação, de engessamento e diluição, que está implicada a questão da construção identitária, da formação escolástica, da escolha didática e do desenvolvimento autoral, por meio do bem falar, da argumentação, da escrita e da persuasão.

Conforme postula Melo (2015, p. 126), os manuais tinham estas características:

Os compêndios oitocentistas eram cópias, compilações e adaptações de outros manuais didáticos. A renúncia à originalidade era uma costumeira prática validada pelo circuito escolar, uma vez que “a categoria de imitador é externa a retórica, que aconselhava a imitação e a emulação como artifícios válidos. O que direcionava esses autores era menos o desejo de elaborar uma teoria própria e original do que o intuito de compilar e divulgar conceitos consagrados pela tradição” (MARTINS, 2003, p. 23-24).

O autor complementa sobre esse aspecto:

Nesse sentido, Castro (1982, p. 24) relembra que esse tipo de prática relacionava-se à concepção de autoria da antiguidade clássica, que a concebia como “autoridade” de quem se retira exemplos que devem ser imitados e divulgados. Os autores de livros didáticos tinham por mérito levar a memória dos alunos a reproduzir esses discursos de autoridade, cujos nomes apareciam com frequência nas páginas de suas obras (MELO, 2015, p. 126).

Cabe salientar que os manuais eram absolutamente normatizadores e por isso traziam a melhor maneira de falar, a forma mais apropriada de escrever e até mesmo como grupos sociais deveriam se comportar diante da política e da cultura, diante de suas práticas sociais dentro e fora do núcleo escolar. Os manuais também tinham uma participação política.

Observemos os esclarecimentos presentes no manual de Manuel da Costa Honorato:

Observação.

A presente Synopse é segunda edição do resumo de poética nacional extrahido do compendio do Sr. Carvalho, mais correcto e consideravelmente augmentado pelas idéas colhidas de outros autores de grande acceitação (HONORATO, 1861, [s.p.] apud MELO, 2015, p. 127).

Tratava-se de uma estratégia política não pouco comum de citar nomes de autores intermediários para fortalecer o vínculo entre o colonizador português e os emergentes intelectuais brasileiros.

Os manuais de retórica e poética são subservientes à educação imperial, todavia, fica claro serem esses compêndios instrumentos didáticos de caráter pedagógico formatados por um (in)consciente coletivo, ou melhor, de uma anamnese coletiva, arrastada em plano nacional, que são absolutamente inerentes à classe dominante e colonizadora e respondem a certas estratégias políticas da Igreja e do Estado. A noção de civilidade correlacionada à eloquência, oratória, arte literária e retórica propriamente dita nos manuais, como instrumentos pedagógicos que eram, repercutia na sociedade de modo geral e nas práticas sociais da época, afinal, conforme mencionamos anteriormente, os compêndios eram normatizadores da arte do bem falar, do pensar e do escrever e tinham um impacto nas práticas sociais, como nos gêneros de eloquência, por exemplo, de púlpito, de foro, militar etc.

Os manuais, compêndios ou sinopses são necessários não somente como registro histórico do século XIX, mas também como a constatação de uma preponderância de autoridade, dominante e elitizada, de uma tentativa herdada dos eclesiásticos jesuítas de educação, que resultou em uma aula de política e poder. Tratava-se de um material de caráter substancial para que historiadores, sociólogos, filósofos e estudantes das letras, retórica e do discurso adquirissem conhecimentos valorizados, os aprofundassem e, a partir daí, desenvolvessem uma habilidade ou consciência crítica, que satisfizesse não apenas aos ideais dos colonizadores, mas também à eloquência subserviente dos colonizados.

Os autores/educadores brasileiros reconheceram a relevância da paráfrase e da diluição para melhor entendimento de seus alunos, entretanto, sintetizaram bem o conteúdo. Participaram muito pouco de uma autoria efetiva e contundente nos manuais, fazendo-se valer das citações aos clássicos gregos e também a autores portugueses intermediários.

A RELAÇÃO ESTADO X IGREJA NO IMPÉRIO

Para melhor compreensão do restante deste capítulo, é importante, antes, discorrer-se sobre a relação Estado x Igreja durante os oitocentos. Assim, o artigo *Catolicismo, Sociedade e Teologia no Brasil Império*, publicado por Ney de Souza em 2013, é crucial para traçarmos esse panorama, pois o autor trata cronologicamente do assunto. Em uma adaptação a partir da leitura, convencionamos separar os oitocentos em quatro períodos: período joanino (1808 a 1822); primeiro reinado e período regencial (1822 a 1841); segundo reinado (1841 a 1889); período republicano (a partir de 1891). Essa divisão é importante porque, mais especificamente, será apresentada a atuação da santa Igreja, que influenciou, de forma direta, o discurso oratório sacro e político de cada período.

A relação estreita entre Estado e Igreja provém do período colonial, e com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, isso não mudou, pelo contrário, se fortaleceu. Existia a figura do Papa como chefe, mas ele não exercia autoridade. Cumpria a esses religiosos, nomeados como pregadores régios, defender a união entre Igreja e Estado e o Regime Monárquico. Diferenciavam-se dos demais padres por pertencer à alta hierarquia eclesiástica e ser o contato direto com o monarca D. João VI. Nesse contexto, a Igreja é considerada “como um departamento da administração civil e deve ser útil para o Estado. O clero faz parte do funcionalismo público e é pago (quando é) pelos cofres estatais” (SOUZA, 2013, p. 130).

Essa união entre Trono e Altar era defendida pela Igreja e perdurou pelo Primeiro Reinado, conquanto estivesse prevista até nos artigos 5 e 103 da 1ª Carta Magna, conforme excerto a seguir:

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana *continuará a ser a Religião do Império*. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo. [...] Art. 103. O Imperador antes do ser aclamado prestará nas mãos do Presidente do Senado, reunidas as duas Camaras, o seguinte Juramento – *Juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana*, a integridade, e indivisibilidade do Imperio; observar, e fazer observar a Constituição Politica da Nação Brasileira, e mais Leis do Imperio, e prover ao bem geral do Brazil, quanto em mim couber (BRASIL, 1824, grifos nossos).

Durante o Primeiro Reinado, embora D. Pedro I não fosse afeito aos privilégios concedidos aos clérigos, manteve toda a pompa que os ostentava e a relação entre o Estado e a Igreja manteve-se conforme os preceitos até então vigentes. Durante o período regencial, conhecido como um dos mais violentos do país, começava a ser implantada uma nova mentalidade: foi a época das reivindicações

sociais e da participação na organização política. No âmbito da Igreja, padre Diogo Antônio Feijó – liberal –, foi preso e depois absolvido por defender a Revolução Liberal de 1842. Além disso, propunha também a abolição do celibato clerical no Brasil (SOUZA, 2013).

Durante o Segundo Reinado, inicia-se uma reforma católica tridentina no Brasil e a Igreja começa a se preocupar mais com a questão da vida celestial do que da terrena. Essas novas ideias foram sintetizadas por Souza (2013, p. 139):

O grande trabalho do episcopado era transformar um clero com alma política e amasiados, em sacerdotes piedosos e celibatários. Esse desejo era também do governo brasileiro. As forças governamentais incentivavam os bispos a reconduzir o clero ao recinto das Igrejas, reduzindo sua atividade ao altar, ao púlpito e ao confessionário. A participação do clero liberal nas lutas políticas e sociais constituía para o governo um obstáculo à monarquia que vivia dentro do sistema latifundiário escravocrata. O imperador Pedro II foi bastante cioso na escolha de homens piedosos para o episcopado, mas que eram ao mesmo tempo de mentalidade conservadora e antiliberal.

Inicia-se nesse período o advento da separação entre Igreja e Estado, que será sedimentado somente a partir da Constituição de 1891, conforme aponta Souza (2013). A questão religiosa (1872-1874), em que as divergências entre o poder espiritual e temporal acentuaram-se, foi preponderante para que a Igreja voltasse seu olhar para as questões do divino e o Estado, para suas atividades terrenas.

ORATÓRIA SACRA E POLÍTICA NO SÉCULO XIX

Como apresentado na introdução deste artigo, o Brasil dos oitocentos foi marcado por fatos históricos relevantes para a nação. Nesse pano de fundo de acontecimentos decisivos nos rumos do país é que se instauram os mais variados discursos oratórios, com as suas diversas intencionalidades. Interessa para este artigo os discursos religiosos ou sacros e políticos.

Para início, cabe-nos mencionar que, nas diversas leituras realizadas com o intento de dissertar sobre oratória, foram encontrados conceitos de eloquência e retórica em *Lições elementares de Eloquência Nacional*, uma obra portuguesa escrita em 1840, por Francisco Freire de Carvalho, que contribuem para a compreensão da prática do discurso oral durante o período oitocentista.

Carvalho apresenta, então, suas concepções sobre ambas as áreas do conhecimento:

Eloquência é a faculdade de significar os pensamentos por meio da palavra, debaixo do ponto de vista mais próprio para produzir a convicção e a persuasão, acompa-

nhadas do deleite. Retórica é a arte que dirige as disposições naturais do homem no uso ou emprego da eloquência (CARVALHO, 1840, p. 13-14).

A partir desses conceitos, o autor conclui que a eloquência é o ato de fazer uso da palavra para exprimir o pensamento, ou seja, um efeito natural, e a “retórica é a arte que lhe corrige os defeitos ou extravios, ou que o aperfeiçoa” (CARVALHO, 1840, p. 15).

PERCURSO DA ORATÓRIA SACRA E POLÍTICA NO BRASIL DOS OITOCENTOS

Em seu artigo *Oratória Sacra no Brasil (do séc. XVI ao séc. XIX)*, Lopes (1976) assevera que somente dois historiadores dedicaram-se a tratar da eloquência. Cita, então, Silvio Romero, com a obra *Evolução da literária brasileira (vista sintética)*, e Ramiz Galvão, com *O Púlpito no Brasil*. O autor enaltece a cronologia³ da eloquência, classificada por Romero, conforme segue:

iii. A escola fluminense dos fins do século XVII e começo do século XIX, com Sousa Caldas, Sampaio, São Carlos, Santa Úrsula Rodovalho, Monte Alverne, Cunha Barbosa, a que se ligam o vigário Barreto e Frei Caneca; iv. A escola baiana do século XIX representada em Santa Rita Bastos, D. Romualdo de Seixas, Frei Itaparica, Frei Raimundo, Padre Fonseca Lima, a que se prendem o Padre Patrício Moniz e D. Antônio de Macedo Costa; v. Alvorecer da eloquência política na Constituição de 1823 e seu desenvolvimento nos tempos do primeiro Reinado, da Regência e primeiros anos do segundo Imperador (1823-1848) com Antônio Carlos; vi. A plêiade do 2º reinado (1848-1868); vii. A nossa eloquência nos últimos anos do 2º reinado (1868-1869); viii. A eloquência forense, a tribunícia, a acadêmica; ix. Nova fase da eloquência sagrada (1880 em diante) (LOPES, 1976, p. 106).

Por sua vez, Ramiz, de acordo com Lopes (1976), classifica em três fases o período da eloquência. Para este estudo, importa a terceira, a do reinado de D. João VI (1808-1821), que se inscreve no Brasil dos oitocentos.

Mediante esses apontamentos, dissertaremos, em um primeiro momento, sobre oratória sacra e política em forma conjunta, presente nos Sermões pregados e, mais para o final dos oitocentos, a oratória política nos Discursos Parlamentares de 1871, por exemplo.

No período dos oitocentos, a oratória sacra ficou a cargo dos clérigos franciscanos que, ao se posicionarem no púlpito, se valiam de sua genuína eloquência

³ As fases i, ii, e x não estão contempladas na citação justamente por extrapolarem o período que compreende o século XIX, enfoque deste estudo.

para proferir seus discursos, os quais tinham cunho de religiosidade, mas também de veneração à Corte Portuguesa, portanto, intuito político.

Nos primeiros anos da instalação da Corte no Brasil, temia-se a estabilidade e continuidade da monarquia, então, os discursos religiosos eram pautados de forte crítica aos franceses, sobretudo a Napoleão Bonaparte, como apresentado no excerto a seguir:

[que] à testa desse povo já depravado, aparecesse o homem mais perverso que tem havido; que sobre o trono, que a Irreligião e a iniquidade haviam fabricado, se sentasse o homem mais iníquo, que o mundo viu; o... não, não quero profanar o Santuário; jamais pronunciarei o seu abominável nome: o grande, o grande ímpio, eis aqui o seu caráter, este o seu apelido. Esse monstro de maldades e delitos; esse iníquo entre os mesmos iníquos, esse perverso entre os mais perversos; enfim, essa fera indômita, opróbio da humana espécie, desonra da racionalidade, que sufocando todos os sentimentos mais naturais ao coração do homem, pervertendo todas as afeições de que é suscetível a alma, pisando os deveres mais santos e impreteríveis, as relações mais augustas e respeitáveis, tem levado a dissolução e o estrago aos Impérios, aos Reinos, às Cidades, às Nações, e às Famílias. Tal é aquele, que tem assassinado a Europa inteira; que tem desorganizado o mundo político; que empreendeu fazer escravos todos os povos (JOSÉ, 1808 apud MARTINS, 2011, p. 133).

Até meados do século XIX, “o púlpito era um dos poucos instrumentos de manifestação coletiva e gozava de uma liberdade de expressão que não se encontra alhures” (HAUCK et al., 2008, p. 102). Os pregadores que a ele tinham acesso aproveitavam-no como um espaço para exhibir toda a sua eloquência e muitos de seus sermões eram considerados como joias literárias, com estilo sublime, com jogos de palavras que suscitavam nos ouvintes a procura por sentidos ocultos. E todas as pregações tinham, naturalmente, como pano de fundo, a política.

A palavra era um dos primeiros deveres sacerdotais; tamanha era a importância desse momento da enunciação no púlpito que os pregadores eram denominados como “luzeiros do púlpito” e “pregadores reais”, conforme aponta Hauck et al. (2008, p. 206).

Durante as festividades religiosas, como a semana santa, por exemplo, eram escolhidos os melhores oradores, que se engrandeciam e usavam de seu melhor conhecimento de linguagem para trazer a mensagem àquele povo que, iletrado como era, não entendia quase nada do que era dito, portanto, conversava, dispersava-se ou até saía da igreja sem nenhuma compreensão da mensagem. Destacamos que nesses sermões de festa não se tratava das questões da vida cotidiana, tampouco se analisava o comportamento moral dos fiéis. O discurso era centrado na apresentação dos milagres do santo homenageado – panegírico (discurso elogioso) (HAUCK et al., 2008).

Além das características já mencionadas, os sermões sacros da época oitocentista são marcados por conceitos predicáveis, que consistem em figuras ou alegorias pelas quais se pode realizar uma pretensa demonstração de fé, ou verdades morais, ou até juízos proféticos (COELHO, 1960). O recurso da alegoria vem ao encontro dos sentidos ocultos provocados pela fala dos pregadores, visto que, conceitualmente, segundo Lausberg (1966-1968 apud MOISÉS, 2004, p. 14), é uma “espécie de discurso inicialmente apresentado com um sentido próprio e que apenas serve de comparação para tornar inteligível um outro sentido que não é expresso”. No púlpito, também era marcante a presença da metáfora, na qual os oradores se ancoravam para dizer o que se tinha a dizer.

Tais apontamentos permitem inferir que todos esses recursos estilísticos utilizados pela oratória sacra tinham uma intencionalidade: dizer com embelezamento sobre o terreno e o divino, no sentido de maquiar eventuais atitudes reprováveis da santa Igreja e mazelas de um governo por vezes criticado.

No que se refere à oratória política, cabe destacar alguns aspectos relativos aos últimos anos do Brasil dos oitocentos, uma vez que até antes disso este tipo estava misturado à oratória sacra, por razões aqui já explicitadas.

Sodré (1959 apud PIOVEZANI, 2007) destaca em sua obra *História universal da eloquência* alguns oradores políticos renomados dessa época:

Até 1930, quando foram dissolvidos pela revolução, tanto a Câmara quanto o Senado sempre contaram, no seu seio, com muitos brasileiros ilustres, entre os quais se destacaram, como expoentes da arte de falar, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e César Zama, Seabra, Epitácio Pessoa e Assis Brasil, Pedro Moacir, Barbosa Lima e Irineu Machado além de Nilo Peçanha, Coelho Neto e Moniz Sodré (SODRÉ, 1959 apud PIOVEZANI, 2007, p. 173).

Dentre os citados, Rui Barbosa, que ingressou na política em 1878, destaca-se com um exemplo de orador grandiloquente. Seus discursos eram extensos e primavam por uma riqueza vocabular ímpar, com termos rebuscados. Culturalmente bem formado, o político encantava e ganhava a adesão de multidões que se prestavam a ouvi-lo e admirá-lo pelo seu belo estilo de orar.

Em outro polo, Antônio Conselheiro, também orador de renome do século XIX, arrebatava multidões que se propunham a ouvir seus discursos, que eram imbuídos de uma linguagem simples, diretos, acessíveis ao público a que se dirigiam. No sentido oposto ao de Rui Barbosa, Conselheiro, embora discursasse sobre temas mais focados na religiosidade, permeava o campo político.

A tese de Carlos Piovezani, intitulada *Verbo, Corpo e Voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*, certamente nos fornece elementos importantes sobre a prática da oratória nesse período da História do Brasil.

Embora o recorte aqui estudado seja apenas o século XIX, as características da oratória política tratadas no trabalho, que compreende os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, se mostram úteis, uma vez que há traços que se mantêm ao longo de todo o período abordado.

De acordo com os apontamentos de Piovezani (2007), durante o período conhecido como oitocentos, os oradores políticos tinham poucos recursos a seu favor durante os seus pronunciamentos: o palanque, a fala, a voz e o corpo. Assim, valiam-se destes últimos da melhor forma para conseguir a adesão de seus auditórios, que, ao final do século, eram bastante numerosos, visto o crescimento populacional das cidades, provocado pelo crescente êxodo rural. Somente no final do século XIX e início do XX os oradores passaram a fazer uso de outras ferramentas de comunicação, com os avanços tecnológicos que surgiram, como, por exemplo, o microfone, que veio para contribuir como recurso para a prática oratória, e o rádio, que permitiu a transmissão da fala a longas distâncias.

Para concluir, destaca-se que a oratória política, no século XIX, caracterizava-se por três estilos de fala: o simples, o rebuscado e o misto (PIOVEZANI, 2007). Cada orador valia-se de um, de acordo não somente com o seu conhecimento e formação cultural, mas com o perfil do auditório a que se dirigia. Em outras palavras, e em alusão às teorias retóricas, o orador adaptava o seu discurso ao seu auditório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos da Contrarreforma associados aos interesses da Coroa portuguesa contribuíram para a vinda dos Jesuítas ao Brasil, os quais, por mais de dois séculos, contribuíram significativamente para a construção de um sistema educacional. Ainda que esses religiosos tenham sido expulsos por Marquês de Pombal, que intencionava tornar a educação subordinada aos interesses da Coroa, retirando-a do poder da Igreja, parte do legado dos Jesuítas adentraram o século XIX na escola formal.

Uma herança do sistema educacional jesuítico, por assim dizer, foram os manuais de retórica do século XIX, que foram publicados como compêndios pedagógicos, publicações estas, inclusive, realizadas de maneira ostensiva, com demasiada ligação conceitual com a tradição europeia. Os manuais europeizados

dialogavam muito pouco com a realidade social do Brasil oitocentista, contudo, trata-se de um material de alinhamento da eloquência e desenvolvimento da oratória, além de estudos relativos à versificação poética e estilo. Em um contexto político, constituíam uma tentativa de erudição, mas também de fortalecer o vínculo entre colonizador e colonizado, a tradição clássica e uma representação social que afirmasse a identidade nacional e que estabelecesse uma relação cordial entre política, eloquência e oratória, e educação, clero e poder.

No que se refere à presença da oratória na Igreja, é possível depreender que ela esteve presente nos sermões proferidos pelos clérigos e, até a Proclamação da República, esteve misturada com a oratória política, uma vez que Igreja e Estado mantinham uma relação bastante estreita. Todo discurso tinha um viés político, como forma de enaltecer a Coroa, a principio, e o Império, posteriormente.

O uso do púlpito era um momento ímpar em que os oradores se valiam de toda sua eloquência para falar ao povo que, mesmo sem entender direito o vocabulário utilizado, encantava-se com a forma como o orador enunciava.

Quanto aos políticos, estes tinham poucos recursos para discursar, então, ao subirem a um palanque, faziam uso da fala, da voz e do corpo. Uns, mais bem preparados, empregavam a grandiloquência e surpreendiam seus auditórios; outros, desprovidos de riqueza de estilo e extenso vocabulário rebuscado, utilizavam a linguagem simples para passar suas mensagens. Entretanto, tanto um estilo quanto o outro atraíam multidões que se dispunham a ouvir o que eles tinham para dizer.

Percebemos, assim, pelo exposto, que a oratória esteve bastante presente em um momento importante da História do Brasil, período em que o país adquire sua independência político-administrativa, momento em que o discurso oralizado era a forma mais eficiente e adequada para comunicar e difundir as ideias imperiais ou republicanas à grande massa.

Por fim, vale ressaltar que este estudo é inicial e está aberto a complementações. Para trabalhos futuros, selecionar um *corpus*, um sermão ou um discurso político da era oitocentista, por exemplo, para análise à luz da teoria, se faz necessário.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sidney. *Caminhos e descaminhos da educação brasileira no século XIX*. São Paulo: Brasiliense; EDUSP, 1988.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. Os manuais de retórica brasileiros do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 43-58.

_____. Presença da oratória no Brasil do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla (Org.). *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 213-226.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estados dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições elementares de Eloquência Nacional*. Lisboa, Portugal: Thipographia Rollandiana, 1840.

COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). *Dicionário das literaturas portuguesa, brasileira e galega*. Porto, Portugal: Livraria Figueirinhas, 1960. Disponível em: <http://www.farol-dasletras.pt/sermao_santo_antonio.html>. Acesso em: 24 abr. 2017.

FONSECA, Sonia Maria. *A hegemonia jesuítica (1549-1759)*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuítico_intro.html>. Acesso em: 7 maio 2017.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Lições de eloquência nacional*. Recife: Typ. de Santos e Companhia, 1851. 2 v.

HAUCK, João Fagundes et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – segunda época, século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HENRIQUE, Martileide da Costa; MAIA, Adolpho Pinheiro; FREITAS, Fabiana Martins. *Ratio Studiorum: uma análise sobre o método pedagógico dos Jesuítas*. In: III CONEDU – Congresso Nacional de Educação, 2016, Natal. *Anais...* Natal: CONEDU, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID1035_03082016171821.pdf>. Acesso em: 6 maio 2017.

HONORATO, Manuel do Sacramento Lopes. *Lições de eloquência nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. de Paula Brito, 1846. 2 v.

_____. *Synopse de eloquência e poética nacional*. Recife: Typographia Commercial de Geraldo Henrique de Mira, 1861.

LOPES, Hélio. Oratória Sacra no Brasil (do séc. XVI ao séc. XIX). *Linguagem e Literatura*. São Paulo, v. 5, p. 105-129, 1976. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/lingua-eliteratura/article/view/113797/111668>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MARTINS, William de Souza. O púlpito em defesa do Antigo Regime: a oratória na Corte Joanina (1801-1821). *Revista Tempo*, v. 17, n. 31, p. 117-144, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v17n31/06.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

MELO, Carlos Augusto. Os manuais de retórica e poética: “Lugares de Memória” no Brasil Oitocentista. *Fronteiras*, n.15, p. 120-134, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiras/article/view/24331/18563>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MENEZES, Maria Cristina. *Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval*. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na província da Bahia. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_018.html>. Acesso em: 9 de maio 2017.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. *Postilas de retórica e poética: ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872.

PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, Corpo e Voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo*. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara, SP, 2007.

PLEBE, Armando; EMANUELE, Pietro. *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do “breve século” XIX brasileiro*. In: _____. *O legado educacional do século XIX*. 2ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SILVA, Luciana Aparecida da. *O método pedagógico dos Jesuítas*. *HISTEDBR*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SOUZA, Ney de. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 46, p. 127-144, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23290/23290.PDF>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

5

CAPÍTULO

PROTAGONISMO ORATÓRIO

Cláudia Abuchaim

Maria de Lourdes e Silva Pereira

O auditório transforma-se em Medusa ameaçadora e o pobre orador, de olhá-la, petrifica-se de medo.

Antônio Reis

Retórica, oratória e eloquência são três palavras que derivam de diferentes raízes, mas todas significam falar. Retórica é palavra grega e as outras duas procedem do latim.

A palavra retórica se origina da substantivação do adjetivo feminino retórica pela elipse do substantivo técnica, portanto, técnica retórica = retórica. Da mesma forma, oratória é um adjetivo substantivado pela elipse da palavra arte, que equivale à palavra técnica, assim, arte oratória = oratória. Já eloquência constrói-se sobre o adjetivo *eloquens* = eloquente e se liga ao verbo *eloqui* = falar, falar

com arte, com elegância, com riqueza (TRINGALI, 1988, p. 12). Como as palavras apresentam traços comuns e diferenciais, como teoria, produto e valor, nem sempre se pode usar uma palavra pela outra.

Do ponto de vista teórico, retórica, oratória e eloquência devem ser entendidas como estudo da produção e análise do discurso. Constroem-se modelos e se aplicam modelos. A mais frequente e de maior aplicação é retórica, a seguir oratória e eloquência.

Quanto ao produto, oratória e eloquência referem-se aos discursos efetivamente realizados, não importa se pronunciados ou escritos. Note-se que no sentido político não se usa a palavra retórica e a mais funcional é oratória.

Já com relação ao valor, eloquência apresenta sentido positivo e elogioso, enquanto retórica apresenta sentido negativo e pejorativo e, nesse caso, se usa em oposição à eloquência.

Para que haja a arte oratória são necessários três componentes básicos: um orador (*ethos*), um auditório ao qual se dirija (*pathos*) e uma “mídia”, por meio da qual se encontrem para comunicar o que pensam e trocar pontos de vistas (*logos*).

O ORADOR

A palavra ética liga-se ao *ethos*, que para os gregos é a imagem de si, o caráter, a personalidade, os traços de comportamento. Identifica-se o *ethos* ao papel do orador porque é alguém que deve ser capaz de responder às perguntas que geram debate. O *ethos* se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, o auditório decidirá segui-lo ou refutá-lo. Afirma-se que o *ethos* é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade; é o ponto final do questionamento (MEYER, 2007).

O *ethos* aristotélico

Encontra-se na *Retórica* de Aristóteles dois campos semânticos opostos ligados ao termo *ethos*: um, de sentido moral e fundado na *epieikeia*, engloba atitudes e virtudes como *honestidade*, *benevolência* ou *equidade*; outro, de sentido neutro ou “objetivo”, de *héxis*, que reúne termos como *hábitos*, *modos e costumes* ou *caráter*.

Para Aristóteles, o *ethos* é particularmente importante:

Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de

bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam à dúvida, essa confiança reveste particular importância. É preciso também que este resultado seja obtido pelo discurso sem que intervenha qualquer preconceito favorável ao caráter do orador (ARISTÓTELES, 2005, p. 33).

O *ethos* e a contemporaneidade

Devido à grande demanda midiática, o orador precisa se adaptar a seu auditório, conhecer suas necessidades, e também construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem (AMOSSY, 2005).

Ferreira chama a atenção para mais um tipo de *ethos*, que é admitido por alguns autores: o *ethos prégio*,

[...] que se constituiria numa representação construída pela opinião pública e que, por ser prégio, condicionaria a construção, estereotipada, do *ethos* discursivo. Nesse sentido, então, os antecedentes morais, éticos e as atribuições de caráter formariam uma imagem, antecipadamente construída pelo auditório, capaz de afetar e de condicionar aquela que o próprio enunciador constrói de si em seu discurso. Visto assim, o *ethos* pode tanto facilitar o acordo de um orador com o auditório quanto dificultar o contato (FERREIRA, 2010, p. 91).

Conclui-se que o orador, simbolizado pelo *ethos*, tem credibilidade assentada no seu caráter, na confiança que lhe outorgam e, para mover o auditório, simbolizado pelo *pathos*, precisa comovê-lo e seduzi-lo. O discurso, simbolizado pelo *logos* (a palavra, a razão), pode revestir-se de diversas tipologias.

Reboul (2004) afirma que são três os gêneros do discurso retórico: judiciário, que tem como auditório o tribunal; deliberativo (ou político), cujo auditório é a Assembleia (Senado); epidíctico, que tem como público os espectadores em geral, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres ou outras. Os atos dos discursos diferenciam-se: o judiciário acusa ou defende, refere-se ao passado; o deliberativo aconselha ou desaconselha em todas as questões referentes à cidade, refere-se ao futuro; o epidíctico censura e, na maioria das vezes, louva, refere-se ao presente.

Cícero define orador como “aquele que pela palavra instrui, encanta, comove o auditório. Instruir é uma obrigação; encantar, uma honra feita ao que escuta; comover uma necessidade” (CORRÊA, 1972, p. 21-22).

O padre Antônio Vieira é considerado um grande orador da língua portuguesa. O método parenético é utilizado por Vieira em seus sermões com o objetivo

de conseguir a adesão do auditório. Consiste tal método em lançar o argumento e pensar possibilidades de contestação do ouvinte, antecipando-se às conclusões do auditório com o objetivo de desarmar as possíveis objeções.

Senger (1960) afirma que a arte oratória se dirige tanto ao sentimento como à razão; impõe-se até mesmo aos homens mais indiferentes, adapta-se aos auditórios e às circunstâncias.

No *De Oratore*, I, 5.17, Cícero afirma sobre o orador:

Deve-se ter o conhecimento dos mais variados assuntos, sem o que o fluxo das palavras se torna vazio e ridículo. O próprio discurso [*oratio*] deve ser disposto não só por meio da boa escolha, mas também segundo uma boa organização das palavras. Além disso, todos os movimentos da alma que a natureza atribuiu ao gênero humano devem ser profundamente conhecidos, porque toda a força e arte da oratória traduzem-se no emocionar e no acalmar as mentes daqueles que estão ouvindo. É preciso que sobrevenham certa elegância [*lepos*], bom gosto [*facetia*] e uma erudição digna de um homem livre, além de brevidade tanto para responder quanto para provocar, unida à beleza sutil e à urbanidade (CÍCERO, 1967, p. 12).

Cícero importa-se mais com o perfil do orador: associa a figura do orador ideal à de um homem de maneiras aristocráticas e erudito. Apenas alguns homens dominam a arte do bem falar. No *De Oratore*, I, 7.31, ele faz a seguinte indagação: “Em verdade, o que é tão admirável quanto surgir dentre uma multidão de homens alguém que seja capaz de usar sua faculdade de falar – algo que foi dado a todos pela natureza – de modo ímpar ou como poucos?” (CÍCERO, 1967, I, p. 17).

Segundo Cícero (1967), alguns procedimentos são necessários ao bom orador: a atitude do corpo, o jogo fisionômico e os gestos, que compõem a mímica que domina soberanamente a arte da palavra. Além disso, o autor alerta que o orador deve conhecer o assunto e ter vasta erudição, senão o discurso tem uma elocução pobre e quase pueril.

Os livros de oratória do século XX não compartilham plenamente com os ensinamentos de Cícero, pois se assemelham a manuais de condutas. Os autores dão aulas de como se comportar diante do auditório, ditam regras que deveriam ser seguidas pelo bom orador.

Moraes ensina ao orador:

1) trajar-se decentemente; 2) não subir nem descer da tribuna de forma precipitada ou aflita; 3) não arrumar a roupa nem antes nem durante o discurso; 4) evitar gestos de tocar o nariz, o cabelo ou qualquer outra parte do corpo; 5) não empunhar qualquer objeto; 6) não apoiar a mão na mesa ou apoiar-se em qualquer outro objeto; 7) manter posição natural, não passear na tribuna; 8) visualizar o auditório, olhar nos

olhos de cada um e de todos para averiguar o efeito de suas palavras; 9) não por as mãos nos bolsos, é sinal de instabilidade emocional; 10) se puder, não falar sentado, ou sentar-se ereto na cadeira; 11) não beber água durante o discurso; 12) não esquecer que as primeiras impressões são as mais duradouras (MORAES, 1963, p. 51-52).

Segundo Cunha (2010), em 1958, no mesmo ano em que Stephen Toulmin publica a obra *The Uses of Argument*, o professor da Universidade Livre de Bruxelas, Chaïm Perelman, publica a obra *Traité de l'Argumentation: la Nouvelle Rhétorique*, em que reata com a tradição grega e rompe com a tradição da modernidade cartesiana.

Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que o orador está implicado no seu discurso, que se apresenta como a manifestação por excelência da sua pessoa:

Por causa da interação constante entre o juízo que se faz do orador e aquele que se faz do seu discurso, quem argumenta expõe constantemente, até certo ponto, o seu prestígio, que cresce ou decresce consoante os efeitos da argumentação. Uma argumentação vergonhosa, fraca ou incoerente, só pode prejudicar o orador, o vigor do raciocínio, a clareza e a nobreza do estilo predisporão, em contrapartida, a seu favor (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 364).

Reis (1964) também chama a atenção para o discurso, e afirma que de nada adianta dominar o discurso se a má postura o denuncia. O orador precisa controlar-se diante do auditório, não deve mostrar-se nervoso ou transpirar. “O auditório transforma-se em Medusa ameaçadora e o pobre orador, de olhá-la, petrifica-se de medo” (REIS, 1964, p. 31).

Segundo Polito (1993), o bom orador precisa conquistar a credibilidade do público, portanto, deve se expressar em uma tribuna da mesma forma que se comporta no seu cotidiano: natural, emotivo e entusiasmado pela mensagem que transmite.

No século XXI, os livros sobre oratória mantêm o mesmo perfil de manual de conduta. Cintra recomenda para o êxito do discurso oratório:

Relativamente ao corpo físico do apresentador, podemos destacar quatro elementos de oratória: movimentação, gesticulação, supressão de cacoetes e voz. Antes lembramos que a aparência deve ser bem cuidada, o que inclui trajes adequados à ocasião. E que o apresentador não deve portar objetos ‘pendurados’, tais como chaveiro, celular, etc. (CINTRA, 2007, p. 48).

Polito e Polito apresentam regras ao bom orador:

Evite a falta e o excesso de gesticulação [...] De maneira geral, evite falar com as mãos nos bolsos. Evite também fazer gestos abaixo da linha da cintura ou acima da

cabeça. Procure não deixar as pernas muito abertas, para não tirar a elegância, ou fechadas demais, para não comprometer o equilíbrio. Cuidado para não se apresentar com a cabeça baixa, para não demonstrar excesso de humildade. E também não deixe a cabeça muito levantada, olhando por cima dos ouvintes, para não passar ideia de arrogância (POLITO; POLITO, 2015, p. 54).

Lôbo apresenta uma síntese do orador do século XXI:

Falar bem em público	Conhecimento de si mesmo, do assunto, dos ouvintes; gestos adequados, boa qualidade vocal; transmissão da mensagem com credibilidade, naturalidade e emoção; segurança, domínio e controle das palavras e dos gestos.
Sensações desagradáveis	Ansiedade, medo, temor, inibição, insegurança, gagueira, perturbações circulatórias, respiratórias e vocais; distúrbios de secreção glandular, tremor, falta de ar, tosse, sudorese, taquicardia, desejo de fugir, desamparo; difuso e inexplicável mal-estar.
O orador e sua fala	Exposição do prestígio e da imagem; impossibilidade de dizer tudo o que se propõe; imprevisibilidade dos resultados – o discurso acontece em função de..., a comunicação vai além das palavras: silêncio, atividade, inatividade.
O orador e a busca de reconhecimento	Busca de ser reconhecido pelo outro para constituir-se; necessidade de pertencer, de fazer parte, de existir para o outro; o olhar do outro é que diz quem somos.

Fonte: LÔBO, 2003, p. 92.

A arte oratória, durante alguns séculos, foi uma atividade exercida apenas por homens públicos, religiosos e tribunos. Configura-se na contemporaneidade como atividade exercida por vários profissionais em reuniões de trabalho, defesa de ideias, projetos, relatórios, congressos. O mercado de trabalho necessita de pessoas que tenham êxito na tarefa de se comunicar com o público. A dificuldade de ensinar “o bem falar” alimenta o mercado de livros sobre oratória. Os ensinamentos de Aristóteles em sua *Arte Retórica* sobrevivem no século XXI e auxiliam oradores para a melhora de suas *performances* diante de um auditório cada vez mais heterogêneo.

Amossy (2005) lembra a importância do auditório. O orador deve treinar o seu discurso para bem apresentá-lo, mas convém buscar no auditório a adesão necessária para o êxito da persuasão. Os oradores inspiram confiança quando seus argumentos e conselhos são sábios e razoáveis; argumentam honesta e sinceramente; são solidários e amáveis com seus ouvintes.

O AUDITÓRIO

Entende-se por auditório alguém, que pode ser um indivíduo, um grupo ou uma multidão, para o qual o orador se dirige. Os auditórios são diferentes pela competência, pelas crenças e pelas emoções de cada um.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) informam que há três tipos de auditórios. O primeiro, constituído por toda a humanidade, ou ao menos pelos seres adultos e normais, é o auditório universal; o segundo, formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; e o terceiro, constituído pelo próprio sujeito, quando delibera ou figura as razões de seus atos.

O *pathos*, argumento de natureza psicológica, vinculado à afetividade, refere-se ao auditório, ao conjunto de emoções, paixões ou sentimentos que o orador consegue despertar no seu ouvinte.

De acordo com Tringali (1988), uma prática significativa e comunicativa só se efetua na relação entre dois termos interdependentes: o orador e o auditório, o emissor e o receptor da mensagem. Sem um elemento não há o outro. O orador se esforça por influenciar os ouvintes. O auditório determina as diretrizes da elaboração do discurso e, por suas reações, condiciona a execução.

Ainda segundo Tringali (1988), para persuadir o auditório, convencê-lo, comovê-lo, agradá-lo, não basta a posse da técnica oratória, convém conhecer o seu contexto social, ou seja, o orador deve conhecer a condição existencial de seu público, como idade e classe social. Além de conhecer as paixões, o orador precisa, também, entender sua variação através das idades e das classes sociais.

Para Platão, o *pathos* comanda o jogo da linguagem, como também a postura do orador, que só se preocupa com os efeitos e não se incomoda em defender pontos de vista opostos, ou em obter efeitos contraditórios, mas a eloquência só tem sentido se subordinar-se à virtude (*ethos*) do orador.

Afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca: “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e [...] pressupõe a existência de um contato intelectual”. [...] “É ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 16 e 27).

A expressividade retórica deve objetivar o auditório, ele deve ser o foco central, para que haja predomínio do *pathos*. Assim, o discurso retórico se esforça para despertar emoções com a intenção de captar a benevolência dos ouvintes.

Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que não se pode conceber o conhecimento do auditório sem o conhecimento dos meios capazes de influenciá-lo,

porque o problema da natureza do auditório é ligado ao de seu condicionamento: “[...] conhecer o auditório é também saber, de um lado, como é possível assegurar seu condicionamento, do outro, qual é, a cada instante do discurso, o condicionamento que foi realizado” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 26). Assim, segundo Ferreira (2010), para escolher os recursos capazes de influenciar o auditório, é preciso conhecer as diversas características dos ouvintes, bem como os aspectos socioculturais daqueles a quem se dirige.

O OUVINTE

Normalmente, o público tem uma receptividade favorável ao desempenho e atuação do orador, porque está na expectativa de ter informações que possam ser úteis no desenvolvimento de suas atividades profissionais ou pessoais. Mas pode acontecer de o orador se deparar com um auditório não tão receptivo e, nesse aspecto, alguns estudiosos da oratória classificam os ouvintes de acordo com sua disposição em relação ao orador e ao tema.

Chinem (s.d.) argumenta que os ouvintes podem ser classificados, quanto ao nível de participação, em motivado ou receptivo, amistoso, hostil, apático ou indiferente e desatento.

No primeiro caso, como o público se interessa pelo assunto, as pessoas vão à apresentação para ouvir com boa vontade o que será transmitido. O amistoso é o público que não coloca resistência ao orador, mas vai depender da qualidade da apresentação. O público será hostil quando se sentir prejudicado ou em relação ao tema, ou ao orador, ou ao ambiente, mas a hostilidade pode ser contornada se o orador encontrar uma maneira conveniente de iniciar para que o público se torne dócil. O comportamento apático ou indiferente ocorre quando as pessoas se dirigem à apresentação sem nenhum interesse pelo assunto, esse tipo de auditório é considerado o mais difícil, pois não se manifesta e não se preocupa se o orador fala ou deixa de falar. O público desatento é diferente do apático porque pode estar interessado, mas, por algum motivo, se distrai ou não consegue se concentrar nas palavras e na linha de raciocínio.

Para que haja sintonia entre o orador e seu auditório, é preciso saber qual é o preparo intelectual predominante dos ouvintes. Se as pessoas possuem nível intelectual médio para baixo, as informações devem ser transmitidas de maneira clara, didática. Se o nível intelectual predominante for médio para cima, o orador poderá apresentar as informações por meio de raciocínios mais abstratos e complexos. Mas sempre é importante analisar com antecedência que tipo de informação

a plateia tem sobre o tema e adaptar a complexidade da matéria à capacidade de entendimento dos ouvintes. De qualquer forma, o orador deve estar preparado para dar meia-volta e mudar a maneira de expor a mensagem, de acordo com o tipo de público que tiver pela frente.

Brown (1961) classifica o auditório em: aquele que concorda, o indiferente, o leigo, o neutro e o crítico.

Os ouvintes que concordam com o orador não se mostram desconfiados, seguem-no em busca do prazer de completar suas próprias ideias. O conteúdo de um discurso dirigido a esse auditório poderá ser emocionante e propagandístico. O auditório concordante é submisso, considera o orador uma autoridade, espera e permite que ele se utilize de declarações de comando.

O auditório indiferente não pode ser comandado, precisa ser estimulado, o orador deve utilizar técnicas de aproximação, deve incitar e despertar o ouvinte.

Quando o auditório não está familiarizado com o assunto – o leigo –, a principal preocupação do orador é tornar a asserção principal estimulante e clara, isso é possível por meio de analogias e ilustrações. Como os componentes desse auditório são estranhos ao tema, portanto não estão afeitos ao assunto, é provável que não se deixem influenciar por um apelo às emoções, nesse caso, é preciso que obtenham informações para que haja a “adesão dos espíritos”.

Se o auditório leigo desconhece, o neutro ainda não se decidiu, porém, esse auditório se compõe de ouvintes cujas mentes estão abertas, e mentes receptivas pedem fatos e opiniões justificados. Ainda as informações cuidadosamente selecionadas impressionam a mente neutra. Assim, a natureza da mente neutra indica que, para ser eficiente, a persuasão deve explorar de modo completo as provas, embora a organização também seja importante. O indivíduo neutro deseja a verdade e esta se apoia na qualidade das provas.

O auditório crítico é o hostil. Constitui-se de ouvintes que examinarão cada prova para verificar-lhe a veracidade, estarão vigilantes aos passos em falso e enxergarão os motivos que o orador não conseguirá ver, pois é fácil duvidar da sinceridade daqueles com quem não concordamos. Para adquirir habilidade natural de lidar com esse tipo de auditório, Brown sugere duas atitudes:

1. O orador deve julgar que o ouvinte tem o direito de seguir a opinião que deseja e que pode estar com a razão, mas será melhor não demonstrar tal ideia no início, pois, admitindo desesperança, dará ao ouvinte todos os motivos para rejeitá-lo. Expressará seu respeito pela crença oposta apenas se, durante o decurso de sua exposição, ficar claro que aquele que o ouve teme uma agressão de sua parte.

2. Adiante-se para a luta esperando a derrota, mas não declare esse ponto de vista – considere que toda derrota é digna, quando o perdedor não se desequilibra; de fato, não é difícil aceitarmos o fracasso, se para este estamos preparados (BROWN, 1961, p. 146-147).

Como a persuasão desta modalidade de auditório é questão de remoção de hostilidade, o orador se esforçará para se unir aos ouvintes e, uma vez que a diferença de opiniões é a causa da separação, investirá o máximo cuidado para concentrar-se nos pontos em que concorda com os presentes. O orador deve modificar-se a fim de modificar o auditório.

Brown ensina que “não é com a força que se persuade um auditório hostil, e sim estabelecendo as condições que lhe permitirão persuadir-se a si mesmo” (BROWN, 1961, p. 147).

Em resumo, independentemente do tipo, o auditório é um elemento essencial na atividade retórica, sem este o discurso retórico não se constitui. Cabe ao auditório o protagonismo dessa interação orador-auditório, pois, conforme explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), o orador tem que se adaptar, continuamente, ao auditório, que determinará a qualidade da argumentação e o comportamento do orador.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- BROWN, Charles T. *Introdução à Eloquência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- CHINEM, Rivaldo. *Como falar bem em público: um guia rápido, prático e indispensável*. São Paulo: Discovery Publicações, [s.d.].
- CÍCERO. *De Oratore*. Paris: Les Belles Lettres, 1967. 3 v.
- CINTRA, José Carlos Angelo. *Técnica de apresentação: oratória aplicada às apresentações com data-show*. São Carlos, SP: RiMa, 2007.
- CORRÊA, Nereu. *A palavra; uma introdução ao estudo da oratória*. Rio de Janeiro: Lau-des, INL, 1972.
- CUNHA, Tito Cardoso e. *A Nova Retórica de Perelman*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior Covilhã, 2010.
- FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

- LÔBO, Nazildes Santos. *Falar em público: experiências de mal-estar na trajetória profissional contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2003.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.
- MORAES, Rubens Arantes de. *Curso de prática oratória*. 5. ed. São Paulo: SESI / Departamento Regional de São Paulo / Divisão de Orientação Social, 1963.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação – A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REIS, Antônio de Pádua. *Oratória, liderança e eficiência pessoal – da arte e da técnica*. São Paulo: Atlas, 1964.
- POLITO, Reinaldo. *Técnicas e segredos para falar bem*. São Paulo: IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas, 1993.
- POLITO, Rachel; POLITO, Reinaldo. *29 minutos para falar bem em público*. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.
- SENGER, Jules. *A arte da oratória*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

GÊNEROS DO DISCURSO ORATÓRIO

Adilson Ferreira dos Santos

Claudia Abuchaim

Elaine Aparecida dos Santos Estracieri

Elioenai Piovezan

Elizabeth Rizzi Lyra

Maria Julia Santos Duarte

Priscilla Harka Wroblewski

Roberta Souza Piovezan

A essência da oratória é o “discurso proferido em público, a arte do bem falar, que se pode confirmar pela etimologia, pois oratória se constrói no radical de os, *oris*, que significa ‘boca’ e ‘boca enquanto órgão da fala” (ERNOUT, 1951, p. 833).

Diretamente ligada à retórica, a oratória tem como meta a adesão dos espíritos por meio da argumentação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, a retórica antiga “referia-se ao uso da linguagem falada, do discurso perante uma multidão, reunida na praça pública, com o intuito de obter adesão desta a uma tese que se lhe apresentava” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 6).

Nesse sentido, os gêneros do discurso oratório estão diretamente relacionados às instituições da cidade e ainda hoje se apoiam sobre uma tipologia do espaço social, pois, conforme afirma Moraes (1963), acompanham a evolução histórica da humanidade e são resultado dos interesses mais destacados de cada época. Segundo o autor,

[...] quando apareceu em Siracusa, no séc. V a.C., a teoria da arte oratória se revestiu de aspecto político, daí a origem de seu gênero. Logo após sucedeu-lhe o judiciário e, a seguir, os demais, acompanhando as diversas manifestações da vida em sociedade que os agrupou dentro de moldes diferentes para atender aos fins a que se destinavam (MORAES, 1963, p. 43).

O sistema oratório deve adequar-se ao gênero do discurso a ser elaborado, pois os discursos são classificados de acordo com características relacionadas ao orador, ao auditório, à intencionalidade e ao tempo dominante – presente, passado, futuro.

De acordo com Reboul (2004), o gênero agrupa obras que apresentam características fundamentais em comum: tragédia, poema lírico, tese, etc. Sem dúvida, é impossível fazer uma classificação exaustiva dos gêneros, porém, mais útil para a leitura retórica é a comparação. Se o objetivo é determinar as características de um gênero, é preciso perguntar o que o distingue do gênero mais próximo; por exemplo, o melodrama da tragédia, a novela do romance, a aula da conferência.

Aristóteles (s.d.), em sua *Retórica*, propunha que são três os tipos de discurso: judiciário, que tem como auditório o tribunal; deliberativo (ou político), cujo auditório é a assembleia (Senado); epidítico, que tem como público os espectadores em geral, todos os que assistem a discursos de aparato, como panegíricos, orações fúnebres ou outras.

De acordo com Moraes (1963), uma vez conhecidos os diversos gêneros oratórios, cabe ao orador escolher o que melhor se adapte à sua personalidade e meio de vida e, para tanto, conhecer as qualidades do gênero que pretende utilizar, assimilá-las e colocá-las em prática.

GÊNERO JUDICIÁRIO

Estudos contemporâneos revelam que o marco da oratória judiciária está no *Tratado de Retórica* escrito por Córax e Tísias, dois oradores que se preocupavam com a defesa daqueles que desejavam reaver seus bens e propriedades tomados pelo tirano de Siracusa, no ano de 485 a.C.

Encontram-se nesse tratado vários preceitos práticos utilizados por pessoas envolvidas em conflitos judiciais em uma época em que não existiam advogados. Aristóteles, em seus estudos sobre retórica, confirma a importância e a relevância do *Tratado* para cidadãos comuns que necessitam aprender habilidades para defenderem as suas causas.

A origem judiciária da retórica revela algumas características que acompanham a produção do discurso por muitos anos até os dias atuais. O uso da argumentação com a finalidade de persuadir o auditório (juiz ou tribunal) e o desenvolvimento de técnicas da lógica e do raciocínio para a produção de provas (a que reside no seu caráter moral, o *ethos*; as emoções criadas nos ouvintes, o *pathos*; e a demonstração do próprio discurso, o *logos*), são algumas das características do gênero presentes até hoje.

De acordo com Aristóteles (s.d.), pertencem ao gênero judiciário, os discursos pronunciados em função de um julgamento formal que termina com uma sentença. É o uso da palavra perante o juiz ou tribunal, quer na defesa da sociedade, caso da promotoria pública, quer na defesa feita por advogado de interesse e direitos de seus constituintes. O discurso judiciário ou acusa ou defende, tem como valores o justo e o injusto. O auditório convertido em juiz ou condena ou absolve, pois há sempre um réu que será declarado culpado ou inocente.

Ao orador cabe a função de adaptar seu discurso ao seu auditório, juiz ou tribunal, com o fim de que a tese seja aceita por seu interlocutor, e é essa aceitação ou não que definirá o resultado de um processo. É na sustentação oral (o *logos*) que o interlocutor constrói a sua imagem (o *ethos*) para um auditório (o *pathos*).

O gênero judiciário, que dispõe de leis e se dirige a um auditório especializado, utiliza de preferência raciocínios silogísticos, entimemas, próprios para esclarecer a causa dos atos. O convencimento do público se dará não mais pela evidência lógica de uma prova, mas pela capacidade argumentativa do orador.

Na contemporaneidade, segundo Mosca (1997), o discurso judiciário é utilizado não apenas nos tribunais para defender e acusar, mas também nos sermões realizados por chefes religiosos quando avaliam o comportamento de seus filia-dos com relação às crenças.

GÊNERO DELIBERATIVO

O gênero deliberativo é aquele em que a palavra está a serviço do bem comum, das coisas públicas. Há tanto o conselho como a dissuasão. Quem aconselha recomenda sempre o melhor e quem desaconselha dissuade com o pior. O

tempo do gênero deliberativo é o futuro, visto que aconselha sobre eventos que ainda irão acontecer, persuadindo ou não. Para Aristóteles (s.d.), os assuntos suscetíveis de deliberação são os que naturalmente se relacionam com as pessoas e da qual a produção está com elas.

Os temas mais importantes em que os oradores dão conselho em público são cinco: finanças, guerra e paz, defesa nacional, importação e exportação, legislação. Aquele que se prontificar a dar conselho sobre as finanças deve conhecer todas as despesas da cidade, a fim de acabar com o desnecessário; para a guerra e paz, é necessário saber com que povos se pode esperar fazer guerra, a fim de manter a paz com os mais fortes e a guerra contra os mais fracos; quanto à defesa do país, deve-se conhecer o número das tropas para reforçar os lugares protegidos. Nas provisões, o importante é conhecer quantos e quais os gastos consideráveis à cidade, quais alimentos são produzidos, quais são importados, quais importações e exportações serão necessárias a fim de se estabelecerem os devidos tratados e acordos.

Por fim, para a segurança do Estado, é indispensável ser entendido em todas as outras questões, como também na legislação, pois está nas leis a salvação da cidade. Cabe saber quantas são as formas de governo, o que condiz a cada uma e porque se corrompem. O maior e o mais eficaz de todos os meios de se persuadir e aconselhar bem é compreender as diferentes formas de governo e diferenciar seus interesses particulares.

Todos os homens têm um fim em vista, seja para o que escolhem fazer como no que evitam. Esse fim é chamado de felicidade. É a partir dela, das ações que para ela tendem e daquelas que lhe são contrárias que consideram todos os conselhos e dissuasões. As partes que compõem a felicidade são a nobreza, muitos e bons amigos, bons e muitos filhos, boa velhice, as virtudes do corpo como a saúde, a beleza, o vigor, a estatura, a força para a luta; a reputação, a honra, a boa sorte e a virtude.

As coisas futuras ou presentes devem-se ter em mente na exortação e na dissuasão, pois elas são contrárias. Mas, como o objetivo do que delibera é o conveniente, e as pessoas deliberam sobre os meios que a ele conduzem e não pelos meios, e como os meios são o que é conveniente sobre as ações, e o que é conveniente é bom:

Entendemos por bom o que é digno de ser escolhido em si e por si, e aquilo em função de que escolhemos outra coisa; também aquilo a que todos aspiram, tanto os que são dotados de percepção e razão, como os que puderem alcançar a razão; tudo o que a razão pode conceder a cada indivíduo, e tudo o que a razão concede a cada

indivíduo em relação a cada coisa, isso é bom para cada um; e tudo o que, pela sua presença, outorga bem-estar e autossuficiência; e a própria autossuficiência; e o que produz ou conserva esses bens; e aquilo de que tais bens resultam; e o que impede os seus contrários e os destrói. Sobretudo, cada um considera o que é bom de acordo com seu gosto (ARISTÓTELES, [s.d.], p. 32).

O maior e mais efetivo meio de aconselhar bem é compreender as diferentes formas de governo e distinguir suas características. Todos se deixam persuadir pelo que é conveniente, ou seja, pelo que preserva o Estado. Além do mais, é soberana a manifestação do soberano, e nisso variam as diversas formas de governo; e quantas são as formas de governo, são as manifestações de soberania.

Podemos dividir as formas de governo em democracia, na qual o povo exerce a soberania; oligarquia, em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas do mesmo partido, classe e até mesmo da família; aristocracia, baseada em privilégios de uma classe de poder formada por nobres; e a monarquia, em que um só é senhor de todos.

O fim da democracia é a liberdade; o da oligarquia é a riqueza; o da aristocracia é a educação e as leis; e da monarquia, a defesa pessoal. Portanto, devem-se distinguir os hábitos, as instituições e os interesses, pois é em relação ao fim que a escolha é feita. O caráter de cada uma das formas de governo é o elemento mais persuasivo em cada uma delas.

GÊNERO EPIDÍTICO

O gênero epidítico é um dos gêneros retóricos distinguido por Aristóteles em sua *Arte Retórica*, em que o orador toma uso da palavra para louvar ou censurar. O tempo predominante usado nesse gênero é o presente, mesmo que isso não exclua o uso de fatos passados e as possíveis presunções do futuro.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), Aristóteles se inspirou nos concursos oratórios que ocorriam durante os jogos olímpicos para caracterizar as particularidades do gênero epidítico. Nesse contexto, os auditores comportavam-se como espectadores, e se esses tinham alguma missão ali a cumprir, era a de designar o vencedor, aquele cujo discurso merecia receber os louros da vitória.

O auditório, nesse sentido, assume uma posição de julgador e de adesão ou não às teses e argumentos apresentados pelos oradores: “É ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 27). Nesse contexto de jogos olímpicos, os discursos eram tratados como espetáculos de teatro ou disputas atléticas em que a finalidade era a avaliação dos participantes.

O gênero epidítico, assim como os demais gêneros retóricos, tem papel fundamental na concretização da persuasão do auditório. “O gênero epidítico é central, pois o seu papel é intensificar a adesão a valores sem os quais os discursos que visam a ação não poderiam encontrar a alavanca para comover e mover os seus auditores” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 38). Nesse sentido, aponta-se que o elogio ou a censura são relevantes na função de mover fortemente o auditório de acordo com os valores compartilhados com o orador.

Na visão aristotélica, o gênero epidítico, por tratar do elogio e da censura, trata da virtude e do vício, do belo e do disforme, e isso é a base para a construção discursiva do orador. O autor também aponta que a virtude é a faculdade que permite adquirir e guardar bens e a injustiça é o vício pelo qual se retém o que é dos outros, contrariamente à lei (ARISTÓTELES, s.d.). Essa dicotomia do gênero epidítico é sua característica por se tratar de um gênero que louvará (virtude) ou censurará (a injustiça), conforme já apontado aqui, com os valores partilhados de um auditório universal.

O orador emitirá um elogio a uma pessoa quando essa tiver como prática todas as características da virtude, pois quem age com justiça, coragem, prudência e sabedoria é digno de receber um discurso de elogio. Indubitavelmente, esse discurso laudatório tem como função persuadir o auditório por meio de palavras que realçam as qualificações aqui citadas.

Esse tipo de discurso é muito comum em ocasiões triviais na sociedade contemporânea, como num funeral, em cerimônias de formatura, religiosas, entre outras. Num elogio fúnebre, o falecido em questão é sempre qualificado pela sua sabedoria, justiça e retidão enquanto era vivo. O que não impede que seus vícios e defeitos em vida não possam ser ressaltados. Nesse mesmo sentido, professores e personagens bíblicos e religiosos são qualificados sempre em suas virtudes como modelos a serem seguidos de forma inequívoca pelo auditório.

Da mesma forma, o orador que usa o discurso de censura também busca persuadir o auditório para um determinado fim. Um promotor público usará o discurso de censura sempre com o objetivo de desqualificar o acusado. Esse objetivo será alcançado no e pelo discurso quando persuadir os jurados e o juiz de que o réu merece ser condenado. Nessa perspectiva, o gênero epidítico, ao contrário dos tempos antigos na Grécia, em que o auditório era apenas espectador, tem um novo cenário, que requer de um auditório tomada de posição em relação à acusação, ou seja, o gênero epidítico é usado como prova, com palavras ligadas ao *pathos*, para mover esse mesmo auditório a tomar uma decisão.

Essa interferência, que tem ainda maiores possibilidades de ocorrer se a situação evoluiu no intervalo, acarreta uma dupla consequência: de um lado, a avaliação da eficácia de um discurso é aleatória, de outro, a adesão por ele provocada sempre pode ser utilmente reforçada. É nessa perspectiva, por reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta, que o discurso *epidíctico* é significativo e importante para a argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 55-56).

Na visão dos autores, o orador não está preocupado com o seu *ethos* e nem com a consequência para si próprio, mas com a argumentação e com a eficácia da persuasão diante do auditório, mediante os valores compartilhados “sobre os quais não pairam dúvidas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 56). Em outras palavras, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) apontam que os discursos epidícticos apelam para uma ordem universal de valores incontestáveis.

Aristóteles nos diz que:

A liberalidade é a virtude de fazer bem com o dinheiro. A avareza é o contrário. A magnanimidade é uma virtude de grandes benefícios; a mesquinhez o seu contrário. A magnificência é a virtude de fazer coisas grandes e custosas; a mesquinhez e a miséria os seus contrários (ARISTÓTELES, s.d., p. 86).

Assim, podemos identificar que, nos tempos contemporâneos, o louvor e a censura aos atos de muitas personagens públicas e políticas podem ser facilmente identificados segundo o que Aristóteles já na Grécia Antiga categorizava, na retórica epidíctica, como o que era digno ou não de louvor. Fazer o bem e o seu contrário nas políticas públicas são atos que fazem parte do dia a dia da nossa sociedade contemporânea.

Dessa forma, no gênero epidíctico, no que se refere ao elogio ou à censura, haverá, indubitavelmente, um grande uso de qualificadoras das ações e uma amplificação e valorização de conceitos incontestáveis, como já foi demonstrado. Para Aristóteles (s.d.), a amplificação é uma das características do gênero epidíctico, pois se caracteriza em ampliar a superioridade, o belo e as virtudes ou os seus contrários. Sob o ponto de vista da argumentação e das formas de persuadir o auditório, isso é fundamental na hora de louvar ou censurar um ator e/ou personagem pública, pois consiste em materializar uma das provas retóricas que é o *ethos*.

Nessa perspectiva, o gênero epidíctico se materializa na busca de um realce maior, seja no elogio ou na censura dos atos praticados. A valorização também tem papel relevante na adesão do auditório, pois, como já dito, os valores compartilhados por este são fundamentais para buscar a adesão dos espíritos.

O fato de o *epidíctico* ser destinado a promover valores sobre os quais há concordância explica que se sinta a impressão de um abuso quando por ocasião de um discurso, alguém toma posição numa matéria controversa, desvia sua argumentação para valores contestados, introduz dissonâncias numa circunstância criada para favorecer a comunhão numa cerimônia fúnebre por exemplo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1999, p. 59).

Valorizar e amplificar os argumentos que são usados no gênero epidíctico faz parte da argumentação e move as paixões no auditório de forma que este seja persuadido com base nos valores compartilhados pelos seus membros.

GÊNEROS MILITAR E SACRO

O discurso militar tem como auditório as tropas militares. Nesse discurso ganha destaque o tom de voz dos oradores.

A oratória militar é utilizada pelos oficiais quando dirigem às tropas, na guerra ou na paz, alocações, ordens do dia, pronunciamento em datas cívicas. Os discursos militares destacam-se pela tonalidade, pelo tom de voz elevado e positivo (POMBO, 2001, p. 17).

Segundo Moraes (1963), o gênero militar é o que designa o uso da palavra nos pátios dos quartéis, nas solenidades de formatura dos cadetes, nos campos de manobra. Deve munir-se de precisão, objetividade, gravidade e patriotismo.

A persuasão do orador no discurso militar é imprescindível para que se faça uma perfeita execução das ordens e tenha-se completo entendimento das regras da Instituição. O *ethos* do orador é de autoridade, em seu discurso há a imposição de procedimentos e técnicas de instrução que não permitem questionamentos por parte do auditório (CITELLI, 2007).

Em contrapartida, conforme assinala Pombo (2001), o gênero sacro destaca-se pela subjetividade e imprecisão. É realizado em igrejas ou lugares semelhantes. É a oratória que oferece subsídios para o relacionamento do homem com Deus. Próprio das coisas divinas, predomina nos conventos e nos mosteiros.

A função do orador é transmitir, por meio da palavra, os ensinamentos da doutrina cristã. O discurso também é chamado “pregação” e quem o profere, “pregador”.

Segundo Castro (2008), a oratória praticada pelo Padre Vieira e seu contemporâneo Antônio de Sá, fundava-se na leitura de oradores e teóricos clássicos, principalmente Aristóteles, Cícero e Quintiliano.

A oratória sacra visa a convencer o ouvinte por meio da emoção e da razão. Divide-se em cinco partes, segundo os modelos tradicionais da retórica: tema, introito, invocação, argumentação e peroração (MOISÉS, 2008).

O êxito do sermão, além da grandiloquência do orador, deve-se à sequência lógica do que será explanado ao ouvinte. No tema, o pregador evoca uma passagem bíblica que ilustre o assunto sobre o qual vai pregar. Essa passagem será retomada várias vezes durante o sermão. É o enunciado da tese. No introito, expõe o plano geral do sermão e antecipa seus elementos essenciais à compreensão do argumento. Na argumentação, propõe a tese e a sustenta com exemplos bíblicos. Na peroração, apresenta a conclusão e exorta os princípios morais que moveram toda a argumentação. É nesse momento que o pregador busca a adesão do auditório (CASTRO, 2008).

A impossibilidade de resgatar a eloquência presente nos discursos orais nos deixa à mercê de transcrições dos próprios autores, de relatos testemunhais de seus contemporâneos ou de registros históricos. Padre Vieira, por exemplo, editou mais de 200 de seus sermões. Segundo Bosi (1977),

de Vieira ficou o testemunho de um arquiteto incansável de sonhos e de um orador complexo e sutil, mais conceptista do que cultista, amante de provar até o sofisma, eloquente até à retórica, mas assim mesmo, ou por isso mesmo, estupendo artista da palavra (BOSI, 1977, p. 49).

No Sermão da Sexagésima, pregado na Capela Real de Lisboa, em 1655, Padre Vieira expõe toda sua capacidade de orador, fruto de anos de educação jesuítica. Ressalta-se que, desde a Idade Média, segundo Fiorin (2014), “a base de toda educação é o *septennium*, que prepara para a teologia, que reina sobre as sete artes liberais, súpula do conhecimento humano desinteressado” (FIORIN, 2014, p. 59). O *septennium* é dividido em duas partes: o *trivium* (gramática, dialética e retórica), que estuda a linguagem; e o *quadrivium* (música, aritmética, geometria e astronomia), que estuda a natureza.

Segundo Genette (1975, apud FIORIN, 2014), a retórica restringiu-se, ao longo da História, em duas teorias: uma da argumentação e da composição e outra da elocução. Esta, por sua vez, reduziu-se mais ainda em uma teoria das figuras (tropologia ou teoria dos tropos). De qualquer forma, os sermões de Padre Vieira são bons exemplos de discurso retórico e de oratória. Se é difícil a tarefa de identificar características de eloquência em textos escritos, o que nos conforta é a possibilidade de se verificar tais características justamente na elocução dos discursos do padre jesuíta.

Como o Sermão da Sexagésima, dividido em dez partes, é muito extenso para este artigo, optamos por analisar alguns trechos que melhor expõem a eloquência de Padre Vieira e que apresentam elementos do gênero sacro: tema, introito, invocação, argumentação e peroração. O termo “sexagésima” alude à data em que o sermão foi proferido: de acordo com o calendário litúrgico católico da época, tratava-se do penúltimo domingo antes da Quaresma, que corresponde ao sexagésimo dia antes da Páscoa.

O tema do Sermão da Sexagésima é o próprio ato ou a arte de pregar o Evangelho e é explicitado na abertura do discurso: “Sêmen est verbum Dei” (“A semente é a palavra de Deus”), no livro de São Lucas 8, versículo 11. Em seguida, no introito, diz:

E se quisesse Deus que este tão ilustre e tão numeroso auditório saísse hoje tão desenganado da pregação, como vem enganado com o pregador! Ouçamos o Evangelho, e ouçamo-lo todo, que todo é do caso que me levou e trouxe de tão longe (VIEIRA, 1965, p. 1).

Observamos que Padre Vieira elogia seu auditório particular (provavelmente, a nobreza católica de Portugal), utiliza lugares de qualidade (“tão ilustre”) e de quantidade (“tão numeroso”). Como era visto pela nobreza (e pela própria Igreja) com desconfiança devido a suas posições favoráveis aos índios, escravos e cristãos novos (BOSI, 1977), Padre Vieira parte de uma hipótese que elege Deus como autoridade inquestionável: “E se quisesse Deus que [...] o auditório saísse tão desenganado da pregação, como vem enganado com o pregador!”. E, ao final, antecipa a analogia que virá no parágrafo seguinte: “Ouçamos o Evangelho [...] que me levou e trouxe de tão longe”. Aqui, há outra justificativa do pregador que sai de sua terra para pregar em lugares distantes e merece reconhecimento. Não seria difícil de imaginar Padre Vieira gesticulando e modulando a voz para alcançar o mais distante e desatento dos cristãos. A exclamação em “enganado com o pregador!” viria acompanhada de uma ou duas mãos apontando para si mesmo e, depois, para o público, como forma de equiparar a relação de pregador e auditório.

Na continuação do sermão, temos:

Ecce exiit qui seminat, seminare. Diz Cristo que ‘saiu o pregador evangélico a semear’ a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também faz caso do sair: Exiit, porque no dia da messe hão-nos de medir a semente e hão-nos de contar os passos. O Mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dispendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os

que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na Pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a semeadura; aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a semeadura e hão-lhes de contar os passos. Ah Dia do Juízo! Ah pregadores! Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos: Exiit seminare (VIEIRA, 1965, p. 1).

Segundo Padre Vieira, há dois tipos de pregadores: os que pregam onde vivem e os que saem para pregar em lugares distantes. Obviamente, o jesuíta está entre o segundo tipo, como deixa claro em “trouxe de tão longe”. Vieira analisa e manipula as palavras para obter o efeito que deseja. Assim, ao longo do sermão, utiliza-se de analogias, exemplos, metáforas, trocadilhos (ou paranomásias), quiasmos, antíteses, anáforas. No parágrafo em análise, usa um quiasmo (elementos dispostos de forma cruzada) para justificar o valor dos pregadores: “Entre os semeadores do Evangelho *há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair*” (grifo nosso). Cada um será recompensado de acordo com a “semeadura”. O cálculo da pregação será aferido no “Dia do Juízo”. Na conclusão do parágrafo, a eloquência da fala é explícita, com interjeições, vocativos e exclamações: “Ah Dia do Juízo! Ah pregadores!”. Aqui também não é difícil visualizar um Padre Vieira de punho em riste e olhar penetrante em busca de aprovação do auditório. Reverência aos Céus e humildade de se reconhecer, embora padre, pecador, mortal, homem, como o seu auditório de fieis.

Mas, o curioso desse trecho é o final: “Os de cá, achar-vos-eis com mais paço; os de lá, com mais passos”. Padre Vieira faz ao mesmo tempo um trocadilho e um quiasmo com as palavras “paço” (palácio, habitação luxuosa feita para a realeza) e “passos” (ato de deslocar-se pelo andar) e parece ironizar o sedentarismo dos religiosos que não saem para pregar – crítica velada aos dominicanos. Há ainda o sentido da acumulação, com o uso de “mais”, como advérbio de intensidade para “paço” e de quantidade para “passos”. O auditório precisaria distinguir os sentidos dos dois termos mais pelo contexto, pois são palavras homófonas heterógrafas. Certamente, o orador, neste ponto, deveria valer-se de todos os recursos da oratória e da eloquência: gestos, prosódia e proxêmica. Apontaria para a capela e para a janela em “os de cá” e “os de lá”, falaria pausadamente P-A-Ç-O e P-A-S-S-O-S, talvez a andar diante do púlpito e a aproximar-se do auditório, com o corpo projetado ligeiramente à frente.

Como não há uma invocação clara, pode-se inferir que o discurso invoca Jesus Cristo, autor da parábola do bom semeador e tratado no sermão como “o semeador do Céu”.

Na parte II, Padre Vieira introduz a parábola do trigo e dos tipos de pregadores e de pregações que existem – que será a base argumentativa de todo o ser-

mão –, questiona a eficácia da pregação da palavra de Deus e cita diversos exemplos de passagens bíblicas e fatos ocorridos no Maranhão.

Na parte III, defende a ideia de que para uma alma se converter por meio de um sermão, é preciso haver três “concurtos”:

há-de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há-de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há-de concorrer Deus com a graça, alumando. *Para um homem se ver a si mesmo*, são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz. Se tem espelho e é cego, não se pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos, e é de noite, não se pode ver por falta de luz. Logo, há mister luz, há mister espelho e há mister olhos. *Que coisa é a conversão de uma alma, senão entrar um homem dentro em si e ver-se a si mesmo?* (VIEIRA, 1965, p. 3, grifos nossos).

Percebemos que o pregador é o responsável pela persuasão por meio do discurso (doutrina) e da construção de seu *ethos* de orador. Ao ouvinte, e seu *pathos*, cabe a tarefa de compreender o discurso – a depender da distância entre a produção e a atribuição de sentidos e a intencionalidade do orador. E a Deus compete abençoar e iluminar o ouvinte para que assimile a razão da sua palavra (*logos*). Em seguida, Padre Vieira conduz o auditório a um raciocínio lógico em que a premissa é: “Para um homem se ver a si mesmo, são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz”. Demonstra a relação de dependência entre os elementos e argumenta:

O pregador concorre com o espelho, que é a doutrina; Deus concorre com a luz, que é a graça; o homem concorre com os olhos, que é o conhecimento. Ora suposto que *a conversão das almas por meio da pregação depende destes três concursos*: de Deus, do pregador e do ouvinte, por qual deles devemos entender que falta? Por parte do ouvinte, ou por parte do pregador, ou por parte de Deus? (VIEIRA, 1965, p. 3, grifo nosso).

Notamos que Padre Vieira utiliza um jogo de paralelismos – embora criticasse o cultismo barroco pelo excesso de figuras e rebuscamentos que dificultam a compreensão do ouvinte – a fim de equiparar o pregador ao espelho e à doutrina (pela persuasão); o homem (ouvinte) aos olhos e à compreensão da doutrina (pela percepção); e Deus à luz e à graça (pela iluminação).

Se a graça de Deus é inquestionável e a percepção do ouvinte é de natureza diversa, pois podem ser bons e receptivos ou maus, “duros” como pedras e “espinhosos”, logo, a culpa pela ineficácia da pregação do Evangelho só pode ser do pregador. Para chegar a essa conclusão junto com seu auditório, Padre Vieira concentra esforços na elocução que, ainda que carregada nas figuras de linguagem, procura não se perder em malabarismos sintáticos para não se desviar do objetivo principal: a adesão do auditório.

Na parte IV, Padre Vieira explica que “no pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo, a voz. A pessoa que é, e ciência que tem, a matéria que trata, o estilo que segue, a voz com que fala” (VIEIRA, 1965, p. 4). Em relação ao estilo, Padre Vieira diz:

Será porventura o estilo que hoje se usa nos púlpitos? Um estilo tão empecado, um estilo tão dificultoso, um estilo tão afectado, um estilo tão encontrado a toda a arte e a toda a natureza? Boa razão é também esta. O estilo há-de ser muito fácil e muito natural. Por isso Cristo comparou o pregar ao semear: *Exiit, qui seminavit, seminavit. Compara Cristo o pregar ao semear, porque o semear é uma arte que tem mais de natureza que de arte.* Nas outras artes tudo é arte: na música tudo se faz por compasso, na arquitetura tudo se faz por regra, na aritmética tudo se faz por conta, na geometria tudo se faz por medida. O semear não é assim. É uma arte sem arte caía onde cair. Vede como semeava o nosso lavrador do Evangelho. ‘Caía o trigo nos espinhos e nascia’: *Aliud cecidit inter spinas, et simul exortae spinas.* ‘Caía o trigo nas pedras e nascia’: *Aliud cecidit super petram, et ortum.* ‘Caía o trigo na terra boa e nascia’: *Aliud cecidit in terram bonam, et natum.* Ia o trigo caindo e ia nascendo (VIEIRA, 1965, p. 4, grifo nosso).

Critica abertamente o cultismo barroco, utiliza mais paralelismos e anáforas, com “tudo se faz...” e “caía o trigo...”. Outra vez o efeito da repetição necessária para a assimilação do auditório. E, como em todo sermão, as frases em latim que autorizam a fala do orador são utilizadas sem parcimônia. São também evidências, posto que são retiradas do Sagrada Escritura e traduzidas imediatamente antes ou após serem citadas. Nesse sentido, seu conceptismo é construído pela necessária repetição de palavras e termos a fim de fixar conceitos. O auditório é ao mesmo tempo persuadido pela justeza das analogias (espelho, olhos, luz, semeador, trigo, pedras, espinhos) e convencido pela propriedade das ideias como conclusões necessárias, evidentes, senão lógicas. As escolhas lexicais, a progressão temática semântica a cada tópico e a sólida base argumentativa tornam o sermão não só atraente, mas eficaz.

Há advertências explícitas quanto ao ato de pregar. Padre Vieira não poupa críticas e se inclui entre os faltosos. Diz que “o pregar que é falar faz-se com a boca; o pregar que é semear, faz-se com a mão. Para falar ao vento, bastam palavras; para falar ao coração, são necessárias obras” (VIEIRA, 1965, p. 4) e, para não cair em contradição, as suas palavras no púlpito não deveriam ser proferidas sem a colaboração do corpo. Ao afirmar que o pregador deve ser um exemplo a ser visto, pregar aos olhos e não só aos ouvidos (cf. VIEIRA, 1965), recomenda que, para além da vida exemplar e seguidora dos preceitos morais e cristãos, o orador, como exemplo vivo de sua pregação, fale ao auditório com o corpo e com alma.

A essa altura do sermão, Padre Vieira já citara diversas passagens bíblicas do Velho e do Novo Testamentos, com episódios envolvendo Moisés, Davi, Jonas, Jacó, Lucas, Mateus, João Batista, entre outros. Tanta ilustração propicia momentos de digressão para prender a atenção do auditório que, se cristão, se regozija pela visão suscitada nas descrições do jesuíta, e se não cristão, se desperta para conhecer tantas “histórias”. Mas, o tema sempre é recuperado: “Se os ouvintes ouvem uma coisa e veem outra, como se hão-de converter?” (VIEIRA, 1965, p. 5). Logo, não basta um discurso pomposo, bem construído, se não falar ao coração do ouvinte.

A argumentação, que permeia todo o sermão, é seguida de propostas de intervenção, como na parte VI, em que fala da importância de focar um só tema em uma pregação:

Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades; há-de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto (VIEIRA, 1965, p. 6).

Nesse trecho está todo o sistema do discurso retórico, exposto pelo salutar abuso da anáfora “Há-de”. E qual é a melhor forma de utilizar anáfora senão pela maior entonação a cada frase? Outra vez, é possível imaginar Padre Vieira, a cada uma das dezesseis repetições, direcionar o olhar a, pelo menos, dezesseis ouvintes, em diferentes pontos da capela, de modo a contemplar a totalidade do auditório. E, para não ser contraditório, falar pausadamente e sem bradar, pois a temperança de um bom orador, como virtude e benevolência, traduz-se na interação, em advertir sem impor, criticar sem humilhar, persuadir e convencer, sem nunca oprimir.

Por fim, na peroração do gênero sacro, Padre Vieira retoma o introito (o engano do auditório com o próprio orador):

Com isto tenho acabado. Algum dia vos enganastes tanto comigo, que saíeis do sermão muito contentes do pregador; agora quisera eu desenganar-vos tanto, que saíeis muito descontentes de vós. *Semeadores do Evangelho, eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões*: não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições e, enfim, todos os seus pecados (VIEIRA, 1965, p. 11, grifo nosso).

Assim, para um bom pregador, segundo Padre Vieira, é preciso que o sermão faça o ouvinte refletir sobre si mesmo, perceber suas próprias falhas e procurar mudar sua postura. A exortação é clara quando o orador usa o vocativo “semeadores do Evangelho” e oferece uma solução para o problema apresentado desde o início do sermão. Diminui ao máximo a distância com o auditório em: “eis aqui o que *devemos pretender* nos *nossos* sermões”, com o uso da primeira pessoa do plural. A exortação continua no último parágrafo, quando Vieira adverte que por se estar “às portas da Quaresma”, é tempo de se armar contra os vícios: “Pregue-mos e armemo-nos todos contra os pecados, contra as soberbas, contra os ódios, contra as ambições, contra as invejas, contra as cobiças, contra as sensualidades” (VIEIRA, 1965, p. 11).

Como vemos, o tema a ser desenvolvido na oratória sacra precisa alimentar-se do cotidiano, da realidade de seu tempo, do tipo de auditório, pois este determina o teor da explanação. Só assim o orador terá a completa adesão do ouvinte.

GÊNERO DE CIRCUNSTÂNCIA E GÊNEROS MISTOS DE ELOQUÊNCIA

O gênero oratório de circunstância é aquele que “exprime, ocasionalmente, ideias e sentimentos motivados por acontecimentos particulares da vida pública, social ou familiar: festividades cívicas, religiosas, exéquias, aniversários, brindes, cumprimentos, inaugurações, paraninfados, etc.” (MORAES, 1963, p. 70). Os discursos nesses contextos precisam ser sempre atuais, corretos, elegantes, tratados com tato e propriedade, tanto no estilo quanto na declamação.

Há também os “gêneros mistos de eloquência”, divididos em duas categorias: eloquência poética e eloquência didática. A primeira busca mais agradar do que convencer ou persuadir. Após explicar que esses discursos de aparato serviam mais como pretexto para pura exibição de talentos oratórios, Moraes (1963) confessa seu desprezo pela forma como poetas parnasianos utilizavam-nos nos primeiros anos do século XX: “Olavo Bilac, Coelho Neto e outros [...] faziam extensas conferências e, o que é de pasmar, com entradas pagas. Atualmente é coisa, graças a Deus, superada” (MORAES, 1963, p. 71).

A eloquência poética era utilizada como “elogios acadêmicos” e “discursos de admissão” nas Academias. Por sua vez, a eloquência didática era útil para o ensino na forma de recursos e atrativos da palavra falada, como em “aulas, palestras, dissertações e conferências de conteúdo literário, artístico, moral, filosófico ou científico” (MORAES, 1963, p. 71).

Ao fazermos uma breve digressão, vemos que, de acordo com Senger (1960, p. 19), a eloquência em Atenas, na Grécia Antiga, reunia as melhores condições para o seu desenvolvimento: “língua sonora e harmoniosa, população inteligente e viva, constituição democrática que solicita participação ativa de todos os cidadãos”. Logo, a combinação desses elementos e “a evolução constante de um ensino metódico conduz a arte oratória à perfeição” (SENGER, 1960, p. 19). E um dos responsáveis por essa realização teria sido Aristóteles, “o filósofo da eloquência”, que soube conciliar a utilidade com a arte e, “levando em conta a psicologia das multidões, dá ao estilo e ao raciocínio, à forma e ao fundo, a justa medida adaptada aos diversos gêneros da eloquência” (SENGER, 1960, p. 20).

Segundo Ramírez Trejo (2002 apud SIQUEIRA, 2008), na introdução de sua tradução da *Retórica* de Aristóteles (2002), durante muitos anos, “a eloquência manteve-se assim até que o Estagirita veio a modificar inteiramente a visão sobre ela. De fato, o filósofo resolveu a incerteza entre a verdade e o verossímil, tratou os discursos de maneira científica e definiu a retórica como uma arte” (RAMÍREZ TREJO, 2002 apud SIQUEIRA, 2008, p. 62). Para Aristóteles, a verdade é essencial ao discurso, pois somente ela persuade. No entanto, segundo Siqueira (2008), há uma aporia da verdade em Aristóteles:

O ser, enquanto ser, é verdadeiro, mas a verdade não está nas coisas, mas na mente dos homens. Portanto, em Aristóteles, a verdade ocorre de duas maneiras: uma verdade do ser, ela existe por si mesma, e outra verdade atribuída na síntese do juízo ou do discurso. A verdade está em conformidade com a realidade (SIQUEIRA, 2008, p. 62).

De acordo com Cícero, que deu um novo impulso à retórica antiga, “a eloquência era a arte de dizer adequadamente para persuadir” (REYES CORIA apud SIQUEIRA, 2008, p. 62). Dizia Cícero que a retórica pode servir tanto para o bem como para o mal e que o mau uso da eloquência, no entanto, deve-se à falta de sabedoria. Logo, o orador deve saber discernir o que é decoroso ou conveniente na vida, do contrário poderia cometer erros na própria vida e na oratória. Consequentemente, a eloquência deveria ser utilizada apenas em causas justas, porque também era considerada uma proteção para a República. Enfim, o poder da palavra deve ser usado para favorecer a segurança, a honra, a fecundidade e o brilho. Quintiliano também defendia essa mesma posição: a arte do bem dizer só deve ser usada para o bem (SIQUEIRA, 2008, p. 62).

Em suma, os gêneros do discurso oratório, em suas variadas finalidades: jurídica, deliberativa, epidítica, militar, sacra, circunstanciais ou mistas, fundamentam-se na instauração de um acordo prévio entre orador e auditório, ponto

de partida de toda argumentação. O êxito do discurso deve-se à adaptação do orador ao auditório e das técnicas argumentativas utilizadas para se obter a persuasão de seu ouvinte.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho, 15. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____. *Retórica*. Introducción, traducción y notas de Arturo Edmundo Ramírez Trejo. Ciudad de México: UNAM, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CASTRO, Aníbal Pinto de. *Retórica e teorização literária em Portugal: do Humanismo ao Neoclassicismo*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1951.

FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9 (1), p. 53-70, jan.-jul. 2014.

GENETTE, Gérard. A retórica restrita. In: COHEN, Jean et al. *Pesquisas de retórica*. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2008.

MORAES, Rubens Arantes de. *Curso de Prática Oratória*. 5 ed. São Paulo: SESI / Departamento Regional de São Paulo / Divisão de Orientação Social, 1963.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

POMBO, Ruthe Rocha. *Curso de oratória CAEF*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RAMÍREZ TREJO, Arturo Edmundo. Introducción, traducción y notas. In: _____. ARISTÓTELES. *Retórica*. Ciudad del México: UNAM, 2002.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REYES CORIA, Bulmaro. *Límites de la retórica clásica*. Ciudad de México: UNAM, 2004.

SENGER, Jules. *A arte oratória*. Tradução de Carlos Ortiz. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. (Coleção Saber Atual).

SIQUEIRA, Ernane Alves. *Probare, delectare, flectere*: eloquência e retórica no Pro Mu-rena de Cícero. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão da Sexagésima. In: *Sermões Escolhidos*. v. 2. São Paulo: Edameris, 1965. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000034.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

7

CAPÍTULO

“AUTOAJUDA” PARA BEM FALAR EM PÚBLICO

Acir de Matos Gomes

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo apresentamos algumas técnicas de Oratória¹ disponíveis em livros facilmente encontrados em bancas de jornal, livrarias, *sites* e vídeos nas redes sociais e fazemos uma análise dos seus conteúdos para verificar a possibilidade de classificá-los no gênero literário de “autoajuda” para falar bem em público,

¹ Grafamos Oratória para nos referimos à arte e técnica dotada de cientificidade, enquadramento teórico, enquanto que oratória, a qualquer conversa, fala, discurso, comunicação corriqueira.

embora a nossa classificação divirja da de Pombo (2016, p. 25-27), que apresenta como gêneros da oratória “a sacra, a política, a jurídica, a militar, a acadêmica, a empresarial, a panegírica, a artística, a esportiva, a jornalística, a comercial, a didática, a parlamentar e a festiva”.

Conceituamos Oratória como arte e técnica de falar bem para um auditório, praticada por um orador que fala para uma assembleia, para um público com finalidade de persuadir ou convencer, e que está diretamente ligada à eloquência. Para Isócrates, “é a arte da persuasão” (QUINTILIANO, 2015, p. 325) e para Areu “consiste em emitir o discurso com a excelência da expressão”. (QUINTILIANO, 2015, p. 341). Pombo (2016, p. 173) a define como “ciência e arte de falar com clareza diante de um público. É uma palavra latina que significa: falar, argumentar, declamar, discursar e convencer”. Logo, não é o falar consigo mesmo ou por meio da escrita, embora reconheçamos que há comunicação não verbal, desprovida de sons da fala, que também compõe atributos da Oratória.

PROPRIEDADES DA FALA NA ORATÓRIA

O ser humano utiliza a oratória desde o primeiro momento em que falou para se comunicar. A fala é uma fonte inesgotável de valores e inseparável do homem, revela os pensamentos, os sentimentos e os desejos, e é por meio dela que o homem influencia e é influenciado; portanto, é uma marca da personalidade que insere o homem na comunidade, tanto que Aristóteles (2001, p. 12) afirma ser o homem um animal cívico agraciado pela natureza com “o dom da palavra”, que não se confunde com “sons da voz”, entendidos como “expressão de sensações agradáveis ou desagradáveis, de que os outros animais são, como nós, capazes”. Para o autor, a “palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil” (ARISTÓTELES, 2001, p. 12) e, portanto, um dom que diferencia o homem dos demais animais. Pombo (2016, p. 173) ressalta que o homem que sofre para se expressar, por ansiedade, medo, timidez ou por obscuro processo de raciocínio, anula ou ofusca a sua personalidade.

Nesse mesmo sentido,

O que dizemos e como dizemos constrói nossa reputação, forma impressões e influência em nossa imagem, contribuindo para sermos aceitos ou rejeitados pelos grupos humanos. É falando que a personalidade se revela. A palavra é a forma de expressão da personalidade. Muitos se preocupam mais com a aparência, as roupas, as maneiras, o conjunto. Mas se desejamos impressionar favoravelmente os outros, a impressão que mais se fixa é o modo pelo qual falamos (PENTEADO, 2012, p. 367).

O significado da palavra dom utilizada pelos autores ao se referirem à oratória, para nós, cria um efeito de sentido que nos remete à divindade, aos poderes

sobrenaturais, ocultos, à magia e à doação; portanto, falar bem é um dom (doado para alguns), mas também uma habilidade/competência que pode ser trabalhada e melhorada com técnicas capazes de revestir o orador de meios para levar os ouvintes a se deleitarem com o discurso, como também a agirem e se sentirem não só persuadidos pelas paixões despertadas, mas também convencidos pelos argumentos lógicos bem empregados.

Os léxicos “magia”, “mago” e “palavras mágicas”, empregados por Ribeiro (2002), ao longo de sua obra, reforçam a ideia de que falar bem é como “acionar uma fórmula mágica”, tanto que, praticando a “magia” ensinada no livro, qualquer pessoa “poderá tornar-se um verdadeiro mago da comunicação”; afirmação essa que pode ser considerada apenas como verossímil, pois a Oratória exige outras habilidades e conhecimentos não abordados pelo livro. Oratória não é magia. Ninguém se torna um orador com um simples passe de mágica. Exige-se empenho, dedicação, estudo, treino, amadurecimento, coragem, um conjunto de valores e atributos pessoais constituintes do orador e de técnicas e ferramentas adequadas.

Para Anderson (2016, p. 11) há na fala um “conjunto de ferramentas” que constituem o orador, como o “tom da voz”, que permite aos ouvintes captar sua “vulnerabilidade, inteligência e sua paixão” e explorar “qualificações inconscientes que foram aprimoradas ao longo de centenas de milhares de anos”. “A facilidade para falar em público não é um dom congênito concedido a alguns felizardos, mas um amplo conjunto de aptidões” (ANDERSON, 2016, p. 19). Referido autor, ao descrever o desempenho de uma palestrante, também compara o poder da comunicação ao da magia: “A mulher que fala no palco está criando prodígios, e não lançando feitiços. Mas suas aptidões são tão poderosas quanto qualquer ato de magia” (ANDERSON, 2016, p. 9). A “magia”, o “milagre da recriação” tem estreita ligação com as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*), e sua aplicação, embora tratada nos livros de autoajuda oratória como algo mágico, revela fragmentos da arte Retórica, que nada tem de magia, mas de cientificidade.

A linguagem só produz magia quando partilhada entre falante e ouvinte. E essa é a chave para que se realize o milagre de recriar suas ideias no cérebro de outras pessoas. Você só pode usar as ferramentas a que sua plateia tem acesso. Se usar apenas a sua linguagem, seus conceitos, seus pressupostos e seus valores, não terá sucesso. Então, em vez disso, utilize os deles. Só a partir dessa base comum os ouvintes podem começar a construir a sua ideia na mente deles (ANDERSON, 2016, p. 29-30).

Essa citação traz em si a ideia de que o orador, aquele que fala para convencer, sempre está envolto no interdiscurso, “nunca está sozinho”, o discurso não é um “acontecimento isolado”, pois sempre remete a outros discursos com o quais

pode ou não concordar. O bom orador é aquele que sabe falar, mas também o que compreende o discurso do outro e consegue “sopesar a força de seus argumentos e, sobretudo captar o não-dito” (REBOUL, 1998, p. XVIII-XIX), daí a importância de o orador conhecer as provas retóricas de Aristóteles (s.d.) – *ethos, pathos e logos*.

Há uma interdiscursividade entre o significado da palavra “dom” oratório e o da criação do mundo, previsto na Bíblia Sagrada (2000), no livro de Gênesis, capítulo 1, segundo o qual Deus criou todas as coisas, o céu, a terra, a luz, os animais, o firmamento, as plantas, as ervas e as nominou por força da palavra, no versículo 3: “Deus disse: Faça-se a luz! E a luz foi feita”; somente ao criar o homem, no versículo 26, utilizou-se do plural “façamos o homem à nossa imagem e semelhança”. Disso se depreende que a fala é também um ato performático, um ato de criação, um ato divino, portanto, “um superpoder” disponível a qualquer ser humano.

No ato de falar existe poder e este seduz e nos faz seduzidos por ser fruto de um movimento complexo que envolve valores, desejos e paixões. De acordo com a Bíblia Sagrada (2000), no livro do Gênesis, capítulo 3, foi por meio da palavra que a serpente seduziu Eva, que seduziu Adão e ambos comeram do “fruto proibido”. Por meio da fala, das palavras utilizadas, o orador revela aspectos patêmicos e racionais e constrói junto com o auditório os valores e as verdades que serão ou não aceitos em um determinado contexto sócio-histórico-cultural de uma determinada sociedade. Ao falar, a serpente, que já havia observado os humanos no paraíso, tocou a sensibilidade de Eva e de Adão e ambos se abriram para a porta do desejo, das paixões.

Para Ribeiro (2002, p. 102) “sabendo observar como alguém fala, você pode ‘adivinhar’ como ele pensa e age”. A “serpente” certamente observou Eva e Adão e, por ser um animal “mágico” (dotado do poder humano de falar), “falou” na linguagem dos ouvintes e “revelou” o desejo que eles nutriam. A oratória da serpente também “criou” outra “luz” e “trevas” até então desconhecidas pela realidade humana. Por meio da fala da serpente, Adão e Eva comeram dos frutos e os seus olhos abriram e viram a “luz”, viram que estavam “nus”. Os humanos, mesmo sob a “luz divina”, até então não tinham noção da verdade sobre a nudez que os cercavam. A “magia” da oratória, portanto, está inteiramente ligada ao persuadir e ao convencer. Ao ouvir um bom orador, as suas palavras são como dardos penetrantes, que modificam o modo de pensar, de sentir e de agir. Os olhos, o coração e a mente do ouvinte podem se abrir ou não para o que foi dito. É a força da palavra que pode criar, destruir ou sedimentar valores, crenças e hábitos.

A nudez de Adão e Eva permitiu-lhes experimentar a paixão do medo de falar em público. Desse fato em diante, Adão e Eva passaram a ter medo de Deus, pois “revelaram” as suas personalidades, as intimidades, os *ethe*, ou, numa expressão de Quintiliano (2015, p. 317), com os seus posicionamentos, insinuaram “movimento e impulso”, pois os movimentos podem sugerir “que se está sentado ou deitado”, “nu ou vestido”, ou ainda “dos dois modos”. O bom orador metaforicamente se despe diante do auditório. O auditório, que na grande maioria torce pelo sucesso do orador, consegue sentir se o orador tem capacidade e atributos de um comunicador eficaz. Há nessa relação uma troca, um movimento contínuo de interrelação entre o *ethos* do orador, o *pathos* do auditório e o *logos* do orador.

O que aconteceu com a serpente, Eva e Adão, pode se encontrado, ou revitalizado, em todos os momentos em que um orador se coloca diante de um auditório, pois há conexão com o condicionamento da paixão da felicidade, com o fato de sermos criaturas sociais desejantes do afeto, do respeito e da aceitação dos outros, um movimento revelador do que é conveniente e proveitoso. A Oratória capacita o orador a expressar e experimentar os afetos, as paixões eufóricas e disfóricas, sentimentos esses que são também vivenciados pelo auditório. Romper o medo de falar em público exige dedicação, estudo, conhecimento da situação que desperta essa paixão, mas a alegria e o prazer que a oratória bem-sucedida provoca compensam o esforço.

Os livros de oratória dão algumas dicas de como vencer o medo e esclarecem a sua origem. Polito (2005b, p. 17) pontua que o medo de falar em público é considerado um dos “maiores” do ser humano. Para justificar seu ponto de vista, ele apresenta uma pesquisa realizada pelo jornal *Sunday Times* com a seguinte graduação: “1º – medo de falar em público; 2º – medo de altura; 3º – medo de insetos, problemas financeiros, doenças e águas profundas e 4º – medo da morte”. A origem do medo está ligada ao mecanismo de defesa do ser humano, que, diante de uma situação de perigo, precisa fugir, mas, com a evolução da espécie humana, esse mecanismo natural se aperfeiçoou, se adaptou e se tornou mais eficiente. O organismo humano libera adrenalina, “um hormônio produzido pelas glândulas suprarrenais que, introduzido na corrente sanguínea, aumenta a pressão arterial” (SOUZA, 2017, p. 245). Desta forma, ao ter que falar em público, se a paixão do medo dominar o orador, esse mecanismo de defesa agirá, e como o orador não poderá fugir, a adrenalina não será metabolizada “com a mesma eficiência com que seria se os músculos estivessem se movimentando rapidamente”, o que provocará “um descontrole generalizado no organismo” (SOUZA, 2017, p. 245). Ter medo “não é ser covarde”; aquele advém da falta de conhecimento sobre o assunto, da falta de prática ou experiência em falar em público e da falta de autoconhecimento. É possível transformar o medo “de inimigo em poderoso aliado” (POLITO, 2005b, p. 27 e 48).

Mas, o que significa “falar bem”? Será apenas uma fala sem erro gramatical, com concordância verbal adequada e emprego das palavras corretas? Não. Não é! Para falar bem é preciso metaforicamente ter a ideia de “magia”, para impactar com “algo sobrenatural”, modificar o estado passional do ouvinte e despertar paixões. Não se trata de falar apenas por falar, mas de um falar que modifique de forma positiva os ouvintes e desperte prazer, um falar que pode ser compreendido como parte da arte Retórica, que visa “aproximar os espíritos” ou “negociar as diferenças”, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Nessa mesma linha de pensamento, Mendes, Almeida e Henriques (2010, p. 17) afirmam que “a comunicação rompe fronteiras, promove integração social, vence obstáculos e encurta as distâncias entre os seres humanos”.

Falar bem é um ato complexo, que exige do orador uma visão holística, sistêmica, uma compreensão dos valores do auditório (particular ou universal), dos gêneros do discurso (deliberativo, demonstrativo ou epidíctico e judiciário), dos três elementos do discurso (a pessoa que fala, o assunto de que se fala e a pessoa a quem se fala), dos três tempos (passado, presente e futuro) e das quatorze paixões² de Aristóteles (s.d.): cólera, calma, temor, segurança (confiança, audácia), inveja, imprudência, amor, ódio, vergonha, emulação, compaixão, favor (obsequiosidade), indignação e desprezo, pois, para viver em comunidade, o homem civilizado deve utilizar a força da língua, da linguagem e das palavras para negociar as diferenças, as opiniões, as crenças, os valores e as verdades.

A Oratória também pode ser entendida como “competência comunicativa” e, utilizada adequadamente, é “capaz de galvanizar uma sala e transformar a visão de mundo de uma plateia [...] é mais eficaz que qualquer texto escrito” (ANDERSON, 2016, p. 11), principalmente para o ser humano deste século, que valoriza o mundo com as suas próprias verdades, vê com ceticismo as verdades dogmatizadas das instituições, e amolda o seu discurso ao seu modo de viver e conforme as verdades que lhe são pessoais e verossímeis.

As instituições, ou Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1974), parecem não conseguir determinar as condutas dos cidadãos do mundo globalizado, de divulgação massiva de informações e de conhecimentos. Permite-se, com isso, a criação de “oradores digitais”, de “celebridades digitais” ou, em uma nomenclatura atual, de “influenciadores digitais”, pessoas com milhões de seguidores

² Paixão, para Aristóteles (2003, XLII), corresponde “a tudo o que, acompanhado de dor e de prazer, provoca tal mudança no espírito que, nesse estado, observa-se uma notável diferença nos julgamentos proferidos”.

nas redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *YouTube*, *Periscope*, *Snapchat*, e esses “oradores” ditam valores, crenças e princípios que antes eram exclusivos das instituições ou de algumas poucas pessoas.

Nesse contexto há uma renovação, uma revitalização, um resgate da oratória (falar em público) prevista na Grécia e em Roma; mas, agora, com um alcance muito mais expressivo em termos de quantidade de ouvintes, pela possibilidade de compartilhar e de acessar os discursos em qualquer tempo e lugar. Além disso, com a internet é possível acessar os “maiores professores do mundo” e aprender “diretamente com eles”, algo muito difícil na antiguidade. Essa “revolução levou ao renascimento da arte de falar em público [...] fundamental para gerar empatia, provocar emoções, compartilhar conhecimentos e ideais e promover um sonho comum” e agora, as palavras e a paixão “podem se espalhar pelo mundo numa velocidade alucinante” (ANDERSON, 2016, p. 11).

Na Oratória encontramos as mesmas finalidades dos discursos previstos na *Arte Retórica* de Aristóteles (s.d.), o *move* (lado emotivo), o *delectare* (lado estimulante) e o *docere* (lado argumentativo); e as provas retóricas, *ethos* (caráter, imagem do orador), *pathos* (as paixões que movimentam o auditório) e *logos* (os argumentos, a racionalidade contida no discurso); por isso, o estudo da Oratória e a sua efetiva aplicação são muito mais profundos e extrapolam os conceitos dos “manuais” facilmente encontrados, aqui conceituados por nós como “autoajuda” oratória, justamente pela superficialidade científica e finalidade dos mesmos, embora entendamos que esses manuais podem ser guias para o orador neófito.

Oratória e Retórica possuem estreita relação. Scatolin (2009, p. 21-23) afirma existir uma retomada da Retórica aristotélica na Oratória de Cícero, mas com advertência de que o orador deve ter conhecimentos que ultrapassem os dos manuais de Retórica. Os “critérios do decoro, verossimilhança e autoridade” na obra de Cícero são analisados por meio de Antonio e Crasso, dois grandes oradores da época. O autor enfatiza que “a invenção, a disposição e a memória eram os pontos mais fortes da oratória de Antonio, enquanto Crasso era um orador perfeito, que combinava a seriedade à graça, à urbanidade [...] dotado de uma linguagem refinada, exata e elegante, sem afetação” (SCATOLIN, 2009, p. 16); contudo, ao falar da escassez de oradores eloquentes, Cícero, exorta a “grandeza da eloquência” e adverte que ela não será atingida pelos que esperam apenas com “os preceitos, mestres ou exercícios de que todos se servem, mas por meio de outros fatores” (CÍCERO apud SCATOLIN, 2009, p. 18). A cumulação da glória está condicionada ao “conhecimento de todos os grandes temas e artes”. É necessário florescer e tornar o discurso exuberante “devido ao conhecimento dos temas”, senão “ele terá uma eloquência vazia e quase pueril” (CÍCERO apud SCATOLIN, 2009, p. 18).

Do mesmo modo, as orientações e habilidades não tem valor algum sem a “ajuda da natureza”, pois a

quem faltar talento estes escritos não serão algo mais do que um tratado sobre cultivo dos campos em terras produtivas. Há ainda outros dons inatos, como suporte de cada um: a voz, pulmões resistentes no trabalho, a saúde, a perseverança, a beleza de estilo, que, mesmo que atingidos medianamente, podem ser ampliados pela razão; contudo, às vezes estão ausentes de tal modo que corrompem inclusive os benefícios do engenho e da dedicação: como esses mesmos bens, sem um mestre experiente, sem um esforço pertinaz e sem muito e contínuo exercício de escrever, de ler e de falar, por si mesmos de nada adiantam (QUINTILIANO, 2015, p. 33).

Podemos sinalizar, com apoio em Cícero e Quintiliano, uma crítica aos livros comerciais que se apresentam como “guias” para ensinar “oradores” a se tornarem comunicadores “fora de série”, pois embora ressaltem a importância de conhecer bem o tema a ser comunicado, apresentam apenas “dicas”, são muito mais pragmáticos do que científicos e não dotam os leitores de “grandes temas e artes”, por isso, podem ser utilizados como textos de “autoajuda”, gênero literário que se difundiu e ganhou notoriedade no final da década de 1970 e, atualmente, é recordista de vendas por todo o mundo.

No site da revista *Veja*³ há uma relação dos livros mais vendidos dentro do gênero de “autoajuda”. São realmente livros com conteúdos religiosos: *Batalha Espiritual*, *Como vencer gigantes*, *Mistérios da alma* e *Meditar Transforma*; e de motivação, ação e superação pessoal, como: *O poder da ação*; *Propósito*; *Poder e Alta-performance*; *O poder do agora*; *O poder do hábito*; *Os segredos da mente milionária*; *Por que fazemos o que fazemos?*; *Qual é a tua obra? O segredo da Dinamarca*; *Como fazer amigos e influenciar pessoas*; *20 regras de ouro para educar filhos e alunos* e *Ansiedade: como enfrentar o mal do século*; *Ansiedade 2 – Autocontrole: como controlar o estresse e manter o equilíbrio* e *Ansiedade 3 – Ciúme: o medo da perda acelera a perda*. Nesse universo, rondam críticas positivas e negativas quanto à eficácia dos livros de “autoajuda”, mas ninguém pode negar que é um mercado promissor e rentável.

No gênero autoajuda, encontramos os livros que “influenciam e/ou tentam influenciar todos os campos da atividade humana, podendo mesmo ser considerados manifestações de uma dada concepção de ‘natureza humana’ e do ‘bem-agir’ no

3 Os livros mais vendidos até o dia 12/07/2017. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/autoajuda-e-esoterismo/>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

mundo” (SOBRAL, 2006, p. 19). As profissões como a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a religião, propõem “a descoberta de forças, principalmente interiores capazes de melhor servir às necessidades humanas sem recurso ‘terceiros’ (SOBRAL, 2006, p. 19). Esses livros têm uma trajetória interessante. Os modernos, surgidos depois da Segunda Guerra Mundial, final da década de 1970, “buscavam promover o sucesso, material ou não, por meio da afirmação da personalidade do leitor, principalmente do sexo masculino” (SOBRAL, 2006, p. 20). Posteriormente, alguns passaram a adotar “uma inclinação ‘coletivista cósmica’: vencer sim, mas agora também a partir de uma ênfase na unidade entre todos os sujeitos e entre todas as coisas, num plano transcendente” (SOBRAL, 2006, p. 20).

A literatura de autoajuda, no conceito de gêneros retóricos (deliberativo, demonstrativo e judiciário) de Aristóteles (s.d.), pode ser inserida no deliberativo, pois, nesse gênero, o auditório é composto por membros da assembleia, o tempo verbal é o futuro, e visa-se aconselhar/dissuadir sobre o que é conveniente/prejudicial por meio do exemplo; embora todos os gêneros retóricos perpassem pela possibilidade ou impossibilidade da existência ou da inexistência, da produção ou não de um fato, da grandeza ou da pequenez, do bem e do mal, do belo e do feio, do justo e do injusto, que são elementos que caracterizam especificamente outros gêneros retóricos.

Para Meyer (2007, p. 29), no epidítico, o “auditório julga se é belo”, no judiciário, se é “justo”, e no deliberativo, se é “útil”. Na divisão dos gêneros, embora o próprio Aristóteles (s.d.) advirta que eles se sobrepõem, a busca pelo justo ou injusto é função primeira do judiciário e a perspectiva de julgamento liga-se às questões do passado. No deliberativo, há o questionamento sobre o que é útil ou nocivo para a coletividade, e o epidítico se presta às homenagens, críticas ou censuras. Adverte Quintiliano (2015, p. 391) que “Aristóteles, ao estabelecer as três espécies do discurso [...] praticamente submete tudo ao orador, já que nada deixa de se enquadrar nessas espécies”, logo, o orador que lê os livros de oratória busca adquirir conhecimento para utilizar no futuro. De qualquer forma, os livros se mostram úteis ao apresentar dicas e estratégias oratórias.

MANUAIS DE ORATÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Quanto ao conteúdo dos livros de oratória contemporânea, como bem ressaltado por Anderson (2016, p. 10), o orador não deve julgar “os conselhos” “como regras que prescrevem uma forma única de falar, [...] mas um conjunto de ferramentas que buscam incentivar a variedade”. Com essas premissas, os livros *Magia da Comunicação*; *PowerSpeak*, *o poder da fala: o guia completo para*

oratória e apresentação persuasivas; Falar bem é fácil: um superguia para uma comunicação de sucesso; Seja um ótimo orador; Como se tornar um comunicador fora de série; Faça seu coração falar e torne-se um orador extraordinário; 29 minutos para falar bem em público e conversar com desenvoltura; Adeus ao medo de falar em público; Vença o medo de falar em público; A técnica da comunicação humana e TED Talks: o guia oficial do TED para falar em público apresentam técnicas de oratórias atuais, que se assemelham às de Cícero (apud PENTEADO, 2012, p. 365): 1.^a – descobrir ideias; 2.^a – dispor as ideias, dividindo-as e classificando-as pelo critério da importância de cada uma; 3.^a – revestir e embelezar as ideias com expressão conveniente; 4.^a – Fixá-las na memória; 5.^a – Recitá-las com dignidade e graça; bem como a sequência rígida do discurso: 1. antes de entrar no assunto cativa o espírito dos ouvintes; 2. exponha a questão; 3. indique o ponto em discussão; 4. apresente as provas em apoio à tese; 5. refute objeções e 6. termine, ampliando e desenvolvendo tudo o que é favorável ao tema e enfraquecendo e demolindo tudo que favorece o adversário.

Essas técnicas assemelham-se também às de Quintiliano (2015, p. 417), para quem a arte Oratória é composta por cinco partes: “a invenção, a disposição, a elocução, a memória e a pronúncia”, uma vez que todo discurso exige “objetivo e palavras”. Leeds (1998), no livro *PowerSpeak*, apresenta essas partes quando dá dicas e fornece conteúdos para a preparação de um orador convincente. Assim, ele ressalta a “importância da preparação” prévia; e afirma que o orador deve começar “declarando o objetivo”; e, em seguida, “orientar sua argumentação pelo objetivo”. Além disso, é importante que o orador não se limite a “informar”, mas busque convencer; que ele “respeite os limites de seu público”; “escolha cuidadosamente suas histórias” e encerre com “grande estilo”.

Pombo (2016, p. 33) apresenta como estrutura do discurso: a introdução (ou exórdio), o desenvolvimento (ou corpo do discurso ou exposição) e a conclusão (ou término ou peroração) e Ayabe (2008, p. 45) faz um destaque especial para a memória, cuja palavra tem “origem no latim e está associada à faculdade de retenção ou recuperação de ideias, imagens, sons e expressões captadas nas experiências de vida”, que habita o “bairro das emoções” e é “seletiva”. Mendes, Almeida e Henriques (2010, p. 68), ao falar dessas etapas, sugere o tempo de “20% para a introdução, 70% para o desenvolvimento e 10% para a conclusão”, mas ressalta que isso “pode variar de acordo com os objetivos, tipo de evento e as necessidades do público”.

A começar pelos títulos, vemos que todos os livros listados acima têm como finalidade revelar para o orador a possibilidade de vencer o medo de falar em

público, de ser um orador de sucesso por meio de técnicas que podem ser apreendidas, e apresentar as técnicas para bem falar. Orador de sucesso é o que explora o poder da fala. Deste modo, também percebemos que as palavras utilizadas nos livros, tais como: sucesso, vencer, poder, fazer, tornar e guia, são as mesmas utilizadas nos livros de autoajuda, sejam eles de cunho religioso, esotérico ou motivacional. Mendes, Almeida e Henriques (2010, p. 19) elencam os poderes de um bom orador: “[de desenvolver o] autoconhecimento, [de] firmar-se no mundo, [de] legitimar o diálogo, de criar, de conquistar oportunidades profissionais e de liderar”.

No livro *Seja um ótimo orador* (POLITO, 2005a), o título no imperativo cria o efeito de sentido de que toda e qualquer pessoa ao lê-lo será de fato “um ótimo orador”, embora tornar-se um orador persuasivo exija trabalho árduo. O mesmo efeito de sentido é encontrado nos livros *Vença o medo de falar em público* (POLITO, 2005b), *Faça seu coração falar e torne-se um orador extraordinário* (AYABE, 2008), *Falar bem é Fácil: um superguia para uma comunicação de sucesso* (MENDES, 2010) e *Faça todo mundo gostar de você em 90 segundos* (BOOTHMAN, 2012). Notamos que a maioria dos livros de técnicas oratórias parte de uma premissa falaciosa, a de que é possível falar bem, ser eloquente e detentor da técnica em pouco tempo, como, por exemplo, em “29 minutos” ou “90 segundos”⁴, o que contraria os estudos clássicos da Oratória.

Para Quintiliano (2015), somente o “homem bom pode ser o orador perfeito; por isso exigimos nele não só exímia habilidade de falar, mas todas as virtudes do espírito. [...] seja o orador tão perfeito que possa ser realmente chamado de sábio, e não só nos costumes, mas também no conhecimento e na habilidade de falar [...] já que o discurso deve ter três propriedades, de modo que seja correto, claro e elegante (porque falar de modo adequado, que é o principal, muitos o subordinam à elegância). [...] Pois, mesmo que digamos algo próprio, elegante e sublime, isso de fato não se verifica a não ser no conjunto e na sequência do discurso, pois destacamos as palavras bem adequadas aos assuntos”⁵.

Para mostrar que o domínio da oratória é complexo, destacamos que, além dos cuidados com a comunicação verbal (oral), é também necessário cuidar da

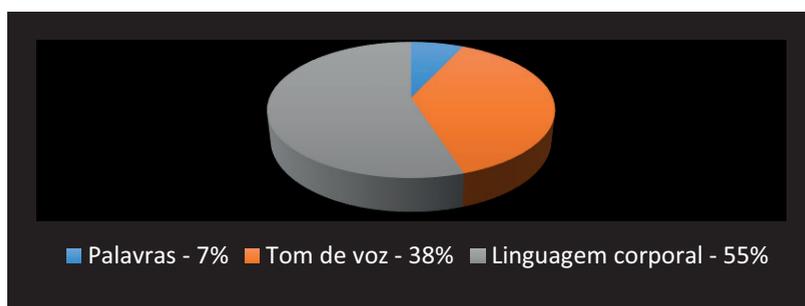
⁴ As expressões em destaque referem-se aos títulos das obras: POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. *29 minutos para falar bem em público e conversar com desenvoltura*. Rio de Janeiro: Sextante, 2015; e BOOTHMAN, Nicholas. *Faça todo mundo gostar de você em 90 segundos: como transformar a primeira impressão em relacionamentos significativos na vida, no trabalho e no amor*. São Paulo: Gente, 2012.

⁵ QUINTILIANO, 2015, p. 23-93 passim.

comunicação não verbal, cuja interferência na eficácia da persuasão é significativa. Os gestos falam, comunicam e precisam ser harmônicos com o dito, com o discurso. Qualquer estranheza ou incoerência gera ruído na comunicação, o ouvinte percebe com facilidade e rejeita o orador; fim da persuasão! Com isso, é possível classificar ou mensurar o orador como culto (bom) ou não culto (mau). Nesse sentido:

[...] os maus bradam em todos os lugares e mugem tudo com as mãos levantadas [...] uma gesticulação com muita agitação para lá e para cá, com respiração ofegante e muito aparato, revelando descontrole mental pelo movimento da cabeça. Então batem palmas, metem o pé na terra, batem nas coxas, no peito e na cabeça, causando encantamento no círculo dos vestidos de preto. O orador culto, ao contrário, prefere ser e parecer modesto e sabe usar um tom simples, diversificar o estilo e ordenar as ideias, como também, ao expor, adequar a expressividade a cada gesto, próprio daquilo que venha a dizer, e se há algo digno de uma atenção constante (QUINTILIANO, 2015, p. 311-315).

Por esse motivo, alguns manuais e cursos de Oratória dão grande importância para a comunicação não verbal. Muitos a valorizam de forma equivocada, por aceitarem, sem aprofundamento do estudo teórico de Mehrabian (1981), a eficácia da comunicação condicionada à seguinte proporção:



Fonte: Boothman (2012).

O equívoco dessa proporção se dá pelo fato de que os referidos estudos visavam descobrir como a emoção era comunicada e não a eficácia de cada uma delas nos discursos. Ressaltamos, com apoio em Mendes, Almeida e Henriques (2010, p. 116), que a “voz revela traços importantes de cada um” e que “conhecer a própria voz é conhecer um pouquinho da própria alma”. A voz individualiza o ser humano como único, pois ela é “única em sua vibração, cor, tom, textura e musicalidade”, logo, não pode ser desconsiderada no conjunto oratório. A ênfase, a entonação, a pronúncia e o ritmo são importantes ferramentas na oratória, por

haver na fala apenas uma porção diminuta de “finalidade linguística”, já que, para Bloch (1963), parte relevante dela expressa o estilo, a moral de quem fala, suas emoções, atitudes e até mesmo profissão e classe social a que pertence. A voz revela o estado de nossos pensamentos e sentimentos muito mais do que as palavras.

Prova disso é que o próprio Mehrabian (1981), no seu site⁶, faz observação importante em um parágrafo destacado em negrito:

Please note that this and other equations regarding relative importance of verbal and nonverbal messages were derived from experiments dealing with communications of feelings and attitudes (i.e., like-dislike). Unless a communicator is talking about their feelings or attitudes, these equations are not applicable (MEHRABIAN, 1981)⁷.

É inegável que a comunicação não verbal interfere na eficácia da oratória, tanto que Quintiliano (2015), dentre outras observações, a ela faz menção:

[...] a posição rígida do corpo tem pouca elegância: assim, que o rosto seja visto de frente, os braços pendentes pelos lados, os pés juntos e, de alto a baixo, o conjunto tenha uma expressão austera. Aquela flexibilidade, ou dirá melhor, aquele movimento proporciona certa impressão de atividade e disposição de espírito. Por isso, a disposição da mão não deve ser sempre a mesma e a expressão do rosto deve variar ao infinito (QUINTILIANO, 2015, p. 317).

Todos os livros elencados nesse estudo fazem destaque à comunicação não verbal, à sua importância e indicam a posição correta dos gestos. Destacamos algumas delas:

Faça um gesto para cada informação predominante na frase. [...] Não tenha pressa de voltar à posição de apoio. [...] Gesticule com os braços acima da linha da cintura. [...] Faça o movimento a partir do ombro. [...] Varie os gestos. [...] Marque o ritmo da fala com os braços na frente do corpo. [...] Estabeleça um sincronismo harmônico entre os gestos, a voz e a mensagem. [...] Posicione-se naturalmente sobre as duas pernas. [...] Use o semblante para se comunicar com mais expressividade. [...] Olhe para os ouvintes. [...] Converse naturalmente. (POLITO, 2005a, p. 104-114).

Um vídeo bem interessante da palestra de Amy Cuddy no TED Talks, publicado no *YouTube* em 01 de outubro de 2012, com mais de doze milhões de visua-

⁶ Disponível em: <<http://www.kaaj.com/psych/smorder.html>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

⁷ Por favor, note que esta e outras equações sobre a importância relativa das mensagens verbais e não verbais foram derivadas de experiências que tratam de comunicações de sentimentos e atitudes (ex. gostar-não gostar). A menos que um comunicador esteja falando sobre seus sentimentos ou atitudes, essas equações não são aplicáveis (tradução nossa).

lizações⁸, demonstra bem a importância da linguagem corporal e como a sua mudança pode aumentar a autoconfiança. A palestrante parte da máxima de que “our bodies change minds... and our minds change our behavior... and our behavior change our outcomes”⁹, logo, o orador que não tem uma postura de poder pode utilizar-se de outra máxima: fingir até que se torne real, pois “dois minutos diários de novas posturas” são suficientes para mudar a linguagem corporal e gerar autoconfiança. A técnica não é utilizada para produzir “impostores”, mas para advertir o auditório de que a mudança corporal é capaz de mudar a mente e, com isso, o comportamento, que era “fingido”, passa a ser real, ou seja, o comportamento gerará resultados reais, pois, “o homem convencido do que diz parece transportar o pensamento em sua voz: objetiva e dirige um esforço de penetração intelectual, sensual, mímico e sonoro” (BLOCH, 1963, p. 72).

Contudo, só a autoconfiança não é suficiente para garantir o sucesso do orador. Como também não o é a presença de palco ou o falar bem. Anderson (2016) explica ser relevante

[...] ter algo importante a dizer. Ideia é qualquer coisa capaz de mudar a visão de mundo das pessoas. Se conseguir provocar uma ideia impactante no espírito das pessoas, você terá realizado um efeito estupendo. Terá dado a elas um presente de valor incalculável. Num sentido muito real, um pedacinho de você terá se tornado parte delas. [...] Estilo sem conteúdo é horrível (ANDERSON, 2016, p. 25-26).

Mendes, Almeida e Henriques (2010, p. 75 e 166), asseveram que o orador “fica muito exposto” e “tudo nele é observado e avaliado”. Os autores também apresentam algumas “gafes” que todo orador deve evitar, tanto na comunicação oral quanto na não verbal e na interpessoal. Ao explicarem como evitar essas “gafes”, dão dicas de como falar em público para ter sucesso, causar uma boa impressão para ser ouvido, compreendido e aceito. Nesse caso, o orador deve evitar:

Na comunicação oral. Falar muito baixo, falar muito depressa ou muito devagar. Falar com voz estridente. Falar em tom monótono, sem modulação. Diminuir o volume da voz no final das frases. Falar como um robô. Omitir “s” e “r” finais. Usar muitos termos estrangeiros. Ser repetitivo ou monossilábico. Expressar-se sem objetividade e clareza. Usar termos técnicos para um público leigo. Usar argumentos inconsistentes e genéricos. Perder-se em detalhes, abusar das citações. Utilizar

⁸ O vídeo *Amy Cuddy: Sua linguagem corporal molda quem você é* está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ks-_Mh1QhMc>. Acesso em: 15 jul. 2017. A tradução da palestra é de Ilona Bastos e a revisão das legendas em língua portuguesa é de Paulo Duarte.

⁹ Nossos corpos mudam as mentes... e nossas mentes mudam nosso comportamento ... e nosso comportamento muda nossos resultados (tradução nossa).

vícios de linguagem: Tá?; Né?; Ok?; Certo?; Entendeu?; Perceber?; É isso aí!; Tipo assim...; A gente; Acho que...; A nível de... (MENDES; ALMEIDA; HENRIQUES, 2010, p. 75).

Na comunicação não verbal. Manipular objetos – caneta, chaveiro, crachá, gravata, etc. Ajeitar os cabelos e óculos. Coçar-se. Prender as mãos nas costas. Roer unhas. Cruzar os braços. Enfiar as mãos no bolso. Apoiar-se nos móveis. Olhar para o chão ou para o teto. Olhar muitas vezes para o relógio.

Na comunicação interpessoal. Ser egocêntrico. Usar a comunicação como forma de poder. Ignorar as perguntas da plateia. Ser impaciente. Fornecer informações incorretas. Interromper o interlocutor, desrespeitando sua vez de falar. Revelar preconceitos. Chegar atrasado para a apresentação. Demonstrar preferências pessoais. Receber as perguntas da plateia como se fossem ofensa pessoal. Ignorar a linguagem corporal dos espectadores (MENDES; ALMEIDA; HENRIQUES, 2010, p. 77).

O gesto, o movimento, a postura e as expressões faciais descrevem, complementam e reforçam ideias; dão colorido à fala; substituem palavras; dinamizam a comunicação; contradizem o discurso; exprimem sentimentos; promovem interação com o ouvinte; facilitam a transmissão da mensagem. Devem ser naturais, sugestivos, interativos e harmoniosos. (MENDES; ALMEIDA; HENRIQUES, 2010, p. 166).

Essas dicas, somadas às demais constantes nesses livros de autoajuda oratória, dão uma noção superficial de ferramentas auxiliares para quem deseja falar em público, contudo, dominar e conhecer a Oratória exige muito mais do que neles consta.

CONCLUSÃO

Tornar-se um bom orador deve ser uma busca incessante de todo ser humano desta era de conexão e de globalização. Não pode haver desculpas. A timidez, a vergonha, o medo, a insegurança precisam ser vencidos. A sobrevivência, a satisfação dos desejos, a organização da vida em sociedade, conseguir um emprego, comprar, vender, negociar, enfim, o existir humano necessariamente depende da oratória, da fala, que é um sistema de interação humana. A Oratória deveria retornar para as grades curriculares para ser estudada como disciplina apta a capacitar os discentes para falar bem, tendo em vista a persuasão e o convencimento. Enquanto isso não acontece – se é que retornaremos à época em que as “artes liberais” do *Trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) eram ensinadas e integravam as bases da educação do ser humano –, os livros de “autoajuda oratória” conseguem dar ao iniciante algumas “dicas” e “estratégias” interessantes, embora possam, com uma leitura desatenta, levar o leitor ao equívoco da possibilidade *fast* de se tornar um orador eficaz.

O ser humano revela os seus sentimentos, pensamentos e personalidade por meio da comunicação verbal e não verbal. Sendo assim, reforçamos a necessidade de resgatar o estudo e o ensino da Oratória – até como instrumento de garantia da Democracia, regime de governo que permite a liberdade de expressão. Sem liberdade há tirania. É necessário (des)construir a imagem negativa que se tem da Oratória e enfatizar a sua importância e necessidade na sociedade, pois uma pessoa que não sabe falar não consegue expor os seus pensamentos e ser, ao menos, ouvida por um público; está condenada ao fracasso, pois quem domina a Oratória tem a chave do poder, do sucesso, do respeito, da admiração e da aceitação.

Para os iniciantes da Oratória, começar pelos livros de “autoajuda oratória” supracitados é um caminho que deve conduzir a uma pesquisa mais aprofundada e desaguar no oceano dos estudiosos clássicos, como Aristóteles, Quintiliano, Cícero, dentre outros. É preciso começar e se lançar nesse oceano insondável de mistério, magia e, principalmente, de cientificidade, capaz de nortear a vida pessoal e profissional de excelência.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Joaquim Jose de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

ANDERSON, Chris. *TED Talks: o guia oficial do TED para falar em público*. Tradução Donaldson Garschagen e Renata Guerra. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s.d.].

_____. *Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. *Retórica das paixões*. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. da Fonseca. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AYABE, Cláudio. *Faça seu coração falar: e torne-se um orador extraordinário*. São Paulo: Bushido, 2008.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução dos originais hebraico e grego feita pelos Monges de Maredsous (Bélgica). 134. ed. rev. por Frei João José Pedreira de Castro, O.F.M., e pela equipe auxiliar da editora. São Paulo: Claretiana; Ave Maria, 2000.

BLOCH, Pedro. *Problemas da voz e da fala*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

BOOTHMAN, Nicholas. *Faça todo mundo gostar de você em 90 segundos: como transformar a primeira impressão em relacionamentos significativos na vida, no trabalho e no amor*. Tradução de Sonia Augusto. São Paulo: Gente, 2012.

KOEGEL, Timothy J. *Como se tornar um comunicador fora de série*. Tradução de André Costa. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

LEEDS, Dorothy. *Power Speak, o poder da fala: o guia completo para oratória e apresentação persuasivas*. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Elisabete Soares. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MEHRABIAN, Albert. *Silent messages: implicit communication of emotions and attitudes*. Belmont, CA: Wadsworth, 1981.

MENDES, Eunice; ALMEIDA, Lena e HENRIQUES, Marco Polo. *Falar bem é fácil: um superguia para uma comunicação de sucesso*. São Paulo: AGWM, 2007.

MEYER, Michel. *A retórica*. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

OS LIVROS mais vendidos até 12/07/2017. *Veja.com*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/livros-mais-vendidos/autoajuda-e-esoterismo/>>. Acesso em 9 jul. 2017.

PENTEADO, José Roberto Whitaker. *A técnica da comunicação humana*. 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Revisão da tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLITO, Reinaldo. *Seja um ótimo orador*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005a.

_____. *Vença o medo de falar em público*. 8. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005b.

POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. *29 minutos para falar bem em público e conversar com desenvoltura*. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

POMBO, Ruthe Rocha. *Adeus ao medo de falar em público*. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

QUINTILIANO, Marcos Fábio. *Instituição oratória – Tomo I*. Tradução e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2015.

REBOUL, Olivier. Introdução. In: *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Lair. *A magia da comunicação*. Belo Horizonte: Leitura, 2002.

SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo á luz de Ad Familiares I, 9, 23*. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOBRAL, Adail Ubirajara. *Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda*. 2006. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos de Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Genival Evangelista de. *Manual do trabalho acadêmico-científico*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

TED. Amy Cuddy: Sua linguagem corporal molda quem você é. *YouTube*. 1º out. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ks-_Mh1QhMc>. Acesso em: 15 jul. 2017.

8

CAPÍTULO

NUANCES DO DIZER

EFEITOS RETÓRICOS DA PROSÓDIA

Maria Flávia Figueiredo

Alan Ribeiro Radi¹

Durante o ato de debate sobre assuntos de caráter conflituoso, percebeu-se que algumas escolhas, feitas por aquele que debatia, produziam uma noção de verdade mais efetiva que outras e, como consequência, resolviam o problema em questão de maneira mais eficiente. É nesse cenário que surge a retórica, assim definida por Aristóteles (2011, I, p. 44): “pode-se definir a retórica como a faculdade de observar, em

¹ ALAN Ribeiro Radi. Mestrando em Linguística pela Unifran com fomento Fapesp (2016/17438-7)/Capes.

cada caso, o que este encerra de próprio para criar persuasão”. Essa definição fornece o programa de pesquisa que os estudiosos da retórica seguem ainda hoje, estuda-se retórica para compreender quais fatores fazem uma argumentação ser mais ou menos profícua.

Vale ressaltar que no contexto de origem da retórica, na Grécia antiga, os discursos retóricos eram proferidos nas praças públicas, dessa maneira, se apresentavam na modalidade oral. A escrita e a leitura eram dominadas somente pela elite econômica e intelectual que representava uma parcela muito pequena da sociedade. Atualmente, nossa realidade é bem outra e as análises retóricas são empreendidas em textos verbais, não verbais e sincréticos. Os textos verbais e sincréticos podem ser orais ou escritos. No entanto, a modalidade oral dos discursos apresenta uma ferramenta que tem sido estudada pela linguística e contribui para a ampliação da capacidade argumentativa dos discursos, essa ferramenta é a prosódia. Trataremos, nos itens subsequentes, de conceituar teoricamente esse ramo do conhecimento linguístico e, posteriormente, faremos as devidas considerações sobre sua contribuição para a retórica.

O TERMO PROSÓDIA²

De acordo com Scarpa (1999, p. 7-9), o conjunto de fenômenos que recebe o nome de prosódia é extenso e discussões acerca desse tema são bastante antigas. Não é, portanto, ocasional o fato da confusão terminológica desta área de investigação ser tão grande (cf. COUPER-KUHLEN, 1986). O termo *prosódia* era utilizado pelos gregos para designar os traços da fala não representados ortograficamente, isto é, o acento de tom ou melódico, os quais, posteriormente, foram introduzidos na escrita por meio de símbolos ortográficos. Em seguida, os acentos tonais ou melódicos do grego clássico cederam lugar ao caráter de acento dinâmico e, conseqüentemente, o termo prosódia sofreu uma redução de significado, passando a denotar diferenças de duração e acento. Devido a essa vinculação com acento e duração vocálica, na tradição da métrica greco-latina, o termo adquiriu o significado de “versificação” por volta do século XV.

O termo *prosódia* também passou a ser utilizado pelos teóricos e críticos literários no que tange as teorias de métrica poética e o ritmo da poesia e da prosa.

Tradicionalmente, as Gramáticas Normativas, preocupadas em ressaltar as características valorativas do bom uso da língua, atribuem ao termo *prosódia* a acepção marginal de ortoépia (ou ortoepia) que se refere ao “bom dizer” ou “so-taque”. Essa visão tem sido descartada pelos especialistas em fonética e fonologia.

² O conteúdo teórico deste capítulo foi originalmente publicado em Figueiredo (2006).

Para a linguística atual, o termo *prosódia* refere-se ao conjunto de fenômenos fônicos que se localiza além ou “acima” (hierarquicamente) da representação segmental linear dos fonemas. Disso decorre o fato de podermos utilizar, indiscriminadamente, a expressão *elementos prosódicos* ou *elementos suprasegmentais*. Porém, uma vez que os fatos fônicos segmentais e os prosódicos são interdependentes, tem-se privilegiado o uso do termo *prosódia* em detrimento de *suprasegmento*.

De acordo com Scarpa (1999, p. 8):

O termo recobre, nos estudos linguísticos, uma gama variada de fenômenos que abarcam os parâmetros de altura, intensidade, duração, pausa, velocidade de fala, bem como o estudo dos sistemas de tom, entoação, acento e ritmo das línguas naturais.

Essa gama multifacetada de fenômenos tem feito dos estudos prosódicos um campo fascinante, pois o coloca “na encruzilhada entre prosa e poesia, entre linguística e engenharia do som, entre sintaxe e semântica, entre fonética e fonologia, entre língua e discurso” (SCARPA, 1999, p. 8). E é precisamente nesta brecha – na intersecção entre língua e discurso – que pretendemos desenvolver nossa pesquisa.

Apresentaremos, a seguir, uma classificação pormenorizada dos elementos prosódicos relevantes para a língua portuguesa.

ELEMENTOS PROSÓDICOS

Na fala, além das vogais e consoantes (segmentos), encontramos os *elementos prosódicos*. Para Cagliari (1992), *elementos prosódicos* (ou suprasegmentais) são os elementos diferentes dos segmentos em natureza fonética e que caracterizam unidades maiores do que os segmentos, sendo pelo menos da extensão de uma sílaba. Esses elementos (cf. CAGLIARI, 1999, p. 7) variam constantemente e de muitas maneiras e o resultado que produzem faz com que a fala se mostre com o perfil de uma cadeia de montanhas com vales e picos³. A este perfil da fala, Cagliari deu o nome de *ársis* e *tésis*, sendo que *ársis* corresponde a “picos” e *tésis*, a “vales”. De acordo com o autor, *ársis* e *tésis* são o efeito final da modulação de saliências fônicas na fala, tendo, portanto, uma função prosódica própria, independente das funções dos elementos prosódicos constitutivos.

³ Essa visão acerca dos picos e vales já aparece há bastante tempo na fonética inglesa, tal como demonstra Cook (1991) quando trata da caracterização do padrão acentual do inglês. Em relação ao ritmo, essa mesma visão é compartilhada por Abercrombie (1967). E, em relação à entoação, esse tipo de abordagem foi enfatizado por Halliday (1970), na descrição da entoação do inglês (cf. FIGUEIREDO, 2002, p. 146).

Para melhor entendermos esse conceito, pensemos numa poesia metrificada com rima no final dos versos. O pico da *ársis* seria acentuado pela rima, ao passo que os vales das *tésis* seriam definidos pelas sílabas átonas do verso.

Como pudemos observar, *ársis* e *tésis* são uma somatória dos elementos prosódicos, interessa-nos, no entanto, fazer sua decomposição para melhor entendimento e visualização desse perfil sonoro. Os elementos oriundos dessa decomposição podem ser agrupados em três grupos (cf. CAGLIARI, 1999, p. 9):

1) Elementos prosódicos da variação da altura melódica:

tessitura
entoação
tom (nas línguas tonais)
acento frasal (ou sílaba tônica saliente)

2) Elementos prosódicos da variação da duração:

ritmo (sílabas, pé, grupo tonal, etc.)
duração
acento
pausa
concatenação
velocidade de fala

3) Elemento prosódico da intensidade sonora:

volume

Vejamos, a seguir, de forma bem sucinta, em que consiste cada um desses elementos prosódicos.

- **Tessitura:** variações que deslocam a escala melódica da fala (mais alta ou mais baixa).
- **Entoação:** variação melódica ascendente ou descendente.
- **Tons:** variação melódica que, nas línguas tonais, se dá no espaço de sílabas (diferente do que acontece com as línguas entoacionais, em que a variação melódica se dá no espaço de grupos tonais). Os tons servem para caracterizar os itens lexicais (distinguem significados lexicalizados).
- **Acento frasal:** ocorre quando há uma mudança significativa da direção do nível melódico em determinada sílaba. Essa sílaba (*sílaba tônica saliente*) trará consigo o *acento frasal*.

- **Ritmo:**⁴ caracteriza-se pela expectativa de uma repetição das saliências fônicas marcadas por durações estabelecidas. Depende de como são organizadas as unidades fonéticas da sílaba, do pé e do grupo tonal em função da duração que cada um deve ter. As línguas variam de acordo com o modo como organizam a forma do ritmo dentro dos grupos tonais. Algumas línguas tendem a produzir intervalos isocrônicos entre as sílabas tônicas, outras preferem controlar a duração individual das sílabas das palavras, sem procurar um tipo de isocronia.
- **Duração:** pronúncia, ou prolação, alongada de elementos da fala (segmentos). Pode-se apresentar de duas maneiras:
 - a. com a função de determinar o ritmo através das durações das sílabas, dos pés e dos grupos tonais.
 - b. com a função de destacar unidades sintáticas e semânticas pela prolação alongada.
- **Acento:** revela as ondulações rítmicas da fala e tem sido interpretado de três maneiras distintas.
 - a. *a fonêmica* (PIKE, 1947) interpreta o acento como um fonema (do tipo suprasegmental). Trata-se de uma unidade abstrata como qualquer fonema e serve para distinguir significados lexicais de palavras.
 - b. *a fonologia gerativa* (CHOMSKY; HALLE, 1968) interpreta o acento como sendo um dos elementos que podem integrar a formação de uma vogal, como um traço distintivo.
 - c. *a fonologia métrica* (LIBERMANN; PRINCE, 1977) trata o acento como um fato pertencente à sílaba.
- **Pausa:** silêncio na fala em meio a enunciados, com a função de segmentação da fala. Durante os momentos de silêncio na fala, o processo respiratório continua com seus pulsos torácicos gerando sílabas silenciosas. A falta de sonorização na fala é um elemento de destaque e que contribui, de maneira significativa, para o movimento de *ársis* e *tésis*.
- **Concatenação:** junção de palavras que define a maneira como as pausas ocorrem num enunciado.
- **Velocidade da fala:** rapidez ou lentidão com que um mesmo enunciado pode ser pronunciado (na música, corresponde ao andamento).
- **Volume:** refere-se à variação de intensidade da voz (alta ou baixa).

⁴ Acerca da definição dos padrões rítmicos das línguas, ver excelente discussão apresentada por Massini-Cagliari (1992).

De acordo com Cagliari (1992), os elementos prosódicos podem exercer, no discurso, pelo menos onze funções linguísticas distintas:

- 1) fonológica (fonêmica)⁵;
- 2) fonológica (geradora de processos)⁶;
- 3) morfológica (lexicalização)⁷;
- 4) sintática (categorias e funções);
- 5) discursiva (coesiva);
- 6) dialógica (turnos conversacionais);
- 7) semântica (conotações, subentendidos);
- 8) pragmática (atitudes do falante);
- 9) identificação do falante ou da língua;
- 10) reestruturação da produção da fala;
- 11) fonética (fatos físicos).

Elencaremos, a seguir, os elementos prosódicos descritos seguidos das diferentes funções linguísticas por eles exercidas no discurso. Os casos mais recorrentes serão ilustrados com exemplos.

1) Tessitura

a) função sintática (categorias e funções)

Destaca ou marca elementos que estão “deslocados” (tessitura geralmente mais grave).

A professora, porém, ignorou o acontecido.

b) discursiva (coesiva)

Uso de tessitura grave para digressões.

⁵ Certos fonemas se caracterizam por meio de elementos prosódicos, tais como o tom (em línguas tonais), a duração (no italiano) e o acento (na língua portuguesa).

⁶ As alterações sonoras que ocorrem nas formas básicas dos morfemas, ao se realizarem foneticamente, são explicadas através de regras que caracterizam os processos fonológicos (cf. CAGLIARI, 2002, p. 99). Alguns exemplos de processos fonológicos gerados pela prosódia são: a palatalização, a labialização, a nasalização, a assimilação, a contração e até mesmo o uso de um “creaky voice” em determinados contextos.

⁷ Ocorre a “lexicalização” quando palavras são definidas por meio de elementos prosódicos.

Uso de tessitura aguda ao retornar ao assunto principal.

c) dialógica (turnos conversacionais)

Uso de tessitura aguda para pedir o turno durante a fala do outro.

Uso de tessitura grave no final de turno.

d) pragmática (atitudes do falante)

Níveis mais graves indicam mais razão, autoridade.

Níveis mais agudos indicam contestação, exaltação.

Tessitura bem grave ou bem aguda indica estratégia para não ser interrompido.

2) Entoação

a) sintática (categorias e funções)

Tom descendente indica frase afirmativa.

Ela chegou.

Tom ascendente indica frase interrogativa.

Ela chegou?

Tom ascendente + tom descendente = frase principal + frase subordinada.

Avise, quando você chegar.

Tom descendente + tom ascendente = frase subordinada + frase principal.

Quando você chegar, avise.

b) semântica (conotações, subentendidos)

Corroborar o acento frasal para marcar foneticamente o foco de frases (cf. exemplo 4 a).

c) pragmática (atitudes do falante)

Tom descendente em nível alto, passando a baixo (no componente tônico) = frase afirmativa + significado de “pedido” por parte do falante.

Fique aqui.

3) Tom

a) fonológica (fonêmica)

Não se aplica à Língua Portuguesa.

4) Acento frasal

a) *semântica (conotações, subentendidos)*

Marca o foco de frases.

Maria sempre escreve e-mails.

Maria **sempre** escreve e-mails.

Maria sempre escreve e-mails.

5) Ritmo

a) *fonológica (geradora de processos)*

Pode ocorrer um processo de *contração*⁸ em fronteira de palavra.

Maria semprescreve-mails.

b) *semântica (conotações, subentendidos)*

Fala silabada com o intuito de chamar a atenção para o que se diz.

Geralmente faz-se uma súplica ou diz-se um palavrão em ritmo silábico.

6) Duração

a) *fonológica (fonêmica)*

Não se aplica à Língua Portuguesa.

b) *fonológica (geradora de processos)*

A duração das sílabas tem grande importância na constituição dos processos fonológicos.

c) *morfológica (lexicalização)*

Não se aplica à Língua Portuguesa.

d) *semântica (conotações, subentendidos)*

Alongamento da duração da sílaba = aumento no sentido positivo de uma qualidade.

Ana Cristina comprou um carro! (caaaarro)

⁸ Underhill (1994, p. 65), ao explicar as *contrações*, afirma que na cadeia da fala, uma forma átona pode se juntar a outra palavra, sofrendo redução, de forma que ambas as palavras sejam pronunciadas como uma só, muitas vezes ocupando uma única sílaba.

Alongamento da duração da sílaba indicando aumento no sentido negativo de uma qualidade (ironia).

Você é tão legal!? (tãããoo legaaal)

Demanda uma interpretação do contexto discursivo ou pragmático.

e) *reestruturação da produção da fala*

f) *fonética (fatos físicos)*

Um dos elementos que marcam a saliência das sílabas tônicas.

7) Acento

a) *fonológica (fonêmica)*

Distingue significados lexicais de palavras.

sábia – sabia – sabiá

pública – publica – publicá (=publicar)

8) Pausa

a) *morfológica (lexicalização)*

Define fronteiras de palavras.

b) *sintática (categorias e funções)*

Indica o deslocamento de elementos sintáticos.

Ela, no entanto, continuava triste.

c) *semântica (conotações, subentendidos)*

Mudança brusca do conteúdo semântico.

Eu sempre vou à missa aos domingos. Você se lembrou de comprar o jornal?

d) *pragmática (atitudes do falante)*

O uso de pausas “fora do esperado” demonstra uma atitude do falante para impressionar o interlocutor.

Falar destacando as palavras com pausas demonstra que o falante deseja reforçar sua autoridade e/ou o valor do que diz.

Serve para chamar a atenção para o que se vai dizer em seguida.

e) reestruturação da produção da fala

Uso de pausas “fora do esperado” (hesitação) significa reorganização da fala. Segmenta a fala em sintagmas de um jeito e não de outro.

f) fonética (fatos físicos)

A pausa tem uma função aerodinâmica que permite ao falante respirar durante a fala.

9 Concatenação*a) reestruturação da produção da fala*

Concatena a fala em sintagmas de um jeito e não de outro.

10 Velocidade*a) dialógica (turnos conversacionais)*

Aceleração indicando que um falante quer sobressair ao seu interlocutor, dando mais ênfase ao que diz.

b) pragmática (atitudes do falante)

Desaceleração indicando maior valor a algo que se diz.

Aceleração indicando argumento mais importante logo adiante.

c) fonética (fatos físicos)

Aceleração indicando início de enunciado.

Desaceleração indicando final de enunciado (diante de pausa).

11 Volume*a) pragmática (atitudes do falante)*

Falar alto pode sinalizar atitude autoritária.

Falar baixo pode sinalizar atitude de persuasão, timidez ou respeito.

Alto volume de voz pode ainda indicar expressões súbitas de dor, de perigo ou de grande perturbação.

b) fonética (fatos físicos)

O volume pode ser um dos elementos que marcam a saliência das sílabas tônicas.

A variação do volume acompanha as marcas fonéticas de saliência ou de redução.

PROSÓDIA, RETÓRICA E PERSUASÃO

Por meio do exposto acima, podemos entender que, para efeito de pesquisa, os elementos prosódicos devem sempre ser observados com base nas funções linguísticas que exercem. Assim, a análise de sua presença em textos orais fornecerá as pistas necessárias para a interpretação dos possíveis efeitos persuasivos por eles carreados.

Quando lançamos mão da retórica como uma teoria interpretativa dos textos, o fazemos em busca dos sentidos que são manifestados enquanto se pretende alcançar um propósito comunicativo que motivou a produção do discurso em questão. Independentemente do tema abordado, o discurso retórico tem por finalidade a intenção de persuadir um auditório que se encontra diante de uma questão polêmica (cf. FERREIRA, 2010, p. 15). De que maneira os elementos prosódicos podem ser efetivos na busca do alcance desse propósito comunicativo? Para respondermos esse questionamento devemos antes considerar o que disse Aristóteles sobre os caminhos que levam o auditório à persuasão:

Há três tipos de meio de persuasão supridos pela palavra falada. O primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar (ARISTÓTELES, 2011, I, p. 45).

Esses meios de persuasão dizem respeito respectivamente às instâncias argumentativas que, em retórica, denominamos de *ethos*, *pathos* e *logos*. No tocante ao *logos*, remetemo-nos à *actio*, ou seja, ao momento em que o discurso é proferido para seu auditório. Nesse momento de proferição do discurso o orador assume a incumbência de gerar persuasão, de alcançar seu propósito comunicativo; dessa maneira, os elementos prosódicos funcionam como uma ferramenta capaz de conferir um diferencial ao orador, permitindo que ele empregue ao texto singularidade e personalidade de forma que nenhum outro orador faça. Essa função liga-se à ordem de finalidade *delectare* do discurso, que, de acordo com Ferreira (2010), representa o lado estimulante, atrativo ou que seja capaz de prender a atenção do auditório.

É ainda na *actio* que o orador consolida as outras duas provas retóricas. Uma delas é o *ethos*, ou seja, a construção de uma imagem positiva que o orador engendra de si. O orador, de acordo com Meyer (2007, p. 35), deve ser o ponto final do questionamento. Os recursos prosódicos são de grande valia para que o orador, por meio do recurso de *ársis* e *tésis*, seja capaz de construir uma imagem favorável de si. A título de exemplo, imaginemos um orador que lance mão de

uma *tessitura grave com função pragmática* para edificar uma imagem de conhecedor do tema que aborda, de autoridade no que diz; ou use uma *tessitura aguda com função pragmática* para demonstrar indignação com um tema, caso o mesmo desperte esse sentimento no seu auditório e, dessa maneira, produza um efeito positivo de solidariedade na relação do orador com seu auditório.

O *pathos* é a outra prova retórica que se consolida na *actio*. Nós a consideramos muito efetiva, uma vez que “as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer” (ARISTÓTELES, 2015, p. 116); dessa maneira os recursos prosódicos atuam com eficiência quando desencadeiam no auditório alguma das paixões ou um conjunto delas. Com o intuito de ilustrar, imaginemos que, por intermédio de *volume baixo* e *tessitura grave*, o orador desperte a paixão da calma no auditório se, assim, for conveniente. Suponhamos, ainda, por meio do uso de *acento frasal* marcar, na frase, um ou mais termos que conduzam o auditório para um estado de espírito que seja favorável para a argumentação que se realiza.

Conforme já dissemos, o propósito da teoria retórica se assenta na busca de entender quais estratégias levam um orador a “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4). Buscamos, ao longo destas nossas reflexões, entender de que maneira a prosódia configura uma ferramenta eficaz para aqueles que pretendem persuadir. Com essa finalidade, mostramos algumas possibilidades de emprego desses elementos nos três meios de persuasão propostos por Aristóteles (2015). Devemos salientar que as possibilidades de uso da prosódia são inumeráveis. Poucas delas selecionamos, a título de exemplificação, com a finalidade de ilustrar sua ocorrência. Esperamos ter podido demonstrar a eficácia que pode ser desempenhada por essa ferramenta argumentativa quando empregada com astúcia pelo orador.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, David. *Elements of general phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1967.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

_____. *Retórica*. Tradução do grego de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Prosódia: algumas funções dos suprasegmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 23, p. 137-151, jul./dez. 1992.

_____. *Acento em português*. Campinas: Edição do autor, 1999. (Coleção Espiral, Série Linguística, v. 4).

_____. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Ideias sobre Linguagem).

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.

COOK, Ann. *American accent training: a guide to speaking and pronouncing American English for everybody who speaks English as a second language*. Hauppauge: Barron's, 1991.

COUPER-KUHLEN, Elizabeth. *An introduction to English prosody*. Londres: Arnold e Tübingen, Max Niemeyer, 1986.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, Maria Flávia (publicado originalmente como BOLLELA, Maria Flávia Figueiredo Pereira). *Uma proposta de ensino da pronúncia da língua inglesa com ênfase nos processos rítmicos de redução vocálica*. 2002. 380 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, 2002.

_____. (publicado originalmente como BOLLELA, Maria Flávia Figueiredo Pereira). A prosódia como instrumento de persuasão. In: LOUZADA, Maria Silvia Olivi; NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos; OLIVEIRA, Maria Regina Momesso (Orgs.). *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca: UNIFRAN, 2006. p. 113-128. (Coleção Mestrado, 1).

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *A course in spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press, 1970.

LIBERMAN, Mark; PRINCE, Alan. On stress and linguistic rhythm. *Linguistic Inquiry*, 8, p. 249-336, 1977.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a língua portuguesa).

MEYER, Michel. *A retórica*. Tradução Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIKE, Kenneth. *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. 12. ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1971.

SCARPA, Ester Mirian. (Org.). *Estudos de prosódia*. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

UNDERHILL, Adrian. *Sound foundations*. Oxford: Heinemann, 1994. (The Teacher's Development Series).

9

CAPÍTULO

A MEMÓRIA NOS ATOS DO ORADOR

Leonardo Tavares

Márcia Pituba

Ricardo Ugeda Mesquita

MEMÓRIA E RETÓRICA

O exercício do orador consiste, dentro de uma perspectiva aristotélica, em encontrar os meios mais adequados ao tratamento de qualquer tema, com o objetivo de persuadir. Nesse percurso, há muitos passos a serem dados rumo ao convencimento. Há, também, ferramentas a serem utilizadas, estratégias a serem minuciosamente pensadas. É nesse contexto que se apresenta a Memória. Não a memória tomada em sentido amplo, vulgar, mas uma Memória que é Arte, que tem vida própria e dialoga de forma estreita com a Retórica.

A Memória se fixa como parte da Retórica a partir dos romanos. Memória e Retórica acolhem-se mutuamente. Da mesma forma que se liga à faculdade do lembrar, ela pode ser conectada também à faculdade do esquecer. Por isso, desenvolveram-se técnicas para que, educada a memória do orador, ele consiga guardar o discurso e depois seja capaz de reproduzi-lo perante a sua plateia, não se constangendo pelo esquecimento. Essa seria a principal função da Memória como recurso retórico, que veio desde a Antiguidade e tem validade até os dias atuais, conforme assinala Tringali (1988).

Dentro de uma perspectiva da análise retórica, a partir de uma apresentação bastante difundida, a Retórica – aqui entendida como ciência do discurso, voltada para a argumentação – preconiza que para se fazer um discurso é preciso cumprir etapas: encontrar o que dizer (Invenção), organizar o encontrado (Disposição), colocá-lo em palavras (Elocução), memorizar as palavras (Memória) e, por fim, proferir o discurso (Ação). Esse tipo de apresentação leva a entender que as etapas seriam claramente distintas e sucessivas e, com isso, a Memória apareceu como uma necessidade dos que não tinham disponíveis meios tecnológicos para guardar as palavras da Elocução até o momento da Ação efetiva do discurso.

MEMÓRIA E RETÓRICA – BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Para os oradores antigos, a Memória era imprescindível fator de sucesso ou fracasso de um discurso. Se o orador discursasse bem, a Memória era a garantia da efetividade de seu discurso. No contexto latino do fim da República Romana, o orador não poderia abrir mão de utilizar-se dessas técnicas mnemônicas.

Nos textos de Retórica de Cícero, apresenta-se a Memória como etapa do discurso. Nas *Partições Oratórias* (2007), Cícero diz que a *doctrina dicendi* está dividida em três partes: *uis oratoris*, *oratio*, *quaestio*. A *uis oratoris*, por sua vez, é composta por cinco partes e, entre elas, a Memória aparece como *earumque rerum omnium custos*, “guardiã de todas as coisas”. O termo *custos*, guardiã, lembra que ela toma conta para que se tenha o que dizer na hora da Ação. Uma vez esquecidas as palavras da Elocução, não haverá discurso algum a ser proferido.

Yates (1966) relata que a Arte da Memória teve uma vida cultural extensa e de grande valor. Em se tratando da Antiguidade Clássica, há certa dificuldade de estudar tal Arte, pois as menções à Memória Artificial a tomam como uma obriedade que não precisa ser explicada. A mnemônica era parte da instrução formal de qualquer grego ou romano.

[...] a codificação e sistematização da memória no âmbito da doutrina retórica aconteceu de maneira relativamente tardia. [...] o primeiro tratamento teórico antigo conferido ao tema encontra-se na chamada *Retórica a Herênio* (3.28-40), cujo autor e data não conhecemos com certeza, embora haja relativo consenso em torno de sua datação em meados da década de 80 a.C. – século I a.C., portanto, quando a tradição da teoria retórica já contava cerca de quatro séculos. Também não se sabe ao certo quanto, e por atuação de qual ou quais pensadores – filósofos e/ou rétores –, a mnemônica foi sistematizada e incorporada à doutrina retórica, embora seja praticamente certo que isso tenha ocorrido em época helenística (SCATOLIN, 2011, p. 26).

Vale lembrar que o tema da Memória foi visitado pela primeira vez pelos gregos. A visão dessa Memória, entretanto, era quase que a visão de uma divindade.

Platão (427-347 a.C.) já concebia a Memória como técnica, ou seja, o filósofo defendia a ideia de que a Memória seria *representação presente de uma coisa ausente* e, assim, colocava a problemática da memória no campo da imaginação ou, pelo menos, deixava um espaço para o embaralhamento das duas. No contexto da discussão sobre sofística propriamente dita ou da possibilidade ontológica do erro (o falar falso), Platão inseriu a noção de *eikôn*. Essa pode vir isolada ou acompanhada de outra noção importante – *phantasma*:

É assim que a imagem, mas também a memória, por implicação, traz, desde a origem, o cunho da suspeita, por causa do ambiente filosófico de seu exame. Como, pergunta Sócrates, é possível existir o sofista, e com ele, o falar falso, e finalmente o não-ser implicado pelo não verdadeiro? (RICOEUR, 2014, p. 27).

Ou seja, Platão reflete sobre a Memória como consequência de uma ponderação na qual também se interroga sobre a verdade, sobre o ético e sobre o erro. Isso possibilita vislumbrar um horizonte ímpar, para além da redução da Memória às técnicas de memorização preconizadas pela sofística, pois, ao sairmos desse âmbito, o pensar sobre a Memória passa por uma perspectiva muito mais ampla, colocando em xeque o próprio sentido humano, quer em seu olhar sobre o mundo, quer em sua perspectiva de voltar-se para si mesmo e para o outro. A Memória não constitui apenas uma técnica, mas, em particular, um reconhecer-se e um posicionar-se sobre as questões da realidade.

A perspectiva platônica sobre a Memória encontra muitas aporias, no entanto, sob a ótica de Ricoeur (2014), o que implica mais dificuldades nessa primeira visão da Memória é a falta de um destaque à questão temporal. Talvez por estar sempre posta em momentos em que Platão discute o erro, o engano, a falsidade, a Memória apresenta-se desde o início sob o véu da desconfiança ou suspeita.

No contexto da Memória na Retórica Latina, aparece a distinção entre Memória Natural e Artificial. Cícero e Quintiliano atribuem a Simônides a invenção da Memória Artificial, aquela que é de fato mais discutida nos tratados sobre o tema.

Há, em tais tratados, uma Memória para as coisas e uma Memória para as palavras, ou seja, técnicas para memorizar as *res* do discurso (os assuntos, os argumentos, as personagens, as circunstâncias do caso que o orador precisa tratar) e as *uerba*, caso em que as regras ensinam a decorar o discurso palavra por palavra. Há certa desconfiança quanto à utilidade da Memória de palavras, principalmente em Quintiliano, que chega a propor que esse tipo de mnemônica poderia ser substituído pela simples tarefa de aprender o discurso de cor. Tal ideia destaca que a Memória servia para decorar o discurso a fim de proferi-lo na etapa da *Actio*, de acordo com Chiappetta (2010)¹.

A Arte da Memória é mais aprofundada pelos romanos, que a localizam como parte imprescindível do momento retórico. Atravessou, de tal modo, a Antiguidade Clássica como parte da Retórica, sobreviveu parcialmente ao desmantelamento do sistema educacional latino e encontrou refúgio nas ordens dominicana e franciscana durante a Idade Média², porém no período renascentista não teve atenção dos estudiosos humanistas. No entanto, floresceu e ampliou-se sob as influências herméticas. Com a chegada do século XVII, sofreu nova mudança e fez parte do desenvolvimento do método científico.

O início da Arte da Memória no século XVII, que retoma uma tradição preservada e transmitida desde a Antiguidade pelos tratados de Retórica de tradição ciceroniana, é marcado pela produção do padre jesuíta Cristóvão Borri (ou Cristóvão Bruno, como também é conhecido), autor de um caderno manuscrito, hoje na Biblioteca da Universidade de Coimbra, composto, de acordo com Chiappetta (2010), de anotações referentes a três cursos proferidos no colégio de Santo Antão, em 1627: a Nova Astronomia, A arte da Navegação e a Arte da Memória.

Em sua obra, logo no prólogo, o autor declara sua filiação ciceroniana e explica que tratará somente da Memória Artificial. A Memória é definida por ele

¹ Fala proferida em 24 de junho de 2010, no evento *Ciceronianíssimos! Simpósio de Estudos sobre Cícero*, realizado pelo Centro de Estudos Clássicos do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP-SP.

² Para melhor entendimento sobre a Idade Média, o romance do escritor Umberto Eco, *O nome da rosa*, lançado em 1980 e transformado em filme em 1986, estrelado por Sean Connery no papel do monge Guilherme de Baskerville, é rico em dados do período.

como “uma potência da alma que esconde e guarda, como em depósito, as espécies e imagens de todas as cousas que conhecemos para as manifestar quando for necessário” (BRUNO, 1627 apud CHIAPPETTA, 2011, p. 2). Como bem observa Chiappetta (2010), essa é uma visão da tradição ciceroniana cristianizada, que retoma a proposição de Agostinho e Tomás de Aquino das três potências da alma – a memória (relacionada à virtude da Esperança), o entendimento (ligado à fé) e a vontade (ligada ao amor/caridade).

Na obra em questão, são apresentados preceitos da Memória Artificial e indicações de como aplicá-los. Segundo Chiappetta (2010), Cristóvão Bruno ocupa grande parte de sua *Arte* com preceitos para escolher ou construir lugares da Memória. É bastante breve quanto às imagens, por entender não existir muito o que preceituar – cada um sabe distinguir as imagens que impressionam. As imagens devem ser impressionantes, devem estar em movimento e, principalmente, devem ser ridículas, pois considera o riso extremamente benéfico para a retenção da imagem na Memória.

A *Arte da Memória*, de Cristóvão Bruno, representa um texto de grande importância para a Memória do século XVII, pois aprofunda e amplia perspectivas dessa Arte.

Avançando nesse percurso histórico, com os devidos recortes, Yates (2016) aponta como a Memória é vista na Idade das Trevas:

Na Idade Média, ela desempenhava um papel central, com sua teoria formulada pelos escolásticos e sua prática ligada ao repertório imagético medieval na arte e na arquitetura, em seu conjunto, e aos grandes monumentos literários, como a *Divina Comédia*, de Dante. No Renascimento, a sua importância diminuiu dentro da tradição hermética (YATES, 2016, p. 457).

Atualmente, as melhores fontes para estudo das técnicas mnemônicas são os tratados de Retórica, nos quais a Memória aparece como uma das partes da elaboração do discurso e bem dividida em Memória Natural e Memória Artificial. Esses tratados mais aludem do que propriamente explicam. A *Retórica a Herênio*, segundo Chiappetta (2010), ainda é o que traz maiores detalhes sobre as regras da mnemônica.

O sistema classificatório e organizacional proposto por esses tratados do século XVII está presente na base lógica combinatória de Leibniz e, portanto, na base da configuração do método científico experimental que se insere na ciência moderna. Nesse diapasão, a Memória apresenta-se como arte autônoma e não meramente parte da Retórica.

MEMÓRIA E TECNOLOGIA – UMA REFLEXÃO

Platão não trata do tempo e deixa a Memória quase que confundida com a imaginação – isso longe de esgotar as compreensões do que seja Memória, como se pode verificar pelo que é demonstrado no pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.).

Tendo em vista essa posição, Ricoeur (2014) caminha adiante na sua reflexão sobre Memória, na busca de superar essas lacunas. Nas bases dos atuais estudos sobre Memória, motivados pelo pensamento de Ricoeur (2014), encontram-se as origens da problemática a respeito do tempo nesse embate platônico-aristotélico.

A partir da observação do tratamento dado à questão no passado, surgem novos paradigmas sobre o assunto e, até mesmo, aberturas de perspectivas que apontam para um renovado interesse e aprofundamento acerca da compreensão da importância da Memória.

Faz-se uma reflexão sobre a própria subjetividade e o quanto ela se relaciona com a Memória; em especial, numa época em que, graças aos artifícios cada vez mais avançados de extensão da memória (*Ipads*, computadores, *tablets* etc.), o assunto está aparentemente fora de questão.

É inegável que, com o avanço da tecnologia, vários suportes foram criados para reter em si a escrita. Tais mecanismos foram responsáveis pela substituição do uso essencial da Memória – aquela Memória utilizada nos primórdios da Retórica. O discurso escrito faz uma rememoração, o que permite que a sua consulta facilite a relação do orador com a assembleia em caso de falhar uma expressão, um enunciado ou um tópico a ser explorado. Regata-se, aqui, o conceito de memória como retenção de informações e dados, como assinala Le Goff (2014).

A Memória, entretanto, vai além desse viés. Ela pode ser entendida como parte da tradição de um povo e, por assim dizer, guardiã de suas lembranças coletivas. Não é à toa que há notícias de discursos oratórios famosos da Antiguidade; é porque, além de terem sido conservados por um tempo por meio da tradição oral de seu povo, em um dado momento, alguém se preocupou em registrá-los para garantir a sua preservação. Ainda que não fossem mantidos literalmente, a essência foi preservada, o que garantiu que gerações futuras tivessem acesso à forma de pensar e agir de uma determinada comunidade em um determinado momento histórico. É a Memória, enquanto História, de acordo com Ricoeur (2014).

Como ilustração, Candau exemplifica:

Doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos em uma trama narrativa, são as pedras angulares de memórias fortemente estruturadas que contribuem, no interior de um

grupo ou de uma sociedade, para orientar duravelmente as representações, crenças, opiniões e para manter a ilusão de seu compartilhamento absoluto e unânime (CANDAUI, 2016, p. 182).

Percebe-se, em linhas gerais, que são as narrativas que conservam as lembranças – tanto do ser humano como singularidade, com as suas lembranças pessoais; quanto da coletividade, que construiu uma identidade de época, ligada ao momento histórico, ética, valores morais. Essa narrativa retórica é muito bem contemplada por Tringali (1988).

Ao ampliar o tema, Chartier (2007) chama a atenção para o pavor exagerado de que os escritos possam ser apagados ou perdidos por falta de uma conservação adequada, que perpetue esse material, o que comprometeria a manutenção da Memória Coletiva. Essa Memória já ultrapassa a oralidade. Criou-se uma proliferação desmedida de escritos. O ser humano vive a grande questão entre a manutenção da escrita e o apagamento necessário. A questão pode ser paralelamente relacionada à Memória e à necessidade do esquecimento. Afinal, nos primórdios dos estudos sobre Memória já se tinha claro que a ação mnemônica se prestava a um fim específico e que, portanto, após o uso, poderia e deveria ser descartado aquilo que não mais se faria necessário. O palácio que guardava tesouros imagéticos deveria ser, sempre que necessário, esvaziado para dar lugar a novas imagens.

Ademais, a memória coletiva se mantém na tradição de alguns gêneros e se fortalece em instituições que a alimentam. Entretanto, assistimos, na história, a um ruir dessa realidade, pois ao adentrarmos na Idade Pós-Moderna, marcada pela globalização, velocidade demasiada de informações e fluxo contínuo das telas dos computadores e demais dispositivos tecnológicos, a Memória vai sendo gradativamente deixada de lado. Há uma imersão em uma apatia de temporalidade. É o ser humano do século XXI que acaba por não mais conseguir resgatar e projetar. É uma nova perspectiva, que, de acordo com Robin (2016), representa o ser humano hodierno, que se encapsula num eterno presente, alheando-se do passado e do futuro, permitindo, assim, que ambos se esvaiam, comprometendo a Memória, tanto individual quanto coletiva.

Perder a Memória, ou ainda, menosprezá-la, traz às pessoas de uma determinada comunidade ou sociedade o prejuízo de perda de identidade, tão importante nos dias atuais para a conquista do futuro; por isso, torna-se imprescindível essa recuperação do passado. Sem resgate, dificulta-se a projeção. Segundo Rossi (2010, p. 30): “O fosso da perda da memória pode reduzir a nossa vida de indivíduos a uma série de momentos que não têm mais nenhum sentido. Mas isso não

vale só para os indivíduos. Não existe só a memória individual. [...] mas igualmente para a coletividade e para os grupos humanos”.

Mais uma vez, a Memória não só importa para o indivíduo que se descobre como sujeito histórico, porque se enxerga no outro; mas, é relevante a sua relação com o coletivo, porque se os paradigmas se perdem, são muitas mentes que atrofiam ao mesmo tempo, o que pode ser um traço constituinte do perfil dessa geração. Entretanto, isso só o futuro mostrará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de parecer algo fora do contexto atual, visitar os Tratados de Memória é um convite ao exercício das técnicas mnemônicas, que levam a ter o conhecimento adquirido e o processo de pensamento organizado de forma ordenada e segundo padrões bem esquematizados. Assim, a mnemônica não diz respeito somente à memorização do discurso, mas também à própria elaboração do que dizer. E isso continua imprescindível. É uma arte atemporal.

A Arte da Memória fomentou a aproximação entre palavra e imagem, uma técnica de extensa tradição que cuidava de transformar palavras e coisas em imagens a serem memorizadas; bem como, de colocar essas imagens em lugares previamente ordenados.

O orador precisa lançar mão de variados recursos a fim de discorrer adequadamente sobre as coisas que necessita comunicar e para persuadir. O exercício da Memória Artificial implica “pensar, produzir, ouvir, guardar e julgar os discursos com o instrumental advindo de lugares e imagens”, como bem lembra Chiappetta (2010, p. 15).

Tem-se aí um conjunto de ações que ecoam dos séculos anteriores, mas que são uma herança a ser compartilhada por todos que entram em contato com esse universo da Memória, *thesauro rerum omnium* – “tesouro de todas as coisas”.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. 1. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução de Luzmara Cursino Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CÍCERO. *Partições oratórias*. Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: [s.n.], 2007.

Disponível em: <https://www.academia.edu/11690218/C%C3%ADcero_Part%C3%A7%C3%B5es_orat%C3%B3rias_Tradu%C3%A7%C3%A3o_>. Acesso em: 10 set. 2017.

CHIAPPETTA, Angélica. Cícero e a tradição ciceroniana da memória artificial. In: CICE-
RONIANÍSSIMOS! SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE CÍCERO. Campinas, SP: IEL/
Unicamp, 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/11689956/C%C3%ADcero_e_a_tradi%C3%A7%C3%A3o_ciceroniana_da_mem%C3%B3ria_artificial>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. *Algumas notas sobre imagem e palavra na Arte da Memória*. Trabalho apresen-
tado no II Colóquio Visões da Antiguidade (IAC/USP, PROAERA/UFRJ), São Paulo,
2011. Disponível em: < https://www.academia.edu/11690025/Algumas_notas_sobre_imagem_e_palavra_na_Arte_da_Mem%C3%B3ria>. Acesso em: 10 set. 2017.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero
Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. rev. 1ª
reimpressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

O NOME da rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Neue Constantin Film;
Cristaldifilm; Les Films Ariane. São Paulo: Warner Bros; Flashstar, 1986. 1 DVD.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et
al. 6ª reimpressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Cam-
pinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias*.
Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

SCATOLIN, Adriano. Retórica e Memória na Roma Antiga. *Revista Música*, v. 16, p. 25-
39, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/document.pdf>>. Acesso em: 3
set. 2017.

TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo:
Duas Cidades, 1988.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Tradução de Flávia Bancher. 1. ed. 3ª reim-
pressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

10

CAPÍTULO

RETOR, ORADOR, DECLAMADOR

João Hilton Sayeg-Siqueira

Normalmente, quando se fala de linguagem, pensa-se em um instrumento criado pelo homem para disseminar suas ideias, seus conhecimentos, mas, em verdade, a linguagem foi criada para o estabelecimento de poder sobre o ambiente em que se insere, seja o homem ou qualquer outro ser vivo que a desenvolveu. No entanto, distingue-se uma linguagem articulada de uma linguagem rudimentar.

A linguagem verbal humana é a única completamente articulada, ou seja, com apenas 5 vogais, 2 semivogais, 21 consoantes e uma estrutura silábica composta por uma central (preenchida por vogal), ladeada por duas marginais anteriores e

duas marginais posteriores (MMCMM, preenchidas por semivogais e consoantes), são produzidos um sem número de sílabas e infinitas palavras.

As linguagens rudimentares são aquelas pouco ou não articuladas. Uma das mais intrigantes é a dos insetos sociais. As abelhas se comunicam por intermédio de uma espécie de dança que serve, particularmente, de orientação para as forrageadoras, as que buscam alimento, para indicar a localização dele. A linguagem da dança tem por eixo organizador o Sol. Se a fonte de alimento está na direção do Sol, a dança é para o alto, se, em posição contrária, a dança é para baixo; pode ser também para a direita ou para a esquerda. Somada a isso vem a velocidade do batimento das asas, mais rápida, a distância é curta, mais lenta, é longa. Alguns ruídos complementam e dão maior precisão às informações.

Seja a linguagem articulada, formal, nominal e gramatical; seja a linguagem rudimentar, pré-formal, pré-nominal, pré-gramatical; a finalidade precípua é a de garantir organização social, hierarquia comunitária, demarcação territorial, proteção por fragilidade, austeridade para controle. Portanto, a linguagem foi criada e desenvolvida como dispositivo de empoderamento. Quem domina as artimanhas organizacionais, informacionais e argumentativas da linguagem, estabelece a hegemonia social de poder.

Em suma, linguagem é toda forma de representação com função ideacional, interacional e textual (cf. HALLIDAY, 1994). Por meio da função ideacional, são registrados conhecimentos empíricos (para animais e humanos) e conceituais (só para humanos); por meio da função interacional, são construídos processos de ação inter partícipes (membros da comunidade); por meio da função textual, cumpre-se a vocação de toda linguagem, que é a de ser texto, unidade (simples ou complexa) de significação que possibilita o fazimento de sentidos, seja para a construção de conhecimento, seja para o estabelecimento de relações intermembros. Esta função serve de instrumento para as outras duas.

Para a produção de texto é condição sine qua non a elaboração de discurso, uma vez que *textus*, participio passado do verbo *texere*, foi metaforicamente utilizado por Quintiliano (IX, 4, 13) para designar a atualização linguística do discurso. Texto é o tecido léxico-gramatical do discurso. Só se produz texto por meio da elaboração de discurso; e só se analisa discurso por meio do texto. Destarte, toda análise de discurso é textualmente orientada (cf. FAIRCLOUGH, 2001).

Em vista disso, para se iniciar qualquer análise é necessário um texto, independentemente de seu grau de complexidade. No caso, foi selecionado um soneto de Gregório de Matos Guerra (1636-1696), poeta baiano, do movimento Barroco brasileiro (1601-1768).

AO BRAÇO DO MESMO MENINO JESUS QUANDO APPARECEO

O todo sem a parte não é todo,
 A parte sem o todo não é parte,
 Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
 Não se diga, que é parte, sendo todo.
 Em todo o Sacramento está Deus todo,
 E todo assiste inteiro em qualquer parte,
 E feito em partes todo em toda a parte,
 Em qualquer parte sempre fica o todo.
 O braço de Jesus não seja parte,
 Pois que feito Jesus em partes todo,
 Assiste cada parte em sua parte.
 Não se sabendo parte deste todo,
 Um braço, que lhe acharam, sendo parte,
 Nos disse as partes todas deste todo.

O texto faz referência a um fato, no segundo verso do segundo terceto: *Um braço, que lhe acharam*. Relacionado ao título, esclarece-se que o braço pertence ao menino Jesus. A partir da constatação do fato, tem início uma reflexão sobre o valor do achado e que sentido ele pode fazer, como parte que pertenceu a um todo que por ela é identificado. É o mote para a construção da glosa, por meio da figura da dobra e do fractal.

O estudo do Barroco, resgatado por Deleuze (2007), se dá pela figura da dobra, construída pela presença de uma característica inerente, a antítese, em que a inserção de um segundo elemento se dá por oposição ao primeiro, o que provoca uma dobra, que, por sua vez, se desdobra na retomada do primeiro elemento e se redobra com a recuperação do segundo elemento, e se desdobra com o resgate do primeiro, e assim por diante:

O todo¹ sem a parte² não é todo¹,
 A parte² sem o todo¹ não é parte²,.

Esse movimento é observado no esquema que organiza as rimas: ABBA/ABBA/ABA/BAB. Isso não era novidade no estilo barroco. Trata-se da variante

que era conhecida na época como um soneto contínuo, por alternar apenas duas rimas do início ao fim. A frequência com que ocorre uma, ocorre outra, ambas feitas pela alternância entre as duas palavras, todo e parte. O todo está contido nas partes e as partes são constitutivas do todo, ou seja, o todo é definido, tem existência pelas partes, acontecendo o mesmo com as partes em relação ao todo:

[...] é todo, [...] é parte, [...] sendo parte, [...] sendo todo.

Se basta a parte para a identificação do todo – o braço que apareceu foi suficiente para o reconhecimento do menino Jesus –, o todo se repete integralmente nas partes. Esse é o princípio da teoria dos fractais, em que a divisão do todo em partes não faz com que o todo perca sua essência de todo, uma vez que ele se repete, integralmente, em cada parte. A unidade mínima tem o mesmo valor da unidade máxima. Isso se faz presente na segunda estrofe, quanto ao significado de Sacramento, Deus está presente, por inteiro, em cada fragmento da Eucaristia que é oferecido aos fiéis:

E todo assiste inteiro em qualquer parte.

A construção das dobras por meio de fractais faz com que Deus exista, por inteiro, em Jesus, e Jesus esteja integralmente em Deus. Em todo homem, Deus está, por tê-lo feito à sua imagem e semelhança. Se Deus, como criador, está em tudo que criou, por ser onipresente, determina e controla o que acontece, por ser onisciente. A onipresença e a onisciência de Deus anulam na criatura o livre arbítrio. O homem não existe porque pensa, mas porque Deus lhe dá e determina a vida.

Esse paradoxo é o gene que dá origem, no texto, ao retor, aquele que conhece a arte de persuasão e que usa a técnica de persuadir por meio de instrumentos argumentativos. No caso, o argumento utilizado é o do livre arbítrio, que se estabelece pela oposição à onipresença e à onisciência de Deus. Se a presciência divina existe, livre arbítrio não pode haver. Aqui se encontra uma das características do Barroco, a oposição entre valores, principalmente entre o sacro e o profano, temática sobre a qual Gregório de Matos incansavelmente se debruça.

Por outro lado, com base em Perelman (1987), pode-se considerar também, do argumento fundado na estrutura do real, especificamente, a ligação de coexistência entre elementos do real que estabelece relações entre realidades de condições diferentes, em que uma é tomada como expressão ou manifestação da outra. A parte coexiste com o todo e vice-versa, mesmo sendo realidades diferentes, e uma é tomada como expressão e manifestação da outra:

[...] sendo parte,

Nos disse as partes todas deste todo.

Por meio do imbricamento entre o argumento do livre arbítrio e a ligação de coexistência do argumento fundado na estrutura do real, consolida-se, também, a figura da dobra. O primeiro se constrói pelo paradoxo e o segundo, pela congruência. O paradoxo dá sustentação à congruência que, por sua vez, se rompe em paradoxo:

Mas se a parte o faz todo, sendo parte,

Não se diga, que é parte, sendo todo.

[...]

O braço de Jesus não seja parte,

Pois que feito Jesus em partes todo,

Esse entrelaçamento revela o gênero retórico que manifesta o discurso, qual seja, o epidítico, cuja característica é trabalhar com opostos e com verbos no presente: *O todo sem a parte não é todo*. No texto, a mistura elaborada pela figura da dobra, pelo desenho fractal, pelo argumento do livre arbítrio e pela ligação de coexistência é recurso para uma sátira crítica da própria constituição cristã de Deus e da figura de seu divino filho Jesus. Basta, de Jesus, um braço para que sua integral divindade seja revelada e reconhecida, e não só como parte dele, mas também como um todo evidenciador de Deus:

[...] está Deus todo,

E todo assiste inteiro em qualquer parte,

[...]

O braço de Jesus não seja parte,

Pois, que feito Jesus em partes todo,

Articulados os argumentos, organizado o texto, este é oferecido ao auditório para o qual foi produzido. Esta é a função do orador, tradução latina do retor grego, mas que ganhou, aos poucos, novo investimento significativo, conforme os estudos retóricos foram se diversificando.

Enquanto, na Grécia, a Retórica florescia, como ciência da arte e da técnica argumentativas para persuadir um auditório; em Roma, desenvolvia-se a Oratória: conjunto de regras e técnicas adequadas para produzir e apresentar um discurso e apurar as qualidades pessoais do orador. Começava a ser desenvolvida no adolescente, só nos do sexo masculino, a partir dos dezesseis anos, nas reuniões do *forum* romano, a aprendizagem da vida pública, o *tirocinium fori*, ocasião em que o jovem tinha condições de demonstrar seus conhecimentos e seu caráter pela “arte do saber dizer”, concepção romana da eloquência.

Essa prática ocorreu, principalmente, durante o período da República Romana, que teve uma vigência relativamente longa, de 509 a 27 a.C., quando tem início a fase imperial, até 476 d.C. Há de se destacar que Roma, na ocasião, privilegiava, essencialmente, o conhecimento prático e organizador em detrimento do teórico ou especulativo, presente na Grécia. Isso decorria do fato da economia romana vir da produção rural, diferente da grega que vinha do comércio, pela impossibilidade do cultivo em solo tão árido.

Pela tradição, como camponês, o romano valorizava muito a prática, diferentemente do grego que tinha um espírito mais intelectual e mais artístico. A configuração entre os dois povos se diferenciou pela formação, os gregos mais liberais e os romanos mais profissionais. Assim, os romanos davam mais importância ao poder do agir do que do falar, daí a importância da realização do *tirocinium fori*, intensificadamente, a partir do século II a.C.

Como o propósito de falar em público não se reduz à simples transmissão de informações, pode motivar as pessoas a agirem, por isso, um bom orador deve ser capaz de alterar as emoções dos seus ouvintes e não apenas informá-los, para tanto, deve fazer um apelo à ação, mantendo linguagem clara, frases curtas com ritmo suave, transição lógica entre os tópicos, principalmente quando se trata de um texto com uma tessitura léxico-gramatical intrincada como a do poema em questão, veja-se a primeira estrofe:

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Uma recitação rápida desse trecho deixará o auditório atônito. O orador tem de encaminhar a fala com muito cuidado para que o ouvinte não se perca no entendimento do poema e o leve, erroneamente, a considerar uma espécie de construção absurda, sem sentido, mero labirinto sonoro com jogo de palavras.

Até o século I a.C., em Roma, a ênfase era dada à Oratória, embora já houvesse conhecimento de Retórica, uma vez que havia uma aproximação entre a educação romana e a grega, em grande parte, graças ao contato cultural estabelecido pelas colônias que a Grécia mantinha na Península Itálica e na Sicília, e que exerciam forte influência em toda a região.

Os conflitos decorriam, em destaque, do enfoque educacional adotado por cada civilização. Enquanto entre os gregos a educação era um assunto de grande interesse para o Estado, o mesmo não acontecia com Roma. Era prática do Estado romano atribuir essa responsabilidade à família ou à iniciativa privada.

Mesmo assim, grande parte da educação romana se espelhou na educação grega, mas o ensino de retórica foi incorporado por Roma só no século I a.C., um século depois da sistematização efetiva do *tirocinium fori*. Por isso, a Oratória tinha um significado social maior que a Retórica, o que levou os tradicionalistas romanos a considerarem o ensino da Retórica, pela primeira escola latina dessa arte, aberta em 93 d.C. por Plócio Galo, como um elemento grego intruso à sociedade latina, decorrendo daí o seu prematuro fechamento. Porém, essa situação de hostilidade foi aos poucos sendo revertida, chegando ao século I d.C., com Quintiliano, a ser reabilitada pela importância dada, por esse autor, aos ensinamentos gregos. O ensino de Oratória passa a ter bases retóricas. Os alunos deviam saber discorrer sistematicamente sobre a estrutura de preceitos de eloquência e fazer divisões em seu discurso, em etapas e estilos, permanecendo as técnicas para uma boa atuação do orador: clareza, cadência, modulação.

Quando dos escritos de Quintiliano, Roma já se encontrava em estado de Império. Embora menos central para a vida política do que nos dias da República, a Oratória manteve-se importante no direito, e tornou-se uma importante forma de entretenimento, com oradores e declamadores famosos a obterem grande riqueza e prestígio por suas habilidades.

A declamação é uma arte cênica, marcada por um tom teatral. Hoje, os excessos entonatórios e gestuais desapareceram. A declamação, na época romana, era composta por certo ritmo que lembrava bastante um tom musical, sem ser propriamente uma canção, mas uma forma compassada e rítmica de dizer e representar o texto recitado.

A técnica da declamação leva em consideração, inicialmente, os acentos que destacam quando e como se deve aumentar ou diminuir a voz ao pronunciar cada sílaba. Em decorrência, vem a entonação, mais grave ou mais aguda, marcando a sinuosidade do ritmo, duração do som, associado ao compasso, forma quantitativa de dividir os sons em grupos, cadência, sequência encadeada e regular de sons.

A declamação era ensinada na escola como uma estratégia para o aperfeiçoamento da leitura. Era praxe o exercício oral da leitura, o que trazia a todos o conhecimento básico das técnicas de declamação. Com as novas vertentes adquiridas pela educação, com o advento da era Moderna e os novos procedimentos pedagógicos advindos com o desenvolvimento da ciência, essas técnicas de leitura foram abandonadas e a Oratória se profissionalizou e passou a ser matéria de cursos específicos.

Mesmo assim, uma leitura compassada, principalmente de um poema, traz ricos favorecimentos para uma melhor exploração de suas potencialidades poéticas dada pela acentuação, pela métrica e pela rima.

[u 'todu 'sēj̃ɲa 'parti 'nāwwé 'todu,
 a 'parti 'sēj̃ɲu 'todu 'nāwwé 'parti,
 'Masja 'partjo 'faz 'todu, 'sēdu 'parti,
 'Nāw si 'diga, kjé 'parti, 'sēdu 'todu.]

A transcrição fonética evidencia o andamento da declamação que, esclarecida-mente, possibilita encontrar uma saída para o labirinto criado por várias estratégias meticulosamente calculadas da entonação com acentuação iterativa, tônico-átono-tônico-átono-tônico-átono; do ritmo alternado de som, fechado-fechado-aberto-fechado-aberto-fechado/aberto-fechado-fechado-fechado-aberto-aberto/aberto-aberto-aberto-fechado-fechado-aberto/aberto-fechado-fechado-aberto/aberto-fechado-fechado; métrica, versos decassílabos; e da rima A (som fechado) – B (som aberto) – B (som aberto) – A (som fechado).

Em suma, pelo exposto, verifica-se que a poética barroca se constrói por um enlace entre efeitos retóricos, oratórios e declamatórios, por meio de um culto dialético, de matriz aristotélica, da divisão das tópicas da invenção e da disposição. A invenção, parte em que o poeta apresenta:

O tema a ser abordado: a relação todo/parte.

O todo sem a parte não é todo,
 A parte sem o todo não é parte,

Os argumentos de sustentação de seu posicionamento: a implicação do todo como determinante da parte e vice-versa.

Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
 Não se diga, que é parte, sendo todo.

O gênero para expansão do discurso: a correlação opositiva entre todo e parte com verbos no presente.

O todo sem a parte não é todo,
 A parte sem o todo não é parte,
 Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
 Não se diga, que é parte, sendo todo.

A disposição, em que o poeta determina a ordem dos argumentos e elabora o plano do discurso:

O exórdio, em que é feita uma breve exposição da questão a ser tratada.

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.

A narração, que consiste na exposição de fatos que dão sustentação à intenção pretendida.

O braço de Jesus não seja parte,
Pois que feito Jesus em partes todo,
Assiste cada parte em sua parte.

A confirmação, em que são apresentados os argumentos, de livre arbítrio e de ligação de coexistência.

Em todo o Sacramento está Deus todo,
E todo assiste inteiro em qualquer parte,
E feito em partes todo em toda a parte,
Em qualquer parte sempre fica o todo.

A peroração (epílogo), em que é apresentado um fechamento da intenção estabelecida e os argumentos de base.

Não se sabendo parte deste todo,
Um braço, que lhe acharam, sendo parte,
Nos disse as partes todas deste todo.

A criação poética de Gregório de Matos traz essas características bem marcadas, condizentes com seu temperamento variável, oscilante, extrovertido, próprio de um poeta que foi repentista, improvisador e tocador de viola, o que significa uma permanente disponibilidade versificatória.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: INCM, 1998.

DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

GUERRA, Gregório de Matos. Crônica do viver baiano seiscentista. In: _____. *Obra Poética Completa*. Códice James Amado. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. v. 1. p. 67.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

KAHANE, Howard. *Thinking about basic beliefs*. Tradução de Álvaro Nunes. Belmont, CA, USA: Wadsworth, 1983. p. 43-64. Disponível em: <<http://ateus.net/artigos/ceticismo/livre-arbitrio-determinismo-e-responsabilidade-moral/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 11. Lisboa: INCM, 1987. p. 234-265.

QUINTILIANO. *Instituição oratória*. Campinas, SP: UNICAMP, 2015.

VASCONCELOS, Beatriz Avila. Quatro Princípios de Educação oratória segundo Quintiliano. *PHAOS – Revista de Estudos Clássicos*, n. 2, p. 205-225, 2002. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/phaos/article/viewFile/3607/3048>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

11

CAPÍTULO

SOBRE O PAPEL DO HUMOR NA ORATÓRIA

Ana Cristina Carmelino

Luana Ferraz

HUMOR E ORATÓRIA

... esses dia uma moça falou assim... “pastor achei um menino”... falei “é”... “pastor... bonito... inteligente”... falei “não é homem”... ela falou “por quê?” porque homem não agrega os dois adjetivos (risos)... homem ou é bonito ou é inteligente... se for bonito e inteligente não é homem... é mulé (risos)... ela disse “pastor estou falando sério”... “bonito inteligente crente trabalhador”... quase que eu me apaixonei pelo menino... com tanto adjetivo assim (risos)... mas eu falei por trás disso tem alguma coisa... e ela disse “só pastor que ele é nervoso... ele bate na mãe dele pastor... mas eu gosto tanto dele... o que que o senhor acha?” pelo amor de Deus filha...

casa com esse menino... o mais rápido possível... e ela sorriu e disse “o senhor acha que é de Deus?” eu falei “filha se é de Deus eu não sei... mas essa senhora precisa parar de apanhar (risos)... pra ele bater ni você que tá”... ela disse “pastor ele vai bater em mim?”... falei “filha:: ele bate na::... não vai bater em você?”... ela olhou e disse “pastor... eu não quero mais nada com ele”... eu falei “lamento pela mãe (risos)... que vai continuar apanhando”¹ (exemplo 1).

O discurso anteriormente citado foi transcrito do vídeo *Homem para casar!*, disponibilizado no canal “A graça que mudou a minha vida”, do *site* de vídeos *YouTube*. Trata-se de um trecho de uma palestra de Cláudio Duarte, pastor evangélico que “viralizou” na *web* graças ao estilo bem-humorado de suas pregações. As mensagens do pastor normalmente giram em torno de questões relacionadas ao convívio familiar, ao sexo e à vida conjugal. Sem dúvida, são assuntos espinhosos, que amedrontariam muitos oradores. Cláudio Duarte, porém, opta por tocar temas polêmicos lançando mão de um forte aliado: o humor².

Como se poderia esperar, a postura do pastor atrai defensores e acusadores. Há quem acredite que o cristianismo, solene em sua origem, deva rechaçar permanentemente a gargalhada sonora. Afinal, como poderíamos dar um tom humorístico aos preceitos bíblicos, à narrativa da salvação eterna da humanidade? Conforme assinala Minois (2003), a maioria dos exegetas e teólogos não atribui qualquer intenção cômica à palavra divina.

Ora, se por um lado, a natureza divina, perfeita e imutável, proposta pela teologia clássica, inibe a hilaridade; por outro, a decadência física e moral do homem encoraja o riso como consolo e compensação. Nossa idade humorística nos autoriza a rir de nossas fraquezas e das imperfeições de nosso caráter, na medida em que busca conferir uma imagem bem-humorada ao próprio Cristo.

É o *ethos* gracejador atribuído a Cristo (ou a Deus) que autoriza a *performance* de Cláudio Duarte. De acordo com o pastor, o bom humor e a austeridade são traços não hierarquizáveis do caráter, e sequer devem ser considerados mutuamente excludentes. Se as três pessoas divinas podem exibir uma gravidade e uma

¹ As transcrições apresentadas neste capítulo são baseadas no sistema de notação empregado pelo grupo de pesquisadores do Projeto NURC/SP (cf. PRETI, 2001).

² Conforme atesta Alberti (1999), em sua obra *O riso e o risível na história do pensamento*, a vasta nomenclatura aplicada ao universo do riso gera dificuldades aos pesquisadores que tomam como objeto de estudo qualquer material risível, tendo em vista que zombaria, humor, cômico, ironia, sátira, farsa, grotesco e ridículo, entre outros termos, designam categorias que se sobrepõem em diferentes teorias; provocando, muitas vezes, dúvidas quanto à denominação do objeto do riso. Nesse sentido não faremos distinção entre os termos aqui usados.

jocosidade bem situadas e adequadas às diferentes situações de interação entre a divindade e os homens, também os sacerdotes podem aprender a acomodar a hilaridade à conveniência do momento, sem perder de vista o respeito, a responsabilidade e a integridade que lhes são exigidas. Aí está estabelecido o segredo do humor de Cláudio Duarte. E por mais recente que pareça o fenômeno, os pressupostos que fundamentam a eficiência da comicidade oratória do pastor são bastante antigos. No entanto, é preciso destacar que nem sempre o humor é usado eficazmente nos discursos.

Das civilizações clássicas ao mundo globalizado, a habilidade de falar bem em público tem sido um desejo e um desafio. Para produzir e apresentar discursos impactantes, capazes de convencer, entreter, comover e persuadir, oradores de diferentes épocas lançaram mão das regras e técnicas da oratória, arte que forma o orador para a eloquência. Neste capítulo, tratamos da antiguidade e da contemporaneidade dessa arte: voltamos no tempo em busca dos fundamentos da oratória e chegamos a Roma, um de seus terrenos mais férteis. Em seguida, retornamos aos dias atuais, e nos propomos um objetivo arriscado: testar a aplicabilidade dos pressupostos da antiguidade aos discursos de nossa época. Consideramos, assim, a hipótese de que o arcabouço teórico fornecido pelos tratadistas da antiguidade ainda pode fornecer subsídios importantes para a análise de discursos contemporâneos engraçados.

Obviamente, não nos comprometemos em discutir, em apenas um capítulo, os muitos princípios defendidos pelos oradores romanos. Limitamo-nos às considerações de apenas um autor e de apenas um recurso oratório. Verdade seja dita, não se trata de qualquer autor ou de qualquer recurso. O recurso oratório escolhido é o humor, um dos mais explorados e poderosos de todas as épocas; o pensador é Cícero, um dos maiores mestres da eloquência da antiguidade. Esclarecidos o percurso e o objetivo do capítulo, sigamos ao século I a.C.

CÍCERO: ORATÓRIA E HUMOR EM ROMA

Embora as primeiras escolas de retórica fundadas em solo romano datem do século II a.C., os tratados latinos sobre essa arte surgem somente no século I a.C. Dentre as obras que popularizam a retórica latina, ganham destaque os tratados ciceronianos, sobretudo o *De Oratore* (55 a.C.) e sua complementação, *Orator* (46 a.C.). Essa informação se torna mais interessante graças à natureza dos escritos do arpinate, afinal, Cícero foi um dos oradores mais destacados de seu tempo e sua produção em diferentes áreas (caso da Eloquência, Filosofia e Política) foi, muitas vezes, um justo complemento à sua atuação nos tribunais. Dessa maneira,

torna-se inevitável destacar o pragmatismo que norteia sua reestruturação do *Organon* aristotélico.

A oratória dirigida ao efeito, cultivada e defendida por Cícero, adaptou-se bem ao universo da cultura romana de sua época, no qual o encaminhamento prático das questões mostrava-se profundamente atrelado ao funcionamento da máquina sociopolítica. Nesse contexto, Cícero se firmou como um “narrador poderoso e refinado, verdadeiro artista da anedota e do esboço engraçado breve, ou de toque dramático e arrebatador” (PARATORE, 1987, p. 190).

É certo que o espírito humorístico do cônsul romano tenha despertado alguma animosidade entre seus contemporâneos. Alguns o apelidaram de *scurra* (palhaço); outros, como o estoico Catão de Útica, o chamaram de “cônsul ridículo” (cf. GRAF, 2000; MINOIS, 2003). Entretanto, não há como negar o refinamento do humor ciceroniano, que vai do sarcasmo rude e agressivo em seus primeiros discursos, à ironia elegante e eficaz de peças oratórias como o *Pro Murena* (62 a.C.), o *Pro Caelio* (56 a.C.) ou o *Pro Ligario* (46 a.C.).

Ademais, importa destacar que o longo capítulo que Cícero dedica ao riso e ao risível no segundo livro do *De Oratore* é, ainda hoje, uma das principais fontes para o estudo do uso do humor nos discursos públicos da antiguidade. Herdeiro (mesmo que indireto) da tradição aristotélica, o autor reafirma a importância do riso na oratória e se propõe a responder cinco questões nessa obra: em que consiste o riso? O que o produz? Convém ao orador provocá-lo? Se convém, até que ponto? E, finalmente, quais são os tipos de risível? (CÍCERO, 2002).

As duas primeiras questões não o detêm por muito tempo. Na verdade, o orador se furta a responder à primeira indagação:

[...] o que é o riso em si mesmo, o que o provoca, onde reside, como é produzido e irrompe de repente, de modo que, ainda que desejemos, não sejamos capazes de contê-lo, como se apodera dos pulmões, da boca, das veias, dos olhos e do rosto, o veja Demócrito; pois isso não tem relação com nossa conversa; e se tivesse, eu não me envergonharia de não sabê-lo, já que mesmo os que asseguram saber o desconhecem (CÍCERO, 2002, p. 309, tradução nossa)³.

E, em seguida, faz uma clara alusão ao cômico aristotélico, argumentando que o riso é provocado pela percepção de um defeito moral ou físico.

³ No original: “[...] qué es la risa en sí, como se provoca, dónde radica, cómo se produce y tan repentinamente rompe que, aún queriéndolo, no somos capaces de contenerla, cómo se apodera de los pulmones, de la boca, de las venas, de los ojos y del rostro, que lo vea Demócrito: pues ni esto tiene que ver con nuestra conversación, y, si tiene que ver, no me avergonzaría sin embargo de no saberlo, cuando ni siquiera lo saben quienes lo aseguran”.

As perguntas seguintes requerem mais atenção do autor. No que diz respeito ao emprego do risível no discurso oratório, o cônsul se mostra muito favorável, apontando, para isso, várias razões: o riso torna o auditório benevolente, produz uma surpresa agradável, enfraquece o adversário, revela que o orador é um homem culto, ameniza a severidade e a tristeza e dissipa as acusações desagradáveis, que não seriam facilmente superadas com argumentos.

Entretanto, o autor assevera que o risível não deve ser utilizado de forma ilimitada. Cícero entende que esse recurso precisa ser ajustado, como os demais artifícios retóricos, à situação, à causa e ao auditório. Sendo assim, é importante que o orador não ataque as pessoas que são caras aos ouvintes e que restrinja o uso do ridículo aos assuntos que não despertam intensa rejeição ou grande piedade.

A última questão levantada por Cícero (2002) refere-se às categorias do risível. De acordo com o autor, há duas espécies de risível: o que tem origem nas coisas (*in re*) e o que decorre das palavras (*in uerba*). A primeira categoria compreende a narrativa cômica (o conto e a anedota) e a imitação cômica (do ar, da voz e dos gestos do adversário). A segunda abarca as palavras com duplo sentido e várias figuras, como a alegoria, a antítese, a metáfora e a antífrase.

Em *Orator*, obra dedicada a Bruto, Cícero retoma e amplia conceitos expostos no *De Oratore*. Nesse tratado, o autor se ocupa da definição do melhor estilo oratório e sustenta uma crítica ao modelo de discurso sóbrio e objetivo defendido pelos neoatocistas. Ao longo da exposição, o arpinate trata do uso dos três estilos (tênue, médio e elevado) pelo orador. Nesse momento, ele dedica alguns poucos parágrafos ao uso do humor (ridículo) na oratória, ressaltando que os comentários engraçados são típicos do estilo tênue e devem ser utilizados com moderação.

Segundo Cícero (1991), o orador não deve recorrer com muita frequência ao humor sob pena de ser comparado a um comediante. Também não deve ser malicioso, cruel com as deficiências alheias ou parvo a ponto de não considerar o alvo da zombaria, o auditório e as circunstâncias do discurso. Para o cônsul, o bom orador respeita os amigos, as autoridades e se resguarda de confrontos que possam trazer consequências graves. A mordacidade é, portanto, dirigida aos inimigos e, como ele mesmo assinala, “nem sempre, nem a todos, nem de qualquer maneira” (CÍCERO, 1991, p. 73). Além disso, Cícero afirma que os comentários engraçados devem ser (ou parecer) espontâneos, já que a graça “trazida de casa” soa fria ao auditório.

Em seu último tratado, *De officiis*, endereçado ao filho Marco, o arpinate retoma brevemente a questão do uso adequado do humor. Em meio à síntese das virtudes cívicas e morais que devem ser cultivadas pelo cidadão romano, o autor

aborda os dois tipos de gracejo possíveis: o primeiro, impróprio para o homem livre, é petulante (*petulans*), infame (*flagitiosum*) e obsceno (*obscenum*); o segundo, que expressa a jovialidade das pessoas bem-educadas, é elegante (*elegans*), polido (*urbanum*), engenhoso (*ingeniosum*) e engraçado (*facetum*).

Como vemos, Cícero (1913, 1991, 2002) defende que o humor seja praticado dentro de determinados limites de respeitabilidade, definidos, sobretudo, por sua função retórica. Para ele, esse recurso oratório funciona como um instrumento de persuasão e seu uso deve ter em vista a eficácia do discurso. Sendo assim, a graça deve ser usada para conquistar o auditório, jamais para hostilizá-lo. Além disso, convém dizer que as orientações de Cícero dirigem-se aos oradores romanos, cujos modelos ideais são os integrantes da classe senatorial de Roma. E mais: trata-se de um humor praticado entre os membros da mesma classe. Logo, as instruções do cônsul não são aplicáveis à comicidade produzida por artistas profissionais (palhaços, mímicos ou bufões).

SOBRE A (IN)EFICÁCIA DO HUMOR NA ORATÓRIA

Tendo em vista as especificidades do humor tratado por Cícero (1913, 1991, 2002), não reunimos em nossa análise exemplos de discursos de profissionais do humor no exercício de sua função. Nossos oradores são líderes religiosos, jornalistas e comunicadores de massa e seus discursos são proferidos em situações de interação diversas. Sigamos, pois, a eles.

a) “[...] quas argumentis dilui non facile est, ioco risuque dissoluit”: o humor sutil e eficaz

Começamos a análise pela única exceção à regra inicial: o nosso primeiro orador é um humorista profissional. Na verdade, é mais do que isso. Chico Any-sio é, sem dúvida, um dos maiores expoentes do humor brasileiro. Contudo, o discurso que selecionamos não foi extraído de um de seus espetáculos, *shows* televisivos, discos ou livros. Trata-se de uma entrevista concedida ao programa *Roda Viva* em 21 de junho de 1993.

O *Roda Viva* é um programa de entrevistas produzido e transmitido pela TV Cultura desde 1986. Os entrevistados possuem um perfil diversificado: são políticos, artistas, esportistas etc.; pessoas conhecidas do grande público e capazes de contribuir, de alguma forma, com informações de interesse social. Os entrevistados – que também variam programa a programa, sendo convidados de acordo com suas áreas de conhecimento e atuação – são dispostos em uma bancada em

torno do convidado. Este se posiciona em uma cadeira giratória no centro do círculo, de forma que possa voltar-se para o entrevistador que lhe dirige a pergunta em cada momento do programa.

No episódio que fornece o material para nossa análise, a bancada é composta pelo apresentador Jorge Escosteguy e pelos entrevistadores convidados: o editor da revista *Interview*, Alex Solnik; o jornalista Edelcio Mostaçó; o editor de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, Tato Coutinho; o cartunista Paulo Caruso; a repórter da revista *Ícaro*, Regina Echeverria e o jornalista Ivan Angelo, editor de arte do *Jornal da Tarde*, de São Paulo.

A entrevista foi realizada na ocasião do lançamento do décimo quarto livro de Chico Anysio, *Jesuíno, o profeta* (1993), e, na maior parte do tempo, versa sobre política e humorismo. O primeiro trecho que nos interessa destacar ocorre aos 12min41s. Nesse momento, entrevistadores e entrevistado conversam sobre censura na TV e, mais especificamente, sobre a retirada do ar do seu Peru (personagem homossexual do programa *Escolinha do Professor Raimundo*, interpretada por Orlando Drummond). Respondendo a uma pergunta de Regina Echeverria, Chico Anysio comenta:

... porque eu não vejo o programa tá?... eu não vejo... eu eu eu eu... até evito ver... porque a gente grava pra lançar e as pessoas gostam... e vendo eu vou achar tanto defeito... eu vou botar tanto:... tanta coisinha... vou querer mudar tanta coisa... prefiro não ver... (exemplo 2).

A exposição desse comentário é importante para que possamos compreender a retomada feita adiante por Tato Coutinho. Aos 17min32s da entrevista, Chico Anysio fala sobre o IBOPE do humorístico *Escolinha do Professor Raimundo*:

Chico Anysio: a escolinha é o programa de humor de maior audiência no mundo ocidental... né? no mundo ocidental isso a gente não inclui a China porque tem muita gente... a:: Índia... não sei o que e tal... mas no mundo ocidental é a escolinha porque ela tem.. ela tem uma média de quarenta pontos... nu/num universo de trinta milhões de televisores que são doze milhões de televisores mas com três pessoas por televisor dá trinta e seis milhões de telespectadores... o segundo lugar é do Bill Cosby... que tem quinze pontos num universo de noventa milhões de televisores mas lá... é um ponto seis... ele tem trinta e dois milhões de espectadores... mas ele vai uma vez por semana eu vou seis... então a escolinha é:: o programa mais visto... no mundo ocidental... em em que pese o:: tanto que falam dela por aí e tal...

Tato Coutinho: [é... você fala é o mais visto... é o mais visto... mas pelo que você falou não por você... que você veria muito defeito... você tava falando do seu Peru também... que... é::: você viu... e aí...

Chico Anysio: mas eu não sou pago pra ver... eu sou pago pra fazer... pra ver é mais caro...

Tato Coutinho: [não... claro... (exemplo 3).

Nesse instante da entrevista, vemos que entrevistador se vale de uma informação dada por Chico Anysio anteriormente – “eu não vejo o programa” – para tecer um comentário direto e pretensamente bem-humorado – “é o mais visto... mas pelo que você falou não por você...”. A sagacidade revelada na observação de Tato Coutinho é prevista por Cícero no parágrafo 273 do livro II do *De Oratore*: “também resulta agudo quando tomamos do discurso do outro algo diferente do que ele pretendia” (CÍCERO, 2002, p. 330, tradução nossa)⁴.

No trecho transcrito, Chico Anysio busca enaltecer a popularidade do programa *Escolinha do Professor Raimundo* quando é surpreendido pelo comentário do editor, que aponta uma aparente incompatibilidade em seu discurso. A observação risível do entrevistador é entendida como um ataque, por isso, a réplica do humorista aparece na sequência: “mas eu não sou pago pra ver... sou pago pra fazer... pra ver é mais caro...”. A resposta espirituosa de Chico Anysio também pode ser incluída em um dos tipos de facécias abordados por Cícero. No parágrafo 277 do livro II do *De Oratore*, o cônsul trata da “retaliação através da brincadeira” (MIOTTI, 2010, p. 104), recurso pelo qual “aquele que diz algo para ridicularizar alguém é por este ridicularizado através do mesmo gênero de palavras” (MARQUES JÚNIOR, 2008, p. 80).

Retornemos, agora, a Cláudio Duarte. No discurso que abre este capítulo, o pastor utiliza alguns dos artifícios listados por Cícero para a produção do humor elegante. Um desses artifícios é o uso de frases que contrariam as expectativas. É o que vemos no trecho a seguir:

“pastor achei um menino”... falei “é”... “pastor... bonito... inteligente”... falei “não é homem...” ela falou “por quê?” porque homem não agrega os dois adjetivos (risos)... homem ou é bonito ou é inteligente... se for bonito e inteligente não é homem... é mulé (risos) (exemplo 4 – parte do trecho citado no exemplo 1)

Nesse fragmento, Cláudio Duarte relata o modo como surpreende uma moça que lhe pede aconselhamentos por meio de um diálogo simulado. A moça, interlocutora do pastor no diálogo, pede conselhos sobre a viabilidade do relacionamento amoroso com um rapaz que acabara de conhecer. No contexto apresentado, as expectativas de um aconselhamento sério são frustradas pelo questionamento da masculinidade do rapaz, a quem são atribuídas simultaneamente muitas qualidades, o que, segundo o pastor, só seria possível se se tratasse

⁴ No original: “También resulta agudo aquello, cuando de las palabras de otro tomas algo distinto de lo que él pretendia”.

de um indivíduo do sexo feminino. É, de modo geral, uma depreciação dos homens face à superioridade feminina e, mais especificamente, uma forma de amai-nar os elogios ao jovem em questão. Segundo Cícero (2002), as frases que quebram expectativas são expedientes oratórios muito frequentes e causadores de grande hilaridade.

Mais uma intervenção trocista do pastor pode ser encontrada na continuação do diálogo: “ela disse ‘pastor estou falando sério bonito inteligente crente trabalhador?... quase que eu me apaixonei pelo menino com tanto adjetivo assim’”. Dessa vez, Cláudio Duarte recorre a um tipo de facécia *in uerbo*: a hipérbole, isto é, alguma coisa que, “sob o pretexto de amplificar ou atenuar algo, é levada a extremos inverossímeis” (CÍCERO, 2002, p. 327, tradução nossa)⁵. Não há qualquer indício de que o pastor possa, de fato, desenvolver um interesse amoroso pelo rapaz descrito, por isso, compreendemos que sua afirmação é um exagero cômico que responde ao suposto excesso de adjetivações positivas proposto pela moça aconselhada. Notamos ainda que Cláudio Duarte se vale de certa ironia para ressaltar o caráter superlativo da descrição que ouve. A ênfase e diversas formas de ironia são ilustradas por Cícero nos parágrafos 268 a 272 do livro II do *De Oratore*.

Na sequência do discurso, Cláudio Duarte continua a recorrer à ênfase e a um tipo específico de ironia, denominado por Cícero de dissimulação. De acordo com Cícero (2002), a dissimulação é um procedimento útil para que possamos dizer coisas diferentes do que pensamos. Não se trata apenas de trocar uma palavra por outra contrária, mas de mexer a fundo com o discurso, falando algo diferente do se pensa por meio de uma brincadeira severa. É o que vemos no excerto a seguir:

e ela disse “só pastor que ele é nervoso... ele bate na mãe dele pastor... mas eu gosto tanto dele... o que que o senhor acha?” “pelo amor de Deus filha... casa com esse menino... o mais rápido possível”... e ela sorriu e disse “o senhor acha que é de Deus?” eu falei “filha se é de Deus eu não sei... mas essa senhora precisa parar de apanhar” (risos). (exemplo 5).

No trecho destacado, verificamos que Cláudio Duarte incentiva a união do casal ao mesmo tempo em que ressalta o comportamento agressivo e reprovável do rapaz. Desse modo, o pastor deixa clara a dissimulação da opinião no que diz respeito à anuência que parece dar ao enlace amoroso. Em seguida, ele continua a enfatizar o proceder violento do jovem pretendido, fazendo saltar aos olhos da moça as consequências nefastas e aparentemente latentes do relacionamento:

⁵ No original: “[...] so pretexto de magnificar o atenuar algo, se lleva e extremos inverosímiles”.

... “mas essa senhora precisa parar de apanhar (risos)... pra ele bater ni você que tá”... ela disse “pastor ele vai bater em mim?”... falei “filha:: ele bate na:... não vai bater em você?” ela olhou e disse “pastor... eu não quero mais nada com ele”... eu falei “lamento pela mãe (risos)... que vai continuar apanhando”. (exemplo 6).

Finalmente, convém ressaltar que a própria admoestação amiga em tom bem-humorado é uma das formas citadas por Cícero (2002) de produzir a hilaridade pela oratória, assim como o é a narração de um acontecimento em forma de anedota. Dessa maneira, podemos considerar que o conselho do pastor, convertido em uma história breve e engraçada, constitui, em sua totalidade, um tipo de facécia *in re*.

Nos dois exemplos apresentados, vemos que o uso do humor é eficaz e obedece aos preceitos ciceronianos: é claro, mas não alardeia. Os oradores que o manipulam não parecem implacáveis ou insolentes, não abusam das expressões, dos gestos ou dos movimentos corporais, mas exibem um “senso de oportunidade” e uma inteligência aguda, que revelam uma boa percepção do contexto retórico em que estão inseridos.

b) “[...] non esse omnia ridicula faceta”: o humor grosseiro e degradante

Nosso primeiro exemplo de humor ineficaz é extraído do discurso de um grande comunicador da TV brasileira. O orador em questão é, nada mais, nada menos, que Sílvio Santos – nome artístico de Senhor Abravanel, cidadão nascido no Rio de Janeiro, em 1930, e que ficou amplamente conhecido do público pela carreira no rádio e na televisão tanto quanto pela fortuna que acumulou graças a seus empreendimentos no ramo do entretenimento.

Sílvio Santos reúne, com muita habilidade, as imagens de apresentador carismático e engraçado e de empresário bem-sucedido, principal responsável pelas decisões da emissora da qual é proprietário, o SBT. É, pois, difícil imaginar que um homem de TV, animador tarimbado, há mais de 50 anos no ar, possa “perder a mão” quando o assunto é o uso do humor no discurso. Porém, não é bem isso o que acontece. Nos últimos anos, as “gafes” cometidas pelo apresentador têm se tornado cada vez mais frequentes. Muitas delas fazem sucesso na internet; algumas são encaradas com bom humor, outras se tornam alvos de duras críticas.

O recorte que escolhemos para a análise foi selecionado do quadro “Levanta-te”, transmitido durante o *Programa Sílvio Santos* do dia 31 de julho de 2016. O programa comandado pelo próprio Sílvio é um dos mais populares da grade de programação do SBT. Trata-se de um *show* de variedades dominical em formato de programa de auditório, com diversos quadros e atrações. O quadro “Levanta-te”, que estreou no programa no ano de 2015, é uma competição musical entre duplas formadas por mães e filhos.

A programação do dia supracitado transcorria normalmente até a disputa final entre as duplas 3 e 4, formadas, respectivamente, por Soraya e Deborah e Lânia e Juan. Durante a contagem dos pontos das duplas, Sílvio Santos consulta os jurados Nadja Haddad, Décio Piccinini e Adryana Ribeiro sobre a enquete que a emissora está realizando naquele momento: “o que você acha melhor: dinheiro, sexo ou poder?”. Após a votação, a dupla Lânia e Juan vence. Ao entregar o prêmio em dinheiro à dupla perdedora, Sílvio Santos se dirige à Deborah, de cinco anos:

Sílvio Santos: ... dois três quatro... cinco seis sete e oito nove dez... oh Deborah o que que cê acha melhor... sexo... poder ou dinheiro? (risos)

Décio Piccinini: [brincadeira hein meu? fala sério]

Décio Piccinini: o desespero...

Nadja Haddad: a cara da mãe da pessoa (exemplo 7).

Como vemos na transcrição do diálogo, a pergunta do apresentador surpreende e constrange os jurados e a mãe da criança. A repercussão na imprensa não foi melhor que isso. Em matéria publicada no dia 1º de agosto de 2016,⁶ os redatores da revista *Veja* escrevem: “apresentador mandou lembranças ao bom senso e constrangeu público ao questionar uma garotinha qual das opções ela achava melhor”. De acordo com os jornalistas, essa foi uma nova demonstração de que Sílvio Santos “não tem mais limites”.

No dia seguinte, os membros do programa *Morning Show*, da rádio Jovem Pan, zombaram do comportamento do animador, atribuindo-lhe adjetivações pejorativas como “velho safadão” e “gagá”⁷. De acordo com os humoristas do programa, Sílvio Santos “mandou mal” e nem a “blindagem” garantida pelo seu *status* de grande comunicador foi capaz de salvá-lo do vexame.

Mas, afinal de contas, por que a brincadeira do apresentador foi tão mal recebida? Ora, ele fez uma pergunta sobre sexo a uma criança de cinco anos! Nesse caso, a resposta que parece óbvia faz todo o sentido. É importante considerar que os resquícios de uma educação forjada no início da modernidade ainda nos impelem a acreditar que a conservação de uma inocência infantil desejável

⁶ SÍLVIO Santos a uma criança: prefere sexo, dinheiro ou poder?. *Veja.com*. 1º ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/silvio-santos-a-crianca-prefere-sexo-dinheiro-ou-poder/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

⁷ RICARDO Almeida. Morning Show. *YouTube*. 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/Vzo-lo4F1LM>>. Acesso em: 10 maio 2017.

depende da manutenção da ignorância sobre o sexo⁸. Um diálogo entre um adulto e uma criança sobre os prazeres do exercício da sexualidade se torna, no mínimo, desconcertante e tende a ser imediatamente reprimido.

Quando dirigido aos adultos, o questionamento de Sílvio Santos é encarado com naturalidade e não causa humor; logo, o apresentador vislumbra a possibilidade de produzir esse efeito direcionando a mesma pergunta a um interlocutor inesperado. No entanto, o fato de esse interlocutor ser uma criança confere um caráter obsceno à brincadeira, destituindo dela o poder de provocar o riso. De acordo com Cícero (2002), as obscenidades provocam o riso, mas devem ser restritas a momentos e lugares muito específicos, já que, quando ditas a esmo, depõem contra a imagem do orador. Foi exatamente isso o que aconteceu com Sílvio Santos, uma vez que a pergunta obscena em contexto despropositado levou a um questionamento sobre a sua moral e, até mesmo, sobre a sua sanidade mental.

O segundo exemplo de mau uso do humor no discurso oratório também foi recolhido da programação do SBT. Agora, a atração é o *Primeiro Impacto*, comandado por Eduardo Camargo. O telejornal matinal, baseado no formato do norte-americano *Primer Impacto*⁹, estreou na grade de programação do SBT em março de 2016 e, desde o início, teve sua história marcada por polêmicas, alterações no formato, no conteúdo e na duração, mudanças dos âncoras e dos horários, “trocas de farpas” entre os apresentadores e índices de audiência pouco estáveis.

No primeiro momento, o programa foi apresentado pelas jornalistas Karyn Bravo e Joyce Ribeiro. A estreia de Eduardo Camargo, de apenas 18 anos, aconteceu no dia 12 de outubro de 2016 e trouxe consigo uma grande reformulação: a bancada ocupada pelas duas apresentadoras foi retirada e o tom tornou-se mais informal. A intenção era produzir um programa jornalístico que misturasse, com bom humor, notícia e entretenimento.

Dudu Camargo (como ficou conhecido) já fazia parte do elenco do SBT, onde interpretava o Homem do Saco¹⁰, e foi alçado ao comando do telejornal por determinação do dono do canal, Sílvio Santos. A escolha do novo âncora foi, no entanto,

⁸ Sobre a educação que visa à preservação da pureza e construção da noção de inocência infantil, vejam-se, respectivamente, Rousseau (1995) e Ariès (1981).

⁹ Telejornal exibido pela Univision, emissora com programação em língua espanhola, voltada para o público hispano-americano.

¹⁰ Personagem “misteriosa” do vespertino *Fofocando*. Nesse programa, o jovem escondia o rosto sob um saco de papel enquanto apresentava matérias sobre a vida das celebridades. A bancada da atração era dividida com o jornalista Leão Lobo e a apresentadora Mamma Bruschetta (Luís Henrique Benincasa).

muito contestada. A imprensa especializada e mesmo os colegas de emissora criticaram a pouca idade e a falta de formação jornalística ou experiência do apresentador¹¹.

Se já havia motivos para que a competência do jovem fosse posta em dúvida, a atitude descontraída de Dudu apenas potencializou as reclamações dos opositores. O burburinho gerado pela atuação do apresentador foi tão grande que o crítico de TV Mauricio Stycer resolveu usar sua coluna no *site* Uol para “defender” Dudu. De acordo com o jornalista, o rapaz “espontâneo, autocentrado e sem medo algum do ridículo” é “talhado para o sucesso no mundo do entretenimento”. A entrada no universo do jornalismo, terreno que exige mais sobriedade, não foi uma escolha sua e, sim, de Sílvio Santos. Logo, para Stycer, “o garoto não tem culpa pelo papelão que está fazendo” e seria injusto acusá-lo de manter uma *performance* inadequada.

Abaixo, apresentamos um exemplo da conduta que alimenta a antipatia dos *haters* e a condenação de outros profissionais do jornalismo:

Dudu Camargo: a gente ficamos por aqui... o jornal vai se encerrando mas como prometi::do a dancinha... sol::ta o funk do taca-taca eu volto amanhã...se::is da manhã com mais um primeiro impacto vai (o apresentador dança o funk mexendo as mãos e rebolando)... como que é?... vai... taca taca taca... a danci::nha... vai Brasi::l... tchau gente... (exemplo 8)

O trecho transcrito corresponde ao encerramento do jornal *Primeiro Impacto* do dia 26 de outubro de 2016. Nessa ocasião, Dudu Camargo decidiu finalizar a edição dançando a música *Bumbum Granada*, dos Mcs Zaac & Jerry. Essa foi a segunda vez que o apresentador encerrou a atração com uma “dancinha”; na primeira, dia 21 de outubro, a música escolhida foi *Sexta-feira sua linda*, interpretada pela dupla sertaneja Alex e Ronaldo.

O desfecho inusitado rapidamente tornou-se motivo de zombaria na *web*. O conteúdo da música associado aos movimentos ligeiramente desordenados de Dudu compôs, segundo os espectadores, uma mistura explosiva, risível e inapropriada. É importante ressaltar que o *funk* carioca – ritmo escolhido para a *performance* do orador – tem conhecido nos últimos anos um processo de glamourização que resultou na sua inserção nas grades de programação dos grandes veículos de comunicação de massa do país. Todavia, ainda assim, o gênero musical convive com estigmas associados à violência (HERSCHMANN, 2000) e à licenciosidade.

¹¹ O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo chegou a publicar uma nota contrária à contratação de Dudu Camargo com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Vemos que, ao tentar conduzir um empreendimento oratório divertido, Dudu Camargo incorre em dois erros: a obscenidade e a *mimica actio*, ou o uso do corpo para provocar o riso (CICERO, 1950). A obscenidade fica por conta da alusão ao sexo, que vem associada a uma metáfora bélica na letra da música:

Bumbum Granada¹²
 (Zaac e Jerry vai mandar, hein
 Desse jeitinho
 Oxe
 Oxe, cadê o tan tan tan tan
 Ó o beat envolvente, aí, ó)
 Pesado!
 Vários homem bomba
 Bomba, bomba, bomba, bomba aqui
 Vários homem bomba
 Lomba, lomba, lomba, lomba lá
 Hoje eu tô pesadão
 Carregando vários pente
 É tudo que eu sempre quis
 Pra mim ficar contente
 Os mano tá tipo bomba
 E as mina bumbum granada
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca
 Beleza, tá querendo peitá
 Só que tu não entende nada
 Se quiser pode vim
 Que essa mina é preparada

¹² BUMBUM granada, mcs Zaac e Jerry. *Letras*. Disponível em: <<https://m.letras.mus.br/mcs-zaac-e-jerry//bumbum-granada/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Melhor dá espaço pra ela
 Porque a potência é braba
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca
 Vai taca
 Taca, taca, taca, taca, taca

Em entrevista à Carol Marques, do *site* Extra, no dia 30 de junho de 2016¹³, Rodrigo Silva dos Santos (Jerry) explicou que o bumbum granada faz referência ao movimento dos quadris das meninas nos bailes. Segundo o rapaz, os movimentos pélvicos realizados pelas garotas são conhecidos na gíria do *funk* como “tacar o bumbum”. Assim, o “bumbum granada” seria uma metáfora construída a partir do verbo “tacar” (lançar), que possibilita a comparação entre as nádegas femininas e o projétil militar. É importante também ressaltar que a palavra “bumbum” funciona como onomatopeia que representa o som de explosões sucessivas, o que amplifica ainda mais o poder da metáfora bélica.

A *mimica actio*, por sua vez, pode ser verificada na tentativa de imitação dos movimentos dos dançarinos de *funk* realizada pelo apresentador¹⁴. Trata-se, sem dúvida, de uma *performance* risível. No entanto, conforme nos explica Cícero (2002, p. 317, tradução nossa)¹⁵:

¹³ FAMOSOS donos do “Bumbum granada” Zaac e Jerry dizem que hit não é machista e recebem convites para o exterior. Extra. *Globo*. 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://m.extra.globo.com/famosos/donos-do-bumbum-granada-zaac-jerry-dizem-que-hit-nao-machista-recebem-convites-para-exterior-19612196.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

¹⁴ PECCOLI, Victor. Dudu Camargo dança “Bumbum Granada” no “Primeiro Impacto”, após repercussão; assista. *Tv Foco*. 26 out. 2016. Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/dudu-camargo-danca-bumbum-granada-no-primeiro-impacto-apos-repercussao-assista/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

¹⁵ No original: “Y también hay que tener en cuenta que no todo o risible es gracioso. ¿Pues qué puede provocar más risa que um payaso? Pero provoca la risa con su boca, su rostro, su voz, en fin, incluso con su cuerpo. Puedo llamarlo divertido, pero no en el sentido que querría que lo fuera el orador, sino el mimo”.

Temos que ter conta que nem todo o risível é faceto. Afinal, o que poderia ser mais risível que um palhaço? Porém, provoca o riso com a sua boca, seu rosto, sua voz e, finalmente, com seu corpo. Posso chamá-lo divertido, mas não no sentido adequado ao orador, e, sim, ao comediante.

Para o cônsul, alguns tipos são naturalmente ridículos, mas esses tipos devem ser censurados, e não imitados pelo orador. A função de âncora de telejornal, tradicionalmente séria, admite a descontração com muitas ressalvas e não se combina facilmente com a atitude corporal de um dançarino de *funk*, reprovável em grande parte dos contextos mais conservadores. Assim sendo, a inadequação da brincadeira de Dudu Camargo atinge em cheio o *ethos* do apresentador, que passa a ser considerado menos crível e, portanto, indigno da posição que ocupa.

O desempenho oratório do âncora rendeu gozações, inclusive, de humoristas profissionais. Fábio Porchat, por exemplo, fez menção ao episódio em seu programa, na Record TV¹⁶. O comentário irônico do humorista exalta a impropriedade do comportamento do apresentador do SBT: [muito apropriado né?... hoje no jornal economia esportes o tempo em São Paulo e TAcA TAcA TAcA]. Convém ressaltar que, apesar das críticas negativas, Dudu Camargo persistiu em sua estratégia oratória, mesmo quando foi transferido para outro telejornal, o *SBT Notícias*, no início de 2017.

Como vemos, até os melhores recursos oratórios podem ser perigosos quando mal utilizados. O manejo inadequado do humor torna o discurso rude, ridículo e inoportuno e depõe contra a imagem do orador (não comediante), convertendo-o quase que automaticamente em alguém menos crível, confiável ou capaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O próprio Cícero (2002) assevera: fazer rir é talento natural, arte difícil de ensinar e que, embora não goze de muita consideração, garante bons resultados quando se trata de atrair a benevolência e a cumplicidade do auditório. O humor ciceroniano é perspicaz, certo e eficiente. Vai direto ao ponto, sem estardalhaços. É penetrante e sutil, porém nunca obscuro ou excessivamente rebuscado. Seu segredo é o engenho e a naturalidade. Pode, entretanto, ser um recurso perigoso, quando enseja que até mesmo oradores experientes se percam na estupidez e/ou na extravagância.

Tão importante quanto tudo isso: a “técnica superior” (CÍCERO, 1991, p. 73) apresentada pelo arpinate continua atual e nos ajuda a compreender como o

¹⁶ PROGRAMA do Porchat. Tela à vista: Barbixas se divertem com casos de família. *YouTube*. 3 nov. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/ZGLjVkW-4T0>>. Acesso em: 10 maio 2017.

humor colabora na produção dos discursos de oradores contemporâneos e quais são os seus limites. Verificamos que, algumas vezes, o humor perpassa todo o discurso, como acontece no caso de Cláudio Duarte; em outras, como no comentário espirituoso de Chico Anysio, é breve e pontual; porém igualmente eficaz. Em outros momentos, vemos que, quando os limites estabelecidos pelos códigos sociais são extrapolados, o discurso se torna vergonhoso, ainda que se preste ao entretenimento rápido. De qualquer forma, o que podemos tirar dessa discussão é a certeza de que o debate sobre os limites do humor, que não envolve apenas os humoristas profissionais, é muito mais amplo e mais antigo do que supomos inicialmente e deve sempre ser pensado levando-se em conta as normas de conduta vigentes na sociedade e os sujeitos envolvidos em cada contexto retórico específico.

REFERÊNCIAS

- A GRAÇA que mudou a minha vida. Homem para casar! *YouTube*. 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/ABRptq8bW-8>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANYSIO, Chico. *Jesuíno, o profeta*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUMBUM granada, mcs Zaac e Jerry. *Letras*. Disponível em: <<https://m.lettras.mus.br/mcs-zaac-e-jerry/bumbum-granada/>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- CICERO, Marcus Tullius. *De officiis*. London: William Heinemann, 1913.
- CICERÓN, Marco Tulio. *El orador*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- CICERÓN, Marco Tulio. *Sobre el orador*. Madrid: Gredos, 2002.
- FAMOSOS donos do “Bumbum granada” Zaac e Jerry dizem que hit não é machista e recebem convites para o exterior. *Extra. Globo*. 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://m.extra.globo.com/famosos/donos-do-bumbum-granada-zaac-jerry-dizem-que-hit-nao-machista-recebem-convites-para-exterior-19612196.html>>. Acesso em: 3 maio 2017.
- GRAF, Fritz. Cícero, Plauto e o riso romano. In: BREMMER, Jan ; ROODENBURG, Herman (Orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 51-64.
- HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et al. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 163-196.
- JAVARONI, Tatá. Sexta-feira sua linda. In: ALEX; RONALDO. *Mil vidas*. DVD. Faixa 4. Disponível em: <<https://www.suamusica.com.br/alexeronaldo/alex-e-ronaldo-ao-vivo-audio-do-dvd-oficial-2016>>. Acesso em: 16 maio 2017.

MARQUES JÚNIOR, Ivan Neves. *O riso segundo Cícero e Quintiliano*: tradução e comentários de *De oratore*, livro II, 216-291 (*De ridiculis*) e da *Institutio oratoria*, livro VI, 3 (*De risu*). 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Latina). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, Universidade de São Paulo.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

MIOTTI, Charlene Martins. *Ridentem dicere verum*: o humor retórico e Quintiliano e seu diálogo com Cícero, Catulo e Horácio. 2010. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas – SP, Universidade Estadual de Campinas.

MORNING SHOW. *Sílvio Santos causa polêmica com pergunta para garota de 5 anos – MORNING SHOW*. Publicado em 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ro27vuvK-2Q>>. Acesso em: 3 maio 2017.

PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PECCOLI, Victor. Dudu Camargo dança “Bumbum Granada” no “Primeiro Impacto”, após repercussão; assista. *Tv Foco*. 26 out. 2016. Disponível em: <<http://www.otvfoco.com.br/dudu-camargo-danca-bumbum-granada-no-primeiro-impacto-apos-repercussao-assista/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

PRETI, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, 2001.

PROGRAMA do Porchat. Tela à vista: Barbixas se divertem com Casos de Família. *YouTube*. 3 nov. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/ZGLjVkW-4T0>>. Acesso em: 10 maio 2017.

RICARDO Almeida. Morning Show. *YouTube*. 2 ago. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/Vzo-lo4F1LM>>. Acesso em: 10 maio 2017.

RODA VIVA. Roda Viva – Chico Anysio – 21/06/1993. *YouTube*. 23 mar. 2012. Disponível em: <<https://youtu.be/L42dwVjFn3U>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SÍLVIO Santos a uma criança: prefere sexo, dinheiro ou poder?. *Veja.com*. 1º ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/silvio-santos-a-crianca-prefere-sexo-dinheiro-ou-poder/>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ZAAC; JERRY. Bumbum Granada (DJ Kelvinho, DJ Redx e DJ Menininho). In: DETONA FUNK. Disponível em: <<https://soundcloud.com/detonafunkoficial/mcs-zaac-e-jerry-bumbum-granada-dj-kelvinho-e-dj-redx-menininho-lancamento-2016>>. Acesso em: 15 maio 2017.